O AUTOR DO PECADO

VINCENT CHEUNG

O Autor *do* Pecado

Vincent Cheung

Título do original:
The Author of Sin

Copyright © 2005 por Vincent Cheung. Todos os direitos reservados. Esta publicação não pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida no todo ou em parte sem prévia autorização do autor ou dos editores.

Publicado originalmente por *Reformation Ministries International* (www.rmiweb.org)
PO Box 15662, Boston, MA 02215, USA

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto.

Primeira edição em português: *Agosto de 2005*.

Direitos para o português gentilmente cedidos pelo autor ao site *Monergismo.com*.

Todas as citações bíblicas foram extraídas da *Nova Versão Internacional* (NVI), © 2001, publicada pela Editora Vida, salvo indicação em contrário.

SUMÁRIO

PREFÁCIO **3**
1. O AUTOR DO PECADO **4**
2. O AUTOR DE CONFUSÃO **9**
3. POR QUE DEUS CRIOU O MAL? **11**
4. LIBERDADE COMPATIBILISTA **14**
5. AGOSTINHO E COMPATIBILISMO **17**
6. DETERMINISMO "SUAVE" **24**
7. DETERMINISMO, FATALISMO E PANTEÍSMO **26**
8. CONTRADIÇÕES "APARENTES" **30**
9. A "OFERTA SINCERA" DO EVANGELHO **33**
10. "FORÇADO A CRER" **36**
11. POUCOS SÃO ESCOLHIDOS **43**
12. REVELAÇÃO DA GRAÇA **47**
13. A DOUTRINA DO INFERNO **48**
14. MAL E PRIVAÇÃO **50**
15. ARGÜINDO POR INTUIÇÃO **51**
16. O PROBLEMA DO MAL **62**
17. A PRESERVAÇÃO DOS SANTOS **79**
18. OFERTAS VOLUNTÁRIAS E LIVRE-ARBÍTRIO **104**
19. MAIS DO QUE UM OLEIRO **107**

Prefácio

A primeira metade desse livro é uma coleção de breves artigos que tratam principalmente com a soberania divina, com a liberdade humana e as doutrinas da graça. Esses artigos explicam e aplicam meu pensamento a contextos e questões particulares, e como tal, suplementam apropriadamente o que escrevi anteriormente.

E porque esse livro é melhor usado como um suplemento, se for possível ou conveniente, eu te encorajo a ler primeiramente meus escritos anteriores sobre esses assuntos antes de ler os artigos nesse livro. Isso te ajudará a entender melhor os artigos que se seguem. Embora espere que você leia todos eles, não é necessário ler esses artigos na ordem listada; antes, sinta-se livre para ir diretamente aos artigos que te interessem e leia-os primeiro.

Vários desses artigos foram escritos em resposta a mensagens escritas enviadas para mim por leitores, e usualmente incluo uma versão editada da pergunta original para acompanhar cada uma das minhas réplicas.[1] Eu ocultei os nomes dos inquiridores para proteger a privacidade deles. Isso não é um problema, visto que as declarações citadas não contribuem para a substância real dos artigos, mas fornecem somente os contextos para que eu apresente minhas respostas e explanações.

Para distinguir claramente as palavras dos inquiridores, as declarações deles estão identadas e com uma cor diferente. Isso elimina a necessidade de eu sempre especificar que certo artigo foi escrito em resposta a uma questão, ou especificar que certa porção do texto foi uma mensagem de um leitor, visto que isso ficará óbvio a qualquer leitor.

A segunda metade desse livro consiste de três artigos publicados anteriormente. Os tópicos desses artigos são consistentes com o tema em geral do livro, e, portanto, considerei apropriado colocá-los juntos com os outros artigos nesse volume.

[1] Entre outras modificações, em alguns artigos eu coloquei números nas outras declarações da pessoa, de forma que você possa reconhecer mais facilmente as respostas que correspondem a elas.

1. O Autor do Pecado

Apologética é fácil, mas ela é freqüentemente dificultada por tradições antibíblicas e suposições irracionais.

Quando cristãos reformados são questionados sobre se Deus é o "autor do pecado", eles são muito rápidos em dizer, "Não, Deus não é o autor do pecado", e então eles se torcem, se viram e se contorcem no chão, tentando dar ao homem algum poder de "auto-determinação",[2] algum tipo de liberdade que torne o homem culpado,[3] e, todavia, ainda deixar Deus com soberania total.

Por outro lado, quando alguns alegam que minha visão da soberania divina faz de Deus o autor do pecado, minha primeira reação tende a ser, "E daí?". Cristãos que discordam de mim cantarolam estupidamente, "Mas ele faz de Deus o autor do pecado, ele faz de Deus o autor do pecado...". Contudo, uma descrição não se eleva a um argumento ou objeção, e eu nunca me deparei com uma explicação nem sequer meio-decente do que há de errado em Deus ser o autor do pecado em nenhuma obra teológica ou filosófica, escrita por qualquer um, de qualquer perspectiva.

A verdade é que, *s*eja Deus o autor do pecado ou não, não há nenhum problema bíblico ou racional em Ele ser o autor do pecado. Para isso ser um problema, ele deve tornar algum ponto do Cristianismo falso, ou contradizer alguma passagem da Escritura. Mas se Deus é o autor do pecado, como isso faz o Cristianismo falso? Alguém deve construir um argumento mostrando isso citando premissas estabelecidas que necessariamente levem à conclusão de que o Cristianismo seria falso se Deus for o autor do pecado. Qual é esse argumento? E qual passagem da Escritura ele contradiz? Você pode citar a passagem que quiser, mas você terá que mostrar que ela necessariamente se aplica à questão e que ela torna impossível Deus ser o autor do pecado. Onde está essa passagem na Escritura?

Entre as muitas respostas falaciosas está o apelo à Tiago 1:13.[4] Usar esse versículo para negar que Deus é o autor do pecado é um dos piores maus usos da Escritura, e porque esse erro é muito popular e influente, ele tem causado muito dano e gerado um fardo desnecessário para aqueles que desejam defender a fé.

Considere o contexto. Tiago está discutindo o desenvolvimento prático da fé cristã em sua carta, e assim, ele freqüentemente enfatiza a responsabilidade direta do cristão, e de uma perspectiva cristã imediata. Tiago está apontando que o cristão deve considerar e agir em suas lutas como um cristão; ele não está tratando com metafísica. Em outras palavras, ele está tratando seus assuntos do ponto de vista de um cristão com relação às suas considerações e responsabilidades imediatas, e não com relação a princípios metafísicos mais amplos.

---

[2] Veja Hodge, Dabney, Shedd, etc.

[3] Como eu tenho dito repetidamente, não há nenhuma conexão estabelecida entre liberdade e culpabilidade.

[4] "Quando alguém for tentado, jamais deverá dizer: "Estou sendo tentado por Deus. Pois Deus não pode ser tentado pelo mal, e a ninguém tenta. Cada um, porém, é tentado pelo próprio mau desejo, sendo por este arrastado e seduzido" (Tiago 1:13-14).

Contudo, quando estamos discutindo a soberania divina vs. a liberdade humana, causa e efeito, etc., nós estamos tratando de fato com metafísica. Certamente, as conclusões alcançadas nesse nível carregam implicações necessárias para a vida prática, e o que a Bíblia ensina sobre metafísica e vida prática é completamente consistente uma com a outra; todavia, é verdade que enquanto a discussão permanecer num nível metafísico, o ponto de referência será diferente, de forma que alguém deve ser cuidadoso para não inferir invalidamente um princípio metafísico de um verso sobre instrução prática.

Com isso em mente, leia a passagem novamente. Ela não afirma ou nega que Deus seja o autor do pecado — ela não aborda o assunto de forma alguma, mas sua preocupação é completamente diferente. Ela apenas te diz que Deus não é o tentador, o que é totalmente diferente de dizer que Deus não é o autor do pecado.

Isto é, se Deus diretamente te faz pecar, isto faz dele o "autor" do pecado (pelo menos no sentido que as pessoas freqüentemente usam a expressão), mas o "pecador" ou "praticante-do-erro" ainda é você. Visto que o pecado é a transgressão da lei divina, para Deus ser um pecador ou praticante-do-erro nesse caso, ele deve decretar uma lei moral que proíba a si mesmo de ser o autor do pecado, e então, quando ele agir como o autor do pecado de qualquer jeito, ele se torna um pecador ou praticante-do-erro.

Mas a menos que isso aconteça, Deus ser o autor do pecado não o faz um pecador ou praticante-do-erro. Os termos "autor", "pecador", "praticante-do-erro" e "tentador" são relativamente precisos — pelo menos precisos o suficiente para serem distinguidos uns dos outros, e o fato de Deus ser o "autor" do pecado não diz nada se ele é também um "pecador", "praticante-do-erro" ou um "tentador". E o fato de alguém não ser um praticante-do-erro significa, por definição, que ele não faz nada errado. Portanto, mesmo que Deus seja o autor do pecado, não se segue automaticamente que haja algo de errado nisso, ou que ele seja um praticante-do-erro.

Contudo, isso não distancia Deus do mal, pois ser "autor" do pecado implica um *controle muito maior* sobre o pecador e sobre o pecado do que ser meramente um tentador. Apesar do diabo e a cobiça poderem ser o tentador, e você ser o pecador, é Deus quem diretamente e completamente controla ambos, o tentador e o pecador, e a relação entre eles. E embora Deus não seja ele mesmo o tentador, ele deliberada e soberanamente envia espíritos maus para tentar (1 Reis 22:19-23) e para atormentar (1 Samuel 16:14–23, 18:10, 19:9). Mas em tudo isso Deus é justo por definição.

O verso está lhe dizendo que quando você trata com a tentação, você deve tratar diretamente com a sua cobiça, e não simplesmente culpar Deus e não fazer nada depois, ou permanecer em seu pecado. Leia todo o capítulo 1 de Tiago e veja se essa não é a ênfase óbvia. Ele trata com alegria, fé, perseverança, dúvida, orgulho, cobiça, ira, corrupção moral e ser um praticante da Palavra. Ele está tratando com as responsabilidades diretas do cristão na vida prática, e ele faz isso as relacionando aos motivos internos e característicos da pessoa.

No verso 13, ele está instruindo o crente sobre como se aproximar corretamente de uma tentação: ele não está tentando explicar a metafísica por detrás disso. Ou, ele está considerando a responsabilidade do crente com respeito aos fatores interiores na santificação, e não a causa metafísica ou princípio para esses. Mas a causa metafísica ou princípio é exatamente o que estamos discutindo quando consideramos se Deus é o

autor do pecado. Portanto, Tiago 1:13 não é diretamente aplicável ao nosso assunto; se alguém ainda deseja negar que Deus é o autor do pecado, ele terá que usar outro versículo.

Aqueles que citam Tiago 1 para afirmar que Deus não pode ser o autor do pecado podem usar o versículo 17[5] para reforçar o entendimento deles do versículo 13; contudo, se o versículo 17 for interpretado de uma forma que seja consistente com a interpretação deles do versículo 13, então, isso faria com que o versículo 17 contradissesse Isaías 45:7.[6] Mas se o versículo 17 for corretamente interpretado, de forma que não mais contradiga Isaías 45:7, então, ele não mais reforçará a falsa interpretação deles do versículo 13. Um exame mais detalhado do versículo 17 terá que esperar até outra hora, mas o que eu tenho simplesmente dito já torna a interpretação deles do versículo 17 impossível, de forma que não preciso dizer mais nada para o nosso presente propósito. O ponto é que nada nessa passagem de Tiago nega (ou afirma) que Deus é o autor do pecado.

O motivo e efeito admitido da resposta reformada popular é para satisfazer os padrões humanos de justiça e retidão. Dabney, Shedd, e outros admitem que a resposta deles tem em vista satisfazer a intuição humana. Não fosse o fato da soberania absoluta de Deus ser repugnante para a intuição humana pecaminosa, feita defeituosa pelos efeitos noéticos do pecado, a questão sobre o "autor do pecado" não teria nenhum ponto de entrada lógico nas discussões teológicas de forma alguma.

Em contraste, o método bíblico para esse tipo de perguntas e objeções não é justificar Deus, mas, em primeiro lugar, repreender o homem por questionar e objetar.

Nossa passagem de Isaías 45 é um exemplo:

> "Eu sou o SENHOR, e não há nenhum outro; além de mim não há Deus...eu sou o SENHOR, e não há nenhum outro. Eu formo a luz e crio as trevas, promovo a paz[7] e causo a desgraça; eu, o Senhor, faço todas essas coisas..." (v. 5-7).
>
> Acaso o barro pode dizer ao oleiro: 'O que você está fazendo?' Será que a obra que você faz pode dizer: 'Você não tem mãos?' (v.9).
>
> Ai daquele que diz a seu pai: 'O que você gerou?', ou à sua mãe: 'O que você deu à luz?' (v. 10).

Em outras palavras, "Eu sou o único Deus. Seja na prosperidade ou na desgraça, eu sou o criador de todas estas coisas — não há outro Deus para fazê-las. Você ousa me questionar sobre isso? Quem é você para objetar?".

Note que embora esse versículo possa não estabelecer conclusivamente cada detalhe, diferentemente de Tiago 1:13, ele tem algo a ver com metafísica. Ele é o único Deus, e isso está inseparavelmente conectado ao fato de que é esse um e único Deus quem causa

---

[5] Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, que não muda como sombras inconstantes.
[6] Esse artigo foi originalmente apresentado após uma discussão sobre Isaías 45:7, que diz: "Eu formo a luz e crio as trevas, promovo a paz e causo a desgraça; eu, o Senhor, faço todas essas coisas".
[7] Nota do tradutor: Ou "prosperidade", na NIV.

"todas estas coisas", incluindo tanto a prosperidade como o desgraça. Ele é o criador de todas elas. Isso é uma negação de qualquer tipo de dualismo — não há outro poder que possa causar prosperidade ou desgraça.[8]

Deus não diz, "Oh, não, eu não sou o autor do pecado. Embora eu seja a causa última de todas as coisas, eu me distancio de causar diretamente o mal ao estabelecer causas secundárias e agentes livres. Assim, embora eu crie e sustente todas as coisas, os homens pecam livremente, pensando e agindo segundo as suas próprias disposições. As disposições más vêm de Adão. Quanto a como Adão adquiriu suas disposições más.... bem, isso simplesmente terá que permanecer um mistério para você". Se essa é a resposta, por que não pular direito para o mistério e nos economizar algum tempo?

A Bíblia nunca responde esse tipo de questões e objeções dessa forma. Há muitas passagens bíblicas dizendo que Deus causa todas as coisas, e a metafísica por detrás disso é explicada pela onipotência de Deus — a mesma onipotência criou tudo. Por outro lado, todas as passagens que as pessoas usam para negar que Deus é o autor do pecado ou para provar o compatibilismo, são apenas *descrições* de eventos e motivos, sem tratar com a causa metafísica daqueles eventos e motivos.

Ao invés de dar a resposta popular, que é fraca, evasiva, incoerente, e confusa, Deus sem embaraço algum diz: "Sim, eu faço todas as coisas. O que você vai fazer a respeito disso? Quem é você para sequer me questionar sobre isso?". Quando chegamos na metafísica, incluindo a relação de Deus com as decisões humanas, seja para o bem ou para o mal, é assim que a Bíblia responde.

Então, leiamos Romanos 9:19–21:

> Mas algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?"
>
> Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'"
>
> O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?

Novamente, isso tem algo a ver com metafísica (determinismo, liberdade, etc.), visto que o contexto tem a ver com eleição e reprovação, e o criar do eleito e do não-eleito, assim como o oleiro faz o vaso a partir do barro.

Paulo não diz: "Oh, não, você não entende. Embora Deus determine todas as coisas, ele causa todas as coisas apenas te permitindo fazer decisões livremente segundo a sua própria natureza, que veio de Adão, cuja natureza misteriosamente de santa se tornou má, de forma que Deus não é o autor do pecado, e você é responsável pelas suas próprias decisões e ações".

[8] Alguns fazem uma distinção entre mal natural e moral, mas a Bíblia diz que Deus causa ambos. Veja meu artigo, "O Problema do Mal".

Pelo contrário, Paulo diz que o controle de Deus *tanto* sobre os "vasos para honra" *como* sobre os "vasos para desonra" é como o controle do oleiro sobre uma massa de barro.[9] E assim como a massa de barro não pode questionar o oleiro, a resposta de Paulo ao objetor não é, "Mas você se tornou mal por si mesmo" ou "Mas você pratica o mal segundo a sua própria natureza"; mas, pelo contrário, ele diz, "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?".[10] E Paulo não diz, "Mas Deus não é o autor do pecado", mas, pelo contrário, ele diz, "Deus tem o direito de fazer uma pessoa justa e outra pessoa má, de salvar uma e condenar outra. Certamente ninguém pode resistir Sua vontade! Mas quem é você para replicar?".

Essa é a atitude da Bíblia. Ela repreende o objetor e responde a objeção ao mesmo tempo. Mas a resposta não nega que Deus seja a causa direta do pecado; pelo contrário, ela ousadamente diz que Deus tem o direito de fazer tudo o que ele quer e que ele faz tudo o que ele quer. Ao invés de dar um passo para trás ou para o lado, ela dá um passo em direção ao objetor e dá-lhe uma bofetada na cara!

E essa é a resposta de Deus. Ela é forte, direta, simples, coerente e irrefutável. Ela é perfeita.

[9] Certamente, isso é apenas uma analogia; na realidade, o controle de Deus sobre nós é *muito maior* do que o controle de um oleiro sobre o seu barro, visto que o oleiro não criou o barro e seu controle sobre ele é limitado — por exemplo, ele não pode fazer com que o barro se torne ouro — mas Deus criou o próprio material com o qual ele trabalha e ele tem controle completo sobre ele.

[10] Assim, Paulo afirma que os réprobos são *feitos* réprobos por *Deus* e que eles não têm direito de reclamar.

2. O Autor de Confusão[11]

> Eu aprendi muito com o artigo "O Autor do Pecado".
>
> Eu comecei a lê-lo pensando, "Sim, mas o que dizer daquela passagem que declara, 'Deus não é o autor do pecado?' Certamente deve haver um contexto para ela. Eu quero ver o contexto e com o que se parece a relação metafísica-prática ali".
>
> Até então eu pensei que iria achá-la. Uau, fale sobre ser condicionado! A coisa mais próxima parece ser onde a New King James Version traduz 1 Coríntios 14:33 como "Deus não é o autor de confusão".
>
> Por causa da leitura das opiniões de outras pessoas durante anos e por ver a frase sendo repetida por todos os lados como fato, eu pensei que deveria haver uma passagem, em algum lugar na Bíblia, e que por alguma estranha razão eu nunca pensei que precisaria encontrá-la depois.
>
> O ponto principal é que ela simplesmente não está lá.
>
> Grande artigo e perspicaz *insight*. Eu aprendi muito.

Obrigado pelos seus comentários.

Sim, esse assunto sobre o autor do pecado é apenas tradição, nada mais.

Embora eu pense que não devamos nos focar em afirmar ou negar que Deus seja ou não o autor do pecado (visto que esse não é o foco da própria Bíblia), mas antes, nos focar positivamente na soberania e majestade de Deus, não há nada biblica ou racionalmente errado em dizer que Deus é o autor do pecado.

A expressão tem sido tão falsificada que ela soa automaticamente como errada ou até mesmo blasfema para as pessoas, mas nós podemos afirmá-la de uma maneira reverente, isto é, afirmar que Deus deveras governa sobre tudo, não de uma forma remota ou secundária, mas de uma poderosa e direta, fazendo tudo o que lhe apraz.

Até mesmo 1 Coríntios 14:33 é facilmente explicado.

Primeiro, nós sabemos a partir de muitas passagens bíblicas que Deus causa confusão às vezes, tal como quando ele agiu contra os inimigos de Israel em batalha. Assim, isso significa que "autor de confusão" não poder ser entendido superficialmente, mas deve ser verdadeiramente entendido dentro do seu contexto.

---

[11] O que se segue é uma correspondência editada. Essa mensagem, vinda de um pastor, me fornece o contexto para discutir 1 Coríntios 14:33, que é também usada às vezes para apoiar a idéia de que Deus não pode ser o autor do pecado ou do mal.

O contexto é o versículo 40, que diz: “Mas tudo deve ser feito com decência e ordem”. Esse é o ponto da passagem e o contexto para o versículo 33. Note que, seja na ordem ou na confusão, Paulo está dando instruções aos coríntios, não a Deus. Como Tiago, Paulo está falando sobre como os cristãos deveriam se comportar, antes do que sobre a metafísica por detrás do seu comportamento. A declaração, então, tem mais a ver com a aprovação ou desaprovação da situação por Deus, do que sobre a causa metafísica.

Mas há uma resposta direta à declaração, e esta é apontar que, antes de tudo, a palavra “autor” não está no texto! Se você verificar sua Bíblia interlinear, lemos assim a declaração: “Deus não é de confusão, mas de paz”. Não há nenhuma dica da palavra ou conceito de “autor” na passagem, mas ela foi inserida pelos tradutores.

Assim, a NIV traduz, “Pois Deus não é um Deus de desordem, mas de paz”, e outras traduções como a NASB e ESV são similares também. Certamente, até mesmo as palavras “um Deus” foram inseridas aqui, mas é melhor do que inserir “autor”, que implica algo que não está realmente na declaração. Uma tradução mais literal poderia ser, “Pois Deus não é de desordem, mas de paz”, o que é verdade com respeito ao contexto imediato de ordem na igreja, e até mesmo quando Deus decreta o mal (incluindo a confusão), ele assim o faz de acordo com um plano ordenado e racional.

3. Por que Deus Criou o Mal?

> Eu tenho apreciado os ótimos e recentes artigos com respeito a quem Deus é. A lógica clara dos seus artigos e da Bíblia é refrescante.
>
> Um dos meus amigos (que está no seminário) me perguntou: "Então, por que Deus criou o pecado?".
>
> Eu não lhe respondi ainda, mas quero ponderar sobre o assunto. A pergunta dela é uma pergunta infeliz? Seria o mal "causado", e não "criado"?
>
> Quais são os seus pensamentos?
>
> Obrigado por afirmar a Bíblia como o fundamento de todo nosso aprendizado e não as tradições que os homens tão freqüentemente ensinam. E obrigado pelo seu tempo.

Dizer "criar" ou "causar" o pecado seria simplesmente a mesma coisa em nosso contexto, e ambas as palavras são aplicáveis, assim, eu penso que a pergunta é boa.

Não estamos usando a palavra "criar" no mesmo sentido da criação original de Deus do nada, mas estamos nos referindo ao controle de Deus sobre coisas que ele já criou. Isto é, embora os maus pensamentos e as inclinações devam ser ativamente causadas na criatura por Deus, e, portanto, ele deva ativamente causar a má ação correspondente, todavia, ele não cria um novo material ou substância quando ele faz isso, visto que ele está controlando o que Ele já criou.

É verdade que uma pessoa peca segundo a sua natureza má, mas como Lutero escreveu, é Deus quem "cria" essa natureza má em cada pessoa concebida segundo o padrão do Adão caído, cuja queda Deus também causou. E então, Deus deve ativamente causar essa natureza má para funcionar e a pessoa age de acordo com ela. Lutero escreveu que Deus nunca permite que essa natureza má fique ociosa em Satanás e nas pessoas ímpias, mas ele continuamente a faz funcionar por seu poder.[12]

Lutero percebeu os absurdos bíblicos e metafísicos de afirmar algo fora do exposto acima; em contraste, a visão fraca (comum aos cristãos reformados de hoje) é uma evasão anti-bíblica, desnecessária, irracional e sofística. Se nossa posição é hiper-calvinismo (e não é!), então, isso simplesmente significaria que o hiper-calvinismo é a visão correta e bíblica. E tachá-la erroneamente de fatalismo não faz diferença alguma — é a saída dos fracos e covardes.

Quanto ao propósito de Deus para o pecado, primeiro, ao reconhecer ousadamente a verdade bíblica de que Deus é o soberano e justo "autor do pecado", podemos notar que até mesmo se fôssemos incapazes de responder à questão do *porquê* ele causou o pecado e o mal, isso não proporia um problema para o Cristianismo, nem invalidaria o

[12] Veja Martinho Lutero, *The Bondage of the Will* e Vincent Cheung, *Commentary on Ephesians*.

que eu tenho dito sobre o assunto do "autor do pecado". Isto é, mesmo que não tenhamos a resposta para a pergunta, não há contradição em nossa visão, nem nossa visão contradiz a Escritura. Seria simplesmente uma questão de falta de informação, e racionalmente falando, isso é tudo o que está em jogo.

Dito isso, temos uma resposta para a questão, e ela está na próxima passagem de Romanos 9 que temos examinado:

> Mas algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?" Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'" O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?
>
> *E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para a destruição? Que dizer, se ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória*, ou seja, a nós, a quem também chamou, não apenas dentre os judeus, mas também dentre os gentios? (v. 19–24)

De acordo com Paulo, pelo menos uma razão (não precisa ser a única razão) pela qual Deus criou os réprobos (isto é, "criou o pecado") é providenciar um contexto através do qual ele possa revelar sua ira — algo que os eleitos de outra forma nunca testemunhariam ou experimentariam. Em outras palavras, os réprobos são para a educação e edificação dos eleitos. Eles mantêm um mundo de lutas e tentações para os eleitos, e, no final, os eleitos testemunharão o derramamento da ira divina contra eles. Tudo isto serve para o avanço da santificação dos eleitos e para a declaração da glória de Deus.

O que se segue foi tirado da minha *Teologia Sistemática*:

> Um benefício importante, mas negligenciado, que o amor de Deus torna disponível para os cristãos, é a iluminação espiritual:
>
> > Quem tem os meus mandamentos e lhes obedece, esse é o que me ama. Aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me revelarei a ele. (João 14:21)
> >
> > Já não os chamo servos, porque o servo não sabe o que o seu senhor faz. Em vez disso, eu os tenho chamado amigos, porque tudo o que ouvi de meu Pai eu lhes tornei conhecido. (João 15:15)
>
> O conhecimento teológico — isto é, o conhecimento intelectual sobre coisas espirituais — é um dos dons de Deus menos apreciados. Mas ser um amigo de Deus significa ter tal conhecimento. O desdém com que muitos cristãos professos consideram os estudos doutrinários mostra que eles não amam verdadeiramente a Deus, embora eles gostem de pensar que eles o amam.

Jeremias 9:23-24 nos diz que a nossa prioridade é obter entendimento e conhecimento sobre Deus:

> Assim diz o Senhor: "Não se glorie o sábio em sua sabedoria nem o forte em sua força nem o rico em sua riqueza, mas quem se gloriar, glorie-se nisto: em compreender-me e conhecer-me, pois eu sou o Senhor e ajo com lealdade, com justiça e com retidão sobre a terra, pois é dessas coisas que me agrado", declara o Senhor. (Jeremias 9:23-24)

O conhecimento de Deus é o mais valioso tesouro, e tudo o mais é "esterco" (Filipenses 3:8) em comparação. Ao oferecer aos seus eleitos informação sobre si mesmo, Deus está lhes dando um dos maiores dons que ele pode lhes dar...

Um propósito dos réprobos — "os objetos de sua ira" ou aqueles que foram "preparados para a destruição" — é que Deus possa revelar esse aspecto de sua natureza aos "objetos de sua misericórdia, que preparou de antemão para a glória" (Romanos 9:22-23). Visto que os cristãos foram "salvos da ira de Deus" (Romanos 5:9) através de Cristo, este é um atributo divino que os eleitos nunca experimentarão, e, portanto, ele deve ser demonstrado a eles em outras pessoas. Lembre-se que um dos benefícios que Deus dá aos eleitos é informação ou conhecimento sobre si mesmo, e isto nos mostra até onde ele foi para se fazer conhecido ao seu povo.

Certamente, as pessoas podem não gostar dessa explicação, mas ela é o ensino explícito da Escritura. Tudo o que Deus faz é intrinsecamente bom e justo, assim, também é bom e justo que ele crie os réprobos para o propósito acima. O raciocínio humanista ficará horrorizado com esse ensino, visto que ele está mais preocupado com a dignidade e o conforto do homem do que com o propósito e a glória de Deus, mas aqueles com a mente de Cristo irromperão em gratidão e reverência, e afirmarão que Deus é justo, e que todas as coisas que ele faz são boas também.

4. Liberdade Compatibilista

– A –

Com respeito à liberdade compatibilista… Meu entendimento disso é que nós sinceramente escolhemos a partir de uma vontade dirigida por Deus – quer para o bem ou para o mal, dependendo se ele tem nos endurecido ou iluminado. Há algo nisso que você considere incorreto/antibíblico?

Eu concordo com o que você escreve, mas contrário a muitos calvinistas, eu discordo que isso deva ser chamado "liberdade" num sentido relevante.

Quando falando de liberdade em nosso contexto, seu sempre falo de liberdade *em relação a Deus* – e esse é o porquê o assunto se torna claro imediatamente. Eu posso usar a mesma definição consistentemente se estiver tratando com a natureza de Deus, o decreto de Deus, a natureza do homem, a natureza da salvação ou o determinismo, de uma perspectiva filosófica.

Muitos calvinistas não falam dessa forma; antes, eles dizem que sempre escolhemos o que mais desejamos,[13] mas quando eles adicionam que isso é "liberdade" num sentido relevante, e que nós somos responsáveis com base nessa "liberdade", eu discordo. Pelo contrário, eu nego qualquer sentido de liberdade humano e nego qualquer relação entre liberdade e responsabilidade.

A responsabilidade moral tem a ver com se Deus decidiu nos julgar; ela não tem relação direta com se somos livres. De fato, se fôssemos livres de Deus, mas não julgados por Deus, então *ainda não* seríamos moralmente responsáveis. Em outras palavras, a responsabilidade moral não pressupõe e liberdade humana, mas ela pressupõe a soberania divina. Nós somos responsáveis não porque somos livres, mas somos responsáveis precisamente porque *não* somos livres.

Também, os calvinistas frequentemente afirmam que Adão foi livre antes da Queda. Mas novamente, em sempre falo de liberdade com relação a Deus, e dessa perspective, eu diria que Adão não teve nenhuma liberdade, seja qual for, nem mesmo antes da Queda. Ser "livre" para pecar é irrelevante. A questão é se Adão era livre *de Deus* para escolher permanecer no pecado – ele não era. Em adição, eu não diria que Deus *permitiu* Adão cair, mas que Deus *causou* essa queda. Muitos calvinistas também discordariam comigo nisso.

Compatibilistas hesitariam em dizer que somos livres de Deus, mas eles insistiriam que, visto que sempre agimos de acordo com o desejo mais forte no momento, isso é um sentido real de liberdade, e que essa "liberdade" é a pré-condição para a responsabilidade moral.

Digamos que eu tenha cometido um assassinato. Eu era realmente livre de outras criaturas quando eu fiz minha decisão, e eu agi de acordo com meu próprio desejo

[13] Embora eles possam reconhecem também que é Deus quem determina esse desejo, eles, diferentemente de mim, podem negar que Deus causa nossos desejos, quer para o bem ou para o mal, sempre de uma maneira ativa e direta.

interno. Mas esse desejo foi causado e controlado por Deus, e o fato de que eu sempre agirei com base no meu desejo mais forte (que é a natureza humana) também foi causado por Deus. Mas isso equivale a dizer que nós não temos nenhuma liberdade *de Deus* para nos abstermos do assassinato, mas que temos somente uma liberdade interna de outras criaturas para nos abstermos do assassinato.

Então, se fôssemos suavizar isso e dizer que nossos desejos são de certa forma não determinados, mas meramente permitidos por Deus, então, mesmo ignorando por ora que isso é antibíblico, ainda devemos explicar como é possível para Deus permitir algo sem causá-lo, e, todavia, decretar imutavelmente que ele aconteça num sentido que não é meramente uma expressão de presciência. Se não pudermos, então somos arminianos.

Também, se Deus meramente nos permite fazer algo, então eu também demandaria uma explanação metafísica sobre como é possível para uma criatura dirigir e controlar sua própria mente. Isto é, é possível que uma coisa criatura funcione de alguma forma debaixo da simples permissão de Deus, sem sua constante determinação causativa? Como?

O próprio Calvino escreveu: "De fato, nem mesmo uma abundância de pão nos beneficiaria nem no mínimo grau, a menos que tivesse se tornado divinamente em alimento". Isso soa como meu ocasionalismo. Não há nenhuma "natureza" ou poder inerente no pão que sempre opera com o corpo para fornecer alimento, mas ele deve ser "tornado divinamente em alimento" cada vez em que é consumido.

Isso é Calvinismo – é uma aplicação consistente da soberania divina sobre todas as coisas. É uma negação de qualquer forma de dualismo ou deísmo. Assim, eu afirmo que Deus controla todas as coisas sobre todas as coisas que seja algo, incluindo cada aspecto de cada detalhe de cada decisão ou ação humana, e de uma tal forma que o homem não tem nenhuma liberdade em qualquer sentido significativo ou relevante.

Resumindo, a liberdade libertariana não é de fato liberdade, mas é antibíblica e impossível – não existe tal liberdade. Por outro lado, a liberdade compatibilista não é "liberdade" de forma alguma (exceto de outras criaturas, o que é irrelevante), mas é apenas uma *descrição* do que acontece quando Deus controla cada aspecto de nossas decisões e ações, usualmente (não sempre) de acordo com uma "natureza" que ele também criou em nós. Ambas as palavras, "compatibilista" e "liberdade", são enganosas.

– B –

Eu me considero um batista "calvinista". De acordo com o meu entendimento, o pecado entrou nesse mundo através da desobediência de Adão e não como um resultado do propósito determinante de Deus.

De fato, *todos* escritores calvinistas e reformados afirmariam que o pecado veio como um resultado do decreto de Deus, de forma que ele foi determinado pelo menos nesse sentido. A diferença é que muitos dizem que esse é um decreto "passivo" ou permissivo", enquanto que minha posição é que não há tal coisa como um decreto "passivo" ou "permissivo" em Deus, pois é antibíblico e impossível que um decreto divino seja "passivo" ou "permissivo".

É correto dizer que o pecado veio através da desobediência de Adão, mas essa não é a questão debatida. A questão é o que causou essa desobediência. Dizer que antes da Queda Adão tinha "livre-arbítrio" é irrelevante, a menos que esse "livre-arbítrio" signifique liberdade *de Deus*. Se é isso o que ele significa, então isso é *paganismo*, não Calvinismo ou Cristianismo. Se o significado pretendido é somente a liberdade do pecado, então novamente isso é irrelevante, visto que a questão relevante na discussão do determinismo divino deve ser se Adão era livre *de Deus* para se abster do pecado, não se ele era livre *do pecado* para abster do pecado.

5. Agostinho e Compatibilismo

Embora a citação abaixo sobre a qual nossa discussão é baseada tenha vindo de um guia introdutório à Agostinho e à sua filosofia,[14] nosso foco principal aqui é de fato o compatibilismo, e não Agostinho.

> **(1)** A crença posterior de Agostinho sobre os conceitos de graça e pecado original levaram-no a um determinismo de variedade teológica. Os deterministas teológicos sustentam que tudo o que fazemos é causado por condições antecedentes, ultimamente atribuíveis à Deus. Embora o último Agostinho seja claramente um determinista teológico, é mais acurado atribuir a ele a versão "suave" do determinismo conhecida como compatibilismo. O compatibilismo é a visão de que, embora todas as ações sejam causadas por condições antecedentes, é ainda apropriado chamar algumas delas de "livres".
>
> **(2)** Os compatibilistas querem distinguir ações que são internamente causadas de ações que são externamente causadas. Considere, uma vez mais, o caso da nossa paciente repentinamente chutando sua perna. Suponha que o que lhe causou fazer isso foi o fato do seu médico estar testando o seu reflexo, batendo em seu joelho. Isso significaria que a ação foi externamente causada, e, por conseguinte, não deveria ser considerava livre. Suponha, por outro lado, que o que lhe causou chutar sua perna foi um desejo de atenção. De acordo com o compatibilista, isso ainda teria uma condição antecedente que tornou impossível para ela o se refrear de chutar a sua perna. Assim, ela não seria livre no sentido libertariano. Todavia, o compatibilista chamaria a ação de "livre", pelo fato dela ter sido causada internamente. *Não foi um outro alguém* que fez com que a paciente chutasse a sua perna; ela o fez por consentimento próprio.
>
> **(3)** Os compatibilistas fazem essa distinção porque eles querem manter os seres humanos moralmente responsáveis por suas ações "livres" (isto é, causadas internamente). Se algo externo à paciente tivesse lhe feito chutar a sua perna, então ela não poderia ser responsabilizada por isso; se algo interno lhe fez fazer isso, então ela deve tomar a responsabilidade pelo ato, mesmo que ela não pudesse agir de outra forma.
>
> **(4)** Agostinho é interpretado mais benevolentemente como um compatibilista. Ele, como muitos compatibilistas, retém a linguagem do livre-arbítrio porque ele sabe que é impossível explicar a condição humana sem ele. Todavia, ele confisca essa linguagem para os seus próprios propósitos determinísticos. Ele quer manter que os seres humanos não podem tomar o crédito por serem bons. A razão é que todas as boas ações são causadas pela graça de Deus, uma causa externa. Ao mesmo tempo, ele quer manter que os seres humanos devem tomar o crédito por serem maus. A razão é que todas as más ações são causadas pelas nossas vontades. Visto que a vontade é uma causa interna, nós somos responsáveis, mesmo que não possamos agir de outra maneira.

[14] Eu numerei os parágrafos para que você possa localizar os comentários que correspondem a cada um deles mais facilmente.

> **(5)** Em suas últimas obras, Agostinho se devota a depreciar a alegada dignidade humana do livre-arbítrio e a criticar qualquer um que se orgulhe dele. Ele escreve que os seres humanos são "escravos do pecado", e que a melhor coisa que pode nos acontecer é receber a graça e por ela nos tornarmos em vez disto "escravos de Deus".
>
> **(6)** A teodicéia de Agostinho, portanto, faz uma dupla contribuição para história da filosofia. Por um lado, ela nos fornece uma confrontação pessoal, todavia intelectual, com o problema do mal. Por outro lado, ela introduz o conceito de livre-arbítrio, somente para gerar outro grupo de conceitos, graça e pecado original, que eliminam qualquer aplicação significativa do conceito de livre-arbítrio. Desza forma, Agostinho reflete e reforça a profunda ambivalência para com a liberdade humana que é endêmica ao pensamento Ocidental.[15]

Algumas das declarações acima são questionáveis ou pelo menos imprecisas, e o que Agostinho "sabe" é algumas vezes apenas sua opinião.

Por exemplo, eu discordo da declaração: "Ele, como muitos compatibilistas, retém a linguagem do livre-arbítrio porque ele sabe que é impossível explicar a condição humana sem ele". Certamente, Agostinho pode ter pensado que ele precisava designar algum tipo de liberdade ao homem, mas isso não significa que ele estava correto. Em vez disso, eu afirmo a posição oposta, que reter o ("a linguagem do") livre-arbítrio humano em qualquer sentido significativo faria impossível explicar a condição humana, e não somente isso, mas faria também a doutrina do homem ser inconsistente com a doutrina de Deus.

Todavia, no geral a citação acima é ainda um bom exemplo de como a tensão (auto-contradição) no compatibilismo é bastante óbvia àqueles que não são preconceituosos em favor dele.

Eu oferecerei alguns comentários sobre cada parágrafo. Por favor, lembre-se que cada porção numerada abaixo corresponde a um parágrafo com o mesmo número na seção acima:

(1)

> Os deterministas teológicos sustentam que tudo que fazemos é causado por condições antecedentes, ultimamente atribuíveis a Deus.

Isso é verdade com respeito à maioria dos deterministas teológicos, mas é também, no final das contas, incoerente. Eu mudaria esta afirmação e diria que todas as condições são "*imediatamente* atribuíveis a Deus".

Eu afirmo a significância das assim chamadas "causas secundárias" somente no sentido de que essas são os meios pelos quais Deus executa seus decretos imutáveis; contudo, estas causas secundárias não são por si mesmas auto-existentes, auto-determinadas, auto-causadas ou auto-impulsionadas. Antes, todas as assim chamadas "causas secundárias" são elas mesmas imediatamente causadas e controladas por Deus e os

[15] Sharon M. Kaye and Paul Thomson, *On Augustine*, (Wadsworth, 2001), p. 25–26.

objetos sobre os quais essas causas secundárias supostamente agem, reagem de formas que são também imediatamente causadas e controladas por Deus.

Essa é a única posição coerente e defensível. Quando pressionados, os deterministas teológicos que diferem sobre isso, devem imediatamente fugir para o mistério e o paradoxo.

> O compatibilismo é a visão que, embora todas as ações sejam causadas por condições antecedentes, é ainda apropriado chamar algumas delas de "livres".

Por que a palavra "livre" em citações aqui e em outros lugares? Provavelmente porque os escritores percebem, como eu também, que há um esforço para chamar a liberdade compatibilista de "livre".

A liberdade compatibilista é "livre" somente num sentido privado. A palavra é inserida e usada por força – não é uma descrição natural do compatibilismo, especialmente quando discutido no contexto do determinismo divino. Você pode chamar qualquer coisa de "livre", mas ela o é?

(2)

Note que liberdade é relativa – você é livre *de algo*. O compatibilista deseja afirmar que não somos livres de Deus, mas ao mesmo tempo deseja fazer a liberdade aplicável às nossas ações em algum sentido, assim, ele coloca o padrão pelo qual a liberdade é mensurada para baixo, de Deus para o homem. Isto é, ao invés de mensurar a liberdade verificando se nossos pensamentos e ações são livres *de Deus*, agora nós somos "livres" até onde formos livres com relação a outras coisas criadas, e então construímos a responsabilidade moral sobre isso. Eles apenas mudam o ponto de referência.

Mas isso é limitado e arbitrário. Eu posso da mesma forma mudar o padrão ou ponto de referência, verificando se somos livres de uma partícula de pó específica de Netuno. Se essa partícula de pó de Netuno não determina meus pensamentos e ações – se eu sou "livre" dela – então, neste sentido, eu tenho "livre-arbítrio", e, portanto, eu sou moralmente responsável. Hurra!

O compatibilista pode responder, "O ponto é que a causa para uma ação está dentro de mim, de forma que eu não sou forçado, e, portanto, eu sou livre e responsável". Mas esse uso de "forçado" e "livre" é equivocado, visto que se Deus é a causa da causa dessa ação (como eu afirmo, e como muitos calvinistas admitem), se ele determina completamente todo detalhe final de nossos próprios pensamentos, desejos, motivos e disposições... ou para usar as expressões em nossa citação, se Deus é a causa externa da causa interna de nossas ações, de forma que a própria causa interna não é livre nem mesmo no sentido compatibilista, então a ação é *mais do que forçada*. Ela é tão determinada, causada e controlada que ela não pode ser descrita como forçada, visto que ser "forçado" deixa espaço para uma relutância interna consciente de realizar a ação que alguém é externamente causado a fazer contra a sua vontade de realizar. Mas Deus tem um controle tão abrangente sobre todos os nossos pensamentos e ações que "forçado" seria *muito fraco* para descrevê-los.

Assim, certamente as nossas ações não são "forçadas", pois a palavra sugere que a pessoa que está forçando carece de controle completo sobre aquela que está sendo forçada, de forma que permanece alguma resistência na pessoa que está sendo forçada contra aquela que está forçando, exceto que o que está forçando exerce maior poder. Visto que "forçado" implica tal cenário ou relacionamento, a palavra é muito fraca também para descrever o controle de Deus sobre nós; portanto, nossas ações não são "forçadas", embora não sejamos livres. De fato, o controle de Deus sobre nós é tão exaustivo que o compatibilista se esquece dele, assim, ele pensa que ele é livre porque ele não se sente forçado, quando a verdade é que ele é *muito menos livre* do que se ele fosse forçado.

O compatibilista diz que não somos livres se nossas ações são externamente causadas, mas que somos se nossas ações são internamente causadas. Contudo, a verdade é que todas nossas "causas" internas são elas mesmas externamente causadas. Isto significa que todos nossos pensamentos e ações são de fato externamente causados por Deus, de forma que nossas assim chamadas causas internas são meramente efeitos externamente causados que levam a outros efeitos (tais como nossas ações).

Portanto, nesse sentido, nenhum dos nossos pensamentos e ações são livres, nem mesmo de uma perspectiva compatibilista, isto é, a menos que eles mudem o ponto de referência para começar depois de Deus já ter externamente causado nossas causas internas. Mas isto é arbitrário – é enganador – se vamos permitir isso, então não há nenhum ponto em discussão, visto que seria claro que o compatibilista está apenas mudando o ponto de referência até que ele possa usar a palavra "livre" em algum sentido.

É equivocado e desonesto mudar dessa forma o ponto de referência para que possamos afirmar algum sentido de liberdade; ao invés disso, devemos consistentemente definir liberdade com relação ao princípio metafísico mais amplo, que é Deus, visto que ele é o único ponto de referência relevante quando estamos discutindo determinismo divino. Se não somos livres de Deus em nenhum sentido, então não temos "livre-arbítrio" em nenhum sentido, isto é, no contexto de discutir o determinismo divino.

(3)

Note que "livre" é ilegitimamente definido como "causado internamente", mesmo se tudo sobre tudo que é interno seja de fato externamente causado e controlado por Deus. Nós acabamos de tratar sobre isso, assim, continuemos.

Novamente, uma preocupação principal é o fundamento para a responsabilidade moral; entretanto, ninguém parece notar que a premissa "responsabilidade pressupõe liberdade" nunca foi justificada. Mas se vamos colocar a responsabilidade moral de volta ao lugar que ela pertence – isto é, ao decreto soberano de Deus de julgar toda a humanidade – então, a liberdade humana se torna irrelevante, e não há nenhum problema em descartá-la totalmente.

(4)

Note a contorção e volta necessária para apenas explicar o compatibilismo; deixe-o se defender sozinho.

Compatibilistas dizem que o bem é atribuído à graça e ao poder de Deus porque o homem pecador não tem capacidade dentro de si mesmo para qualquer bem espiritual, mas o mal é atribuído ao homem porque ele já é pecador e fazer o mal seria agir de acordo com a sua natureza. Mas então você lhes pergunta como essa natureza má chegou ali em primeiro lugar, e como Adão pôde realizar o mal se ele foi criado positivamente bom, e eles novamente recuarão para o mistério e paradoxo, ou repetirão algum tipo de argumento baseado no livre-arbítrio, que não responde a pergunta.

Por outro lado, eu posso dizer: "O Deus Soberano causa todas as coisas, e ele é bom e justo em tudo o que ele faz. Bendito seja o nome do Senhor". Nenhuma objeção pode ser levantada contra isto.

(5)

Novamente, a pergunta é como o homem chegou a se tornar "escravo do pecado" em primeiro lugar, se ele foi criado positivamente bom. Além do mais, eu diria que enquanto que o homem se tornou "escravo do pecado", o próprio pecado se tornou "escravo de Deus". Dizer que o pecado é em algum sentido livre de Deus seria afirmar o dualismo.

Se os homens não-salvos são "escravos do pecado", e o próprio pecado é "escravo de Deus", e se os homens redimidos são "escravos de Deus" em justiça, isso significa que tanto homens não-salvos como redimidos são de fato "escravos de Deus" – o não-salvo através do pecado, e o redimido através da justiça.

(6)

Note uma restrição considerável que esses escritores mostram para com o compatibilismo. Eles estabeleceram tudo corretamente bem, o suficiente para que eles pudessem explodi-lo em pedaços, mas eles desejam ser amáveis. Assim, eles contentam-se em dizer que Agostinho tem uma "dupla contribuição", e que os aspectos deterministas de sua filosofia "eliminam qualquer aplicação significativa do conceito de livre-arbítrio".

Mais claramente, isso significa que se um compatibilista verdadeiramente afirma o determinismo divino, então o que ele diz sobre a "liberdade" humana ou "livre-arbítrio" é insignificante – não tem sentido. Esses escritores vêem isso – a maioria dos calvinistas recusa ver.

Sumário

Aqui está uma forma de evitar absurdos:

1. Afirme o determinismo divino absoluto.

2. Negue toda liberdade humana.

3. Baseei a responsabilidade moral no decreto soberano de Deus de julgar a humanidade.

4. Responda quase todas as objeções relatadas apenas fazendo o seguinte:

   a. Afirme que Deus é justo e justiça por definição.[16]

   b. Negue a premissa injustificada, "responsabilidade pressupõe liberdade".[17]

Não há nenhuma contorção ou reviravolta, nenhuma ginástica filosófica, e nenhuma necessidade de redefinir isso e qualificar aquilo. Deus é soberano, o homem não é livre – e não há problema. Isso é bíblico, coerente, simples e defensível.

Não há problemas inerentes com o exposto acima, de forma que o mesmo não pode ser atacado diretamente como incoerente. Se algum dos pontos acima for individualmente contestado como falso, então, dependendo do ângulo da objeção, o debate se moverá para um nível pressuposicional ou exegético, que deveria ser a mesma coisa para o cristão. Então, para se preparar para isso, o cristão deve estudar as passagens bíblicas relevantes e aprender como aplicá-las, que é o seu dever espiritual em primeiro lugar.

Comentários Adicionais

Além do exposto acima, eu também tratarei brevemente da reivindicação compatibilista de que a própria Escritura ensina o compatibilismo.

Um dos versos favoritos usados em apoio do compatibilismo é Gênesis 50:20, no qual José diz aos seus irmãos, que o venderam ao Egito: "Vocês planejaram o mal contra mim, mas Deus o tornou em bem, para que hoje fosse preservada a vida de muitos".

Para esse versículo sustentar o compatibilismo, ele deve transmitir a idéia de que a ação dos irmãos foi em algum sentido "livre"; contudo, o versículo nos diz sobre sua intenção – ele não diz nada sobre se eles eram livres ou não, ou se a intenção foi livre ou não.

Visto que o versículo também nos diz sobre a intenção de Deus, e visto que essa intenção difere da intenção dos irmãos, o compatibilista reivindica que isso explica como Deus pôde imutavelmente decretar uma ação humana, e, todavia a ação decretada (nesse caso, a decisão dos irmãos e a ação de vender José) ainda ser "livremente" realizada pela pessoa humana ou pelo povo envolvido.

Contudo, o versículo não implica isso nem mesmo remotamente – ela é uma inferência forçada. O versículo nos diz o que os humanos intentaram, e nos diz o que Deus intentava, mas ele não nos dá o pedaço de informação que é necessário para se estabelecer ou refutar o compatibilismo, a saber, a relação entre a intenção dos homens e a intenção de Deus nesse evento (de vender José).

[16] Isto torna todo o "problema do mal" e do "autor do pecado" tipos de objeções inaplicáveis.
[17] Isso torna a liberdade irrelevante para a discussão.

Dessa forma, o versículo nem estabelece, nem refuta o compatibilismo. Para entender como este versículo se aplica ao compatibilismo, a pessoa deve primeiro descobrir a relação entre a vontade do homem e a vontade de Deus dos muitos outros versículos na Escritura que claramente tratam disso.

Agora, como eu tenho estabelecido em meus livros e artigos, muitas passagens bíblicas ensinam que é a vontade de Deus que diretamente determina a vontade do homem, seja para o bem ou para o mal. Portanto, quando aplicamos Gênesis 50:20 ao nosso tópico, devemos parafraseá-lo para dizer, "Deus intentou o bem para a vossa má intenção", ou "Deus vos fez ter essa má intenção, e ele intentou o bem quando ele o fez", ou "Deus intentou o bem (o bem salvador para muitas vidas) quando ele fez com que vós intentassem esse mal (a venda de José)".

Para repetir, o versículo em si mesmo nunca declara ou implica que os irmãos de José intentaram o mal "livremente" – ele apenas diz que eles intentaram o mal. Então, ele diz que Deus intentou o bem com respeito a essa mesma (má) decisão/ação realizada pelos irmãos. Adicionando a isso a premissa (estabelecida por outros versículos bíblicos) de que Deus exercita constante e completo controle sobre todos os pensamentos e ações humanas (sejam bons ou maus), segue-se que Deus intentou o bem quando ele fez com que esses irmãos intentassem o mal.

Dessa forma, Deus foi justo e os irmãos foram moralmente culpados. Deus foi justo visto que tudo o que ele faz é justo por definição, e foi um bom decreto que causou a intenção má nos irmãos. Os irmãos foram moralmente culpados, visto que eles violaram as leis morais de Deus, como causadas por Deus para assim o fazer. Em tudo isso, não há ponto de abertura lógico para a liberdade humana entrar na discussão de forma alguma, embora ela seja freqüentemente forçada na discussão.

Aplique uma análise básica similar para todos os versículos usados pelos compatibilistas, e você verá que nenhum deles realmente sustenta o compatibilismo. Parece que os compatibilistas já estão tão convencidos de sua posição aparte da Escritura, que eles facilmente a "vêem" ensinada nesses versículos, mesmo quando esses não tratam do assunto de forma alguma.

É auto-enganador abraçar uma tradição que realmente tem sido um fardo para o Calvinismo antes do que um suporte, fazendo-o incoerente e difícil de ser defendido, e fazendo seus aderentes parecerem tolos quando eles desnecessariamente recuam para o mistério e paradoxo.

Reconhecidamente, um Calvinismo ousado e consistente não é apenas muito mais ofensivo do que um Calvinismo mal planejado e inconsistente, mas é também mais bíblico, coerente e irrefutável.

6. Determinismo "Suave"

Deixe-me fazer uma observação sobre o termo "determinismo suave". Embora eu não me oponha completamente ao seu uso, ele parece ser uma linguagem falsificada, e permite seus aderentes parecerem melhores do que eles realmente deveriam parecer.

Agora, determinismo "suave" é usado em contraste com determinismo "rígido". Usando esses termos, a posição reformada/calvinista popular, que é o compatibilismo, seria chamada de determinismo "suave", enquanto minha posição seria chamada de determinismo "rígido".

A primeira é "mais suave" em qualidade e/ou na quantidade com respeito ao nível e/ou quantidade de controle (determinismo) que Deus exerce sobre sua criação, enquanto que o determinismo "rígido" é absoluto, afirmando que Deus exerce completo (em nível ou qualidade) e abrangente (em montante ou quantidade) controle sobre todas as coisas.

Mas isso significa que o determinismo "suave" é realmente um determinismo *parcial* – isto é, parcial (não pleno) em qualidade ou em quantidade, ou em ambos. E se o que Deus não determina de uma maneira absoluta ainda pode realmente acontecer, então isso significa que há outro (um ou mais) poder determinante no universo. Quando estamos falando da relação de Deus para com o homem, atribuindo apenas um determinismo parcial a Deus, necessariamente implica atribuir um determinismo parcial ao homem também. Assim, isso se torna uma versão de dualismo.

Em outras palavras, aquele que crê que Deus determina de uma maneira absoluta todas as coisas é um determinista pleno, visto que ele crê que Deus determina plenamente todas as coisas, tanto em qualidade como em quantidade, e em termos tanto de nível (extensão) como de quantidade de controle exercido. Crer em algo menos do que isso não é pleno; portanto, é parcial.

Também, visto que o determinismo "suave" significa realmente determinismo *parcial*, isso também necessariamente significa que ele é um ***in****determinismo* parcial (isto é, um ***não****-determinismo* parcial). Reconhecidamente, visto que os calvinistas usualmente (reivindicam) afirmam um maior poder determinador a Deus do que ao homem, esse indeterminismo é um indeterminismo muito "suave", mas ainda assim é um indeterminismo parcial.

Isso se torna apenas uma questão de ênfase com respeito ao termo que alguém deseja usar. Assim, o termo determinismo "suave" é pelo menos um pouco enganador, fazendo seus aderentes parecerem melhores do que eles realmente deveriam parecer. Para alguns, ele tem o efeito de soar "mais suave", agradável e menos extremo. Mas se não deixarmos a linguagem nos enganar, veremos que ele é realmente um determinismo parcial, um determinismo fraco, um determinismo incompleto ou um ***in****determinismo* "suave". E, pelo menos por implicação, um dualismo.

Por outro lado, visto que nós que afirmamos o determinismo "rígido" de fato afirmamos apenas o "determinismo", não há necessidade de qualificá-lo, se não para um contraste ou desafio de uma versão parcial. Eu não preciso dizer constantemente que eu sou um humano pleno a menos que eu esteja numa discussão envolvendo humanos parciais – eu

sou apenas humano. E no contexto de um contraste, o que afirmamos é realmente determinismo *pleno*, não "rígido". Também, conseqüentemente, podemos dizer confidentemente que afirmamos o não-indeterminismo (indeterminismo zero) quando diz respeito ao nível ou quantidade de controle que Deus exerce sobre a sua criação.

Certamente, o exposto acima não argumenta diretamente sobre os méritos das suas visões, mas é uma observação sobre a linguagem falsificada frequentemente usada.

7. Determinismo, Fatalismo e Panteísmo[18]

Algumas vezes as pessoas me perguntam sobre fatalismo. A maioria delas são pessoas educadas e educáveis que desejam conhecer o que o determinismo e o fatalismo são, como eles diferem um do outro, e como minha posição difere do fatalismo.[19] E então, há alguns que abertamente me acusam abertamente de ensinar fatalismo. O que se segue será suficiente como minha resposta para ambos os grupos de pessoas.

Em algumas definições, os termos "determinismo" e "fatalismo" são similares. Alguns dicionários ingleses definiriam esses termos de formas que falhariam em fazer uma clara distinção entre eles. *Merriam-Webste* é muito ambíguo para o nosso propósito, e *Webster's New World Thesaurus* considera as duas palavras como sinônimas. Certamente, mesmo aqueles que afirmam o determinismo "suave" e me acusam de ensinar o fatalismo, não aceitariam essas definições ambíguas, visto que então eles se tornariam, na melhor das hipóteses, "fatalistas suaves". As definições na literatura teológica e filosófica poderiam ser mais precisas.

Por "fatalismo", eu me refiro ao ensino de que todos os eventos são pré-determinados (1) por forças impessoais e (2) a despeito dos meios, de forma que, não importa o que uma pessoa faça, a mesma conseqüência resultará.

Por "determinismo", estou especificamente me referindo ao determinismo teológico ou divino. Ele é o ensino de que o Deus pessoal da Bíblia pré-determinou inteligente e imutavelmente todos os eventos, incluindo todos os pensamentos, decisões e ações humanas, predestinando assim tanto os fins como os meios para aqueles fins.

Essas não são definições privadas minhas, mas elas são consistentes com o uso comum na literatura teológica e filosófica.

Por exemplo, o Dr. Alan Cairns é um respeitado pastor e teólogo Presbiteriano, cuja ortodoxia é geralmente inquestionável, e que é ele mesmo um determinista "suave"[20]. Ele define "fatalismo" da seguinte forma: "A teoria da necessidade inevitável; a filosofia oriental pagã de que todas as coisas são pré-determinadas por *forças cegas e irracionais*, e, portanto, *não há lugar para o esforço humano* mudar algo".[21]

---

[18] Por "determinismo", estamos nos referindo somente ao determinismo teísta, teológico ou divino, e não ao determinismo naturalista ou científico, o último sendo a posição afirmada pela maioria dos ateus. Estamos considerando o controle que *Deus* exerce sobre a sua criação, e não a relação entre ações humanas e causas *naturais* antecedentes (tais como genética e fatores ambientais). Certamente, quando diz respeito às assim chamadas causas naturais, eu afirmo que é Deus quem direta e ativamente controla *tanto* essas causas naturais *como* as reações dos objetos sobre os quais essas causas naturais supostamente agem. Em outras palavras, minha posição é que todas as causas naturais são somente "causas" num sentido relativo.

[19] Aqui estão dois exemplos: (1) "Gostaria de saber qual é a sua posição sobre fatalismo. Fatalismo e determinismo são a mesma coisa?"; "(2) Gostaria de saber como você diferenciaria o determinismo rígido do fatalismo. A razão pela qual eu pergunto isso é que me parece que a maioria dos calvinistas que sustentam o determinismo suave se esforça para evitar a acusação de serem fatalistas".

[20] Alan Cairns, *Dictionary of Theological Terms*, p. 186.

[21] Ibid., p. 176.

Agora, diante dos olhos de Deus, quem ousaria me acusar de ensinar que "todas as coisas são pré-determinadas por *forças cegas e irracionais*"? Fazer isso seria cometer o pecado de calúnia, e alguns têm realmente cometido esse pecado contra mim por suas falsas acusações. Antes, eu afirmo que é o Deus *pessoal* e *racional* quem pré-determinou todas as coisas.

E quem ousaria me acusar de ensinar que todas as coisas ocorrem como pré-determinadas, *a despeito dos meios*? Eu afirmo que Deus determinou todas as coisas por imutavelmente pré-ordenar e diretamente controlar tanto os fins como os meios. Portanto, não é que "*não há lugar para o esforço humano*", mas é Deus quem também controla os esforços humanos bem como os efeitos desses esforços para produzir os resultados pré-determinados.

É perigoso falar de coisas que coisas que você não entende, e parece que aqueles que me acusam de ensinar o fatalismo são, de fato, ignorantes do que fatalismo realmente significa.

Assim como alguns arminianos falsamente acusam os calvinistas de ensinar o fatalismo, aqueles calvinistas que afirmam o determinismo "suave" dão meia-volta e me acusam de ensinar o fatalismo, quando tanto esses calvinistas como aqueles arminianos não têm idéia do que o fatalismo significa. Essas pessoas não têm a cortesia de nem mesmo dar uma olhada na palavra num dicionário teológico para se certificar se a acusação se aplica. E eles certamente não têm o mínimo fundo teológico para entender o que o fatalismo significa sem consultar algum dicionário.

Quanto àqueles de vocês que são atenciosos e ensináveis — diferentemente daqueles que fazem acusações ignorantes e caluniosas, pretendendo ser eruditos quando não o são — eu não acuso vocês por perguntar sobre isso, visto que há muita falsa informação sendo circulada.

Tenha certeza que o que eu ensino, embora seja uma versão mais vigorosa do determinismo que você está acostumado a ouvir, é muito diferente do fatalismo. De fato, ele é tão diferente do fatalismo com o teísmo é diferente do paganismo e do ateísmo, visto que eu afirmo que todas as coisas são determinadas por um Deus pessoal e soberano, não por "forças cegas e irracionais".

Portanto, não permita que pessoas ignorantes te confundam ou te enganem.

Então, eu apontarei também algo que é comumente mal-entendido, a saber, algumas pessoas assumem que uma pessoa tem mais liberdade sob o "determinismo" e que as coisas são mais abrangentemente determinadas no "fatalismo". Mas isso não é verdade.

O fato é que as coisas são *mais* determinadas no determinismo divino do que em qualquer outro esquema. Sob o "fatalismo" (como definimos apropriadamente acima), um evento é pré-determinado de tal forma que a mesma conseqüência resultará "não importa o que você faça", isto é, a despeito dos meios. Mas sob o determinismo divino, embora "importe" o que você faça, "o que você faz" é também imutavelmente pré-determinado em primeiro lugar. E "importa" porque há uma relação definida entre "o

que você faz" e o resultado, mas até mesmo essa relação é determinada e controlada por Deus.[22]

Assim, eu afirmo o determinismo divino e não o fatalismo, mas não pela razão que as pessoas algumas vezes evitam o fatalismo. Eu afirmo o determinismo não porque as coisas são menos controladas nesse esquema — elas são mais controladas nele — mas eu o afirmo porque ele é a verdade revelada e racional.

Aproveitando, há aqueles que acusam que o meu determinismo e ocasionalismo equivale ao panteísmo.[23] Mas isso também é estúpido e ignorante. Se o panteísmo afirma que "tudo é Deus", então isso significa que quando Deus age em qualquer objeto, ele sempre está agindo em si mesmo. Contudo, isso está muito longe do que eu afirmo. Antes, eu afirmo que Deus criou entidades espirituais e materiais que *são outras além* dele, mas que ele, todavia, as sustenta e controla completamente. Dizer que Deus *controla* X é muito diferente de dizer que Deus *é* X.

De fato, para os meus oponentes me acusarem de panteísmo *porque* eu afirmo o controle direto e total de Deus sobre todas as coisas implica que *eles* crêem, sob o nome de teísmo, que Deus não pode ter controle direto e total sobre todas as coisas que não sejam ele mesmo. [24] Mas então, visto que o universo criado não é Deus, por implicação eles devem afirmar que Deus não tem controle direto e total sobre *qualquer coisa* no universo criado.

Isto é, através da acusação deles contra mim, eles implicam que Deus está *identificado* com todas as coisas sobre as quais sele tem controle direto e total. Então, visto que eles negam meu ensino de que Deus tem controle direto e total sobre todas as coisas, e visto que eles ao mesmo tempo negam que Deus seja identificado com o universo, segue-se que eles crêem que Deus não tenha controle direto e total sobre *qualquer coisa* no universo.[25] E se isso é o que eles crêem, então eles nem mesmo são cristãos.

Esta é a implicação do que *eles* crêem a partir da acusação deles contra mim. Certamente, eu não estou realmente acusando-lhes de crer nisso, mas é a implicação lógica, e a conclusão generosa é que eles são no mínimo inconsistentes.

Em todo caso, como com a acusação de fatalismo, essas pessoas não têm idéia do que o panteísmo significa, e acusar-me de ensinar panteísmo de uma maneira explícita ou implícita, não é nada senão calúnia.

Em outras palavras, a objeção denuncia a suposição que Deus é (identificado com) tudo o que ele controla. E porque Vincent Cheung ensina que Deus controla completamente *todas as coisas*, incluindo os pensamentos e decisões humanas, e incluindo todos os

---

[22] Do que as pessoas me acusarão agora? Eu não posso ser acusado de ensinar fatalismo, visto que estou dizendo que o fatalismo é muito fraco! Mas os caluniadores pensarão em algo.

[23] Veja A. A. Hodge em *Esboços de Teologia*.

[24] De outra forma, eles não me acusariam de ensinar panteísmo quando eu afirmo que Deus contra direta e totalmente todas as coisas.

[25] Com a Escritura, eu digo que o oleiro tem controle direto e total sobre o barro, mas eles dizem que isso é panteísmo. Isso implica que *eles crêem* que o oleiro pode ter controle direto e total sobre o barro *somente se* o oleiro *for* o barro, e se o oleiro *não for* o barro, então o oleiro não tem controle direto e total sobre o barro. Visto que é de fato verdade que o oleiro (Deus) *não é* o barro (criação e criaturas), segue-se que *eles crêem* que Deus não tem nenhum controle direto e total sobre a criação e as criaturas.

objetos corpóreos e incorpóreos e as relações e interações entre eles (assim, que um objeto em movimento não tem nenhum poder inerente para mover outro objeto quando o primeiro colide com o último, mas que é Deus quem *ativamente* e *diretamente* controla ambos, e que uma "causa secundária" pode na melhor das hipóteses ser um termo relativo que não pode atribuir nenhum poder causativo inerente a nenhum objetivo criado, etc.), então Vincent Cheung deve estar ensinando panteísmo.

Agora, após apontar a suposição injustificada (que Deus é tudo o que ele controla completamente), e após apontar que eu rejeito essa suposição, permanece que essa é a suposição *deles*, sobre a base do que formam sua acusação contra mim. É nesse ponto que a objeção é um tiro pela culatra. Porque a suposição *deles* é que Deus é identificado com tudo o que ele controla completamente, isso significa que se *eles* crêem que Deus controla completamente *alguma coisa*, então Deus deve ser identificado com tal objeto, e isso faz deles pelo menos panteístas modificados ou parciais. Mantendo constante a suposição *deles*, a única alternativa lógica para eles é negar que Deus controla completamente *algo* em sua criação, mas então não serão mais nem mesmo teístas.

Portanto, logicamente falando, aqueles que usam essa objeção afirmam o panteísmo parcial ou um deusismo finito, nenhum dos quais permite que se chamem consistentemente de cristãos. Por outro lado, eu afirmo que Deus controla completamente tudo sobre tudo que é algo, e isso não implica que ele seja identificado com aquelas coisas que controla; antes, sua criação é algo *outro que não* ele mesmo, mas é, todavia, algo que ele controla completamente.

8. Contradições "Aparentes"

Muitos escritores reformados afirmam que há uma "antinomia", paradoxo ou assim chamada contradição aparente entre a soberania divina e a responsabilidade humana. Eu discordo — não há tal contradição aparente. Por exemplo, Packer comete esse engano em seu livro sobre evangelismo. Como Lutero aponta em *O Cativeiro da Vontade*, as pessoas fabricam contradições onde não há nenhuma. Chamá-la de contradição "aparente" não a torna melhor, se ela é, antes de tudo, imaginária. Os escritores reformados deveriam ser mais cuidados sobre isso.

É realmente possível que duas proposições possam parecer contraditórias para uma pessoa, quando elas de fato não são logicamente contraditórias. O problema, então, está com a pessoa e não com as proposições. Talvez ela tenha cometido um engano no raciocínio, ou talvez lhe falte alguma informação que ela necessite para corretamente entender as proposições.

Contudo, eu sustento que (e esse é o ponto impopular), enquanto duas proposições parecerem contraditórias a uma pessoa (seja elas ou não logicamente contraditórias), ela não pode verdadeiramente afirmar ambas as proposições. Isso porque para duas proposições serem contraditórias (seja na aparência ou na realidade), necessariamente significa que afirmar uma é ao mesmo tempo negar outra. Portanto, afirmar duas proposições contraditórias é realmente negar ambas na ordem reversa.

Isto é, se X e Y são contraditórios, então X=não-Y e Y=não-X. Então, afirmar tanto X como Y é o mesmo que afirmar não-Y e não-X, o que negaria tanto X como Y, só que na ordem reversa. Certamente, visto que não-Y=X e não-X=Y, então isto significa que negar tanto X como Y é realmente afirmar ambos na ordem reversa. Mas novamente, afirma ambos é negar ambos na ordem reversa, e assim por diante *ad infinitum*. Portanto, afirmar duas proposições contraditórias (sejam contraditórias em aparência ou na realidade) é não dizer nada, ou pior do que nada.

Eu concordo que quando uma pessoa vê duas proposições na Escritura que lhe parecem contradizer uma a outra, ele deve crer que a contradição está somente em sua própria mente, e que as proposições parecem se contradizerem somente por causa da sua própria falta de entendimento ou do seu raciocínio falacioso, e que não há uma contradição lógica real. Mas eu ainda diria que, até onde as duas proposições lhe parecerem contraditórias, ele ainda não poderá verdadeiramente afirmar ambas ao mesmo tempo.

Visto que a Escritura realmente não se contradiz, isso é apenas outra forma de dizer que uma pessoa não pode verdadeiramente afirmar uma proposição até que ele entenda verdadeiramente e corretamente o que a proposição significa. Ou, uma pessoa não pode afirmar verdadeiramente uma parte da Escritura que ela não entenda verdadeira e corretamente. Se ela não entende o que a proposição significa, então, seja o que for que ela esteja afirmando, não é realmente essa proposição, mas alguma outra proposição em sua mente. Minha posição sobre esse ponto é correta por necessidade. Opor-se a ela, seria sugerir que alguém pode afirmar uma proposição que nem mesmo entrou em sua mente, o que seria absurdo.

Em outras palavras, quando uma pessoa lê as proposições X e Y, mas entende mal pelo menos uma das proposições, de forma que sua mente perceba X e A, então se X e A se contradizem, embora X e Y não se contradigam, então, parecerá para a pessoa que X e Y se contradizem, embora seja X e A que realmente se contradigam, visto que a pessoa pensa que ela está pensando sobre X e Y, quando na realidade está pensando sobre X e A.

Uma proposição bíblica mal-entendida torna-se uma proposição não-bíblica na mente de uma pessoa. Uma proposição bíblica pode certamente contradizer uma não-bíblica; ou, duas proposições não-bíblicas podem certamente se contradizerem. Isso é o que realmente acontece quando uma pessoa vê uma "aparente" contradição na Escritura. Um ou ambos os lados da alegada contradição não é realmente uma proposição bíblica, pois ele tem sido distorcido ou mal-entendido.

Ou, uma pessoa pode entender corretamente as proposições X e Y, mas então afirmar também alguma outra falsa premissa Q, que parece fazer com que X e Y se contradigam, quando por si mesmas elas não se contradigam.

Um exemplo é a relação entre soberania divina (X) e responsabilidade humana (Y). Por si mesmas, não há uma contradição entre as duas proposições, seja real ou aparente. Contudo, as duas parecerão se contradizerem uma vez que você impõe a premissa "responsabilidade pressupõe liberdade" (Q). De repente, parecerá que X contradiz Y. De fato, se Q é verdadeira, então haveria uma contradição real, e não somente uma aparente. Mas, uma vez que percebemos que Q é falsa, até mesmo a aparência de uma contradição desaparece. A chave, então, é entender corretamente o que a Escritura diz, e evitar adicionar a ela idéias falsas que não vêm da Escritura de forma alguma.

Para sumarizar, se uma pessoa entende o que a Bíblia está dizendo em cada instância, então em nenhum momento duas proposições na Bíblia parecerão contraditórias para ela. Isso porque, na realidade, não há nenhum caso de duas proposições na Bíblia que se contradigam. Mas se a pessoa nem sempre entende a Bíblia corretamente, então, em alguns casos, duas proposições podem parecer se contradizerem (mesmo quando elas realmente não se contradigam). Nesses casos, ele pode ainda "saber" que a contradição é somente "aparente", visto que ambas as proposições são encontradas na Bíblia. Contudo, ele não pode afirmar ambas enquanto elas ainda lhe parecem contraditórias. O que ele deve fazer? Deve estudar para captar o verdadeiro significado de cada proposição, e quando isso acontecer, ele verá, antes de tudo, que a contradição nunca existiu.

Falhando em entender e reconhecer o exposto acima, os cristãos estão freqüentemente, e rapidamente também, gritando: "Mistério!" e "Paradoxo!", quando confrontados com proposições bíblicas que são obviamente não-contraditórias, a menos que sejam *feitas* contraditórias por alguma distorção espetacular ou por alguma suposição estranha extra-bíblica. Isso não é um sinal de reverência genuína. Isso é de fato uma negação implícita da clareza e da unidade da Escritura, e um tremendo insulto à sabedoria e integridade de Deus, que inspirou a Escritura para nós entendermos, cremos e obedecermos. À luz disso, parece quase trivial mencionar que esse ilegítimo apelo a mistério e paradoxo também concede desnecessariamente munição para os inimigos da fé.

Assim, se desejarmos verdadeiramente honrar a grandeza de Deus, devemos ousada e reverentemente afirmar que a Escritura é clara, e claramente não-contraditória em todo aspecto.

9. A "Oferta Sincera" do Evangelho

A doutrina em questão tem sido chamada de "a livre oferta", "a oferta bem intencionada", e "a oferta sincera" do evangelho.[26] Minha posição é que ela faz de Deus um tolo esquizofrênico. Ela é antibíblica e irracional, e assim, deve ser rejeitada e combatida.

Primeiro, nós não sabemos de antemão quem estão contados entre os eleitos e os não-eleitos, e porque a Escritura nos ordena pregar a toda pessoa, não devemos tentar determinar por nós mesmos quem são os eleitos e os não-eleitos, e então, pregar o evangelho somente àqueles a quem consideramos os eleitos. Antes, devemos pregar indiscriminadamente o evangelho a todos os homens.

Por outro lado, é errado e pecaminoso pregar o evangelho como se houvesse uma chance para até mesmo os não-eleitos obterem fé e serem salvos, como se Deus estivesse sinceramente lhes dizendo que Ele deseja sua salvação e que eles podem ser salvos (Lucas 10:21; João 6:65). Não conhecemos o conteúdo preciso do decreto de Deus na eleição (no que diz respeito a quem são os eleitos e quem são os não-eleitos), de forma que não devemos agir como se o conhecêssemos. Contudo, isso não significa que devamos falar como se a eleição fosse falsa quando pregamos o evangelho.

Pelo contrário, em nossa mensagem, devemos deixar claro que Deus ordena seriamente que toda pessoa, seja eleita ou não-eleita, creia no evangelho, fazendo assim toda pessoa moralmente obrigada a crer — aqueles que assim o fizerem serão salvos, e aqueles que não o fizerem serão condenados. Mas não devemos apresentar isso como uma "oferta sincera" de salvação da parte de Deus para até mesmo os não-eleitos.

A fé vem somente como um dom soberano de Deus, e Deus decidiu imutavelmente reter este dom dos não-eleitos, e os endurecer ativamente; portanto, oferecer sinceramente a

[26] Esses termos não são sempre usados consistentemente ou com precisão, de forma que eles representam uma considerável abrangência de significados. É verdade também que nem todos que negam a "oferta sincera" crêem exatamente nas mesmas coisas. Portanto, aqueles que afirmam a "oferta sincera" podem se encontrar concordando comigo em alguns pontos, enquanto outros que afirmam a "oferta sincera" podem discordar daqueles mesmos pontos. Da mesma forma, nem tudo o que eu disse sobre ou contra a "oferta sincera" se aplica igualmente a todos que afirmam o ensino. Em adição, aqueles que afirmam a "oferta sincera" são freqüentemente inconsistentes em sua linguagem. Por exemplo, alguém pode estar denunciando aqueles que negam a "oferta sincera", e então começar a falar sobre o assunto como dizendo respeito a uma "ordem", como se uma oferta e uma ordem fossem a mesma coisa, quando elas não o são de forma alguma. Essas inconsistências fazem uma discussão precisa sobre o assunto muito difícil. Outra razão para confusão é que aqueles que afirmam a "oferta sincera", freqüentemente fazem suposições injustificadas sobre aqueles que a negam. Por exemplo, alguns daqueles que afirmam a "oferta sincera" assumem que aqueles que a negam se oporiam necessariamente à pregação do evangelho de uma forma indiscriminada a todos os homens. Mas isso não é verdade — aqueles que negam a "oferta sincera" ainda podem pregar indiscriminadamente o evangelho a todos os homens, mas eles o fazem por uma razão diferente e baseados num entendimento diferente da situação. Assim, a melhor maneira de se beneficiar da nossa breve discussão é considerar as reais crenças com as quais estou tratando, seja em minhas afirmações ou negações, e não necessariamente como o termo é usado num caso particular ou por uma pessoa particular. Por exemplo, você pode ser alguém que afirme a "oferta sincera", mas você pode achar que estou tratando do assunto exatamente como você crê. Em tais circunstâncias, é melhor considerar as próprias crenças com as quais estou tratando, ao invés de você considerá-las como parte necessária do que alguém que afirma a "oferta sincera" deva crer.

salvação aos não-eleitos, como se Deus desejasse que eles fossem salvos e como se fosse possível para eles serem salvos, seria mentir para eles em nome de Deus. Não há uma oferta real ou sincera de salvação aos não-eleitos, mas somente uma ordem séria e real que eles nunca podem obedecer, e que Deus imporá contra eles com o fogo do inferno.

Novamente, isso não nos impede de pregar indiscriminadamente o evangelho a todos os homens, visto que não é o nosso direito nem o nosso dever escolher os eleitos e pregar somente a eles, ou escolher os não-eleitos e excluí-los. O ponto é que não devemos apresentar o evangelho como uma oferta sincera de forma alguma, como se o "desejo" de Deus pudesse diferir do seu decreto, como se Deus pudesse decretar ou tivesse decretado contra o seu "desejo"[27] (quando a Escritura ensina que ele decreta o que ele deseja — isto é, seu "bom propósito" — e o que ele deseja, ele decreta e faz certo), e como se fosse possível para até mesmo os não-eleitos serem salvos; antes, devemos apresentar o evangelho como uma ordem séria a todos, e como se fosse requerido de todos o crer (Atos 17:30), e como se Deus intentasse chamar os eleitos e endurecer os não-eleitos pela mesma pregação do evangelho (2 Coríntios 2:15-16).

Em outras palavras, o conteúdo e a pregação do evangelho pode e deve ser completamente consistente com as doutrinas da eleição e da reprovação, bem como com todas as outras doutrinas relacionadas. Para muitos, afirmar a "oferta sincera" é meramente uma escusa para crer como um calvinista, mas pregar como um arminiano.

Segue-se que, quando pregando o evangelho, não deveríamos dizer aos nossos ouvintes que Deus ama a todos eles igualmente ou no mesmo sentido, nem deveríamos hesitar em declarar que Deus ama somente os eleitos e deseja (e portanto, decretou) sua salvação, e que ele odeia os réprobos e deseja (e portanto, decretou) sua condenação (Romanos 9:13).

À luz disso, deixe-me sumarizar o entendimento e a atitude bíblica para com o evangelismo.

Somos obrigamos a pregar indiscriminadamente o evangelho a todos os homens por pelo menos três razões: 1. Deus nos manda pregar o evangelho a todas as pessoas, 2. Não sabemos e não deveríamos tentar descobrir de antemão quem são os eleitos e quem são os réprobos, e 3. O propósito da pregação do evangelho não é somente chamar os eleitos, mas também endurecer os réprobos.

---

[27] A Escritura ensina que Deus decreta o que ele deseja – isto é, sua "boa vontade" – e o que ele deseja, ele decreta e faz certo. Dabney tenta preserva a "oferta sincera" afirmando que há motives complexos em Deus, de forma que embora Deus possa genuinamente desejar a salvação dos não-eleitos de uma perspectiva, outro motivo ou razão nele o afasta de tal desejo, e este é o porquê ele não escolhe salvar os não-eleitos. Parece para Dabney que essa explicação preserva tanto sua crença na divina eleição de somente alguns para salvação, e o desejo genuíno de Deus de salvar a todos num sentido. Contudo, mesmo se aceitarmos o que Dabney diz sobre os motivos complexos em Deus, no ponto do decreto divino de somente alguns para salvação e então no ponto da pregação do evangelho, o motivo mais forte para selecionar somente alguns para salvação *já* afastou o desejo genuíno de salvar a todos (isto é, assumindo que esse desejo sequer existiu alguma vez), de forma que nem o decreto divino nem a pregação do evangelho não mais expressam ou permitem expressar qualquer desejo em Deus de salvar a todos. Em outras palavras, mesmo que os *motivos* de Deus sejam complexos, o decreto e a pregação não são complexos, mas o decreto e a pregação são precisamente o que estamos falando. Portanto, mesmo que Dabney esteja correto sobre os motivos complexos em Deus, eles são irrelevantes para a nossa discussão.

É certo e apropriado anunciar que Deus deseja salvar somente os eleitos e escolheu somente eles para salvação, e que ele concederá fé somente a eles, de forma que somente eles podem crer. E é certo e apropriado anunciar que Deus deseja condenar os réprobos e os escolheu para condenação, e que ele não somente reterá a fé deles, [28] mas que ele também ativamente endurecerá suas mentes contra o evangelho, fazendo impossível para eles o crer no evangelho.

Assim como não devemos e nem podemos descobrir de antemão quem são os eleitos e quem são os réprobos, nem devem nossos ouvintes tentar determinar por si mesmos se eles estão entre os eleitos ou entre os réprobos, e então, fazer disso a base se eles devem clamar a Deus por salvação. Em outras palavras, ao ouvir o evangelho, ninguém deve dizer para si mesmo: "Deus salva somente os eleitos, e eu provavelmente estou entre os réprobos de qualquer jeito, assim, eu não devo nem mesmo tentar buscar a Deus para salvação". Agora, alguém que com teimosia pensa dessa forma, mesmo quando confrontado com uma clara explanação do evangelho da graça soberana, pode ser realmente um dos réprobos, e Deus escolheu confirmar essa pessoa em sua condenação por meio dessa persistente decepção.

Ao invés de camuflar ou representar injustamente o decreto eterno de Deus aos nossos ouvintes, quando pregando o evangelho, deveríamos explicar-lhes as verdades que têm relevância imediata com respeito ao pecado e a graça, e com respeito à eleição e a reprovação. Mas mais do que isso, deveríamos apresentar-lhes o inteiro sistema de doutrinas bíblicas, tão claramente e compreensivamente como podemos manejar e como o tempo permitir (Atos 17:23-31; Mateus 28:19-20; Lucas 14:27-33). Então, devemos admoestar nossos ouvintes para sincera e fervorosamente buscar a Deus para salvação, através de Cristo, pelos meios de graça, tais como oração, ouvir sermões, e a leitura da Bíblia.

Visto que seria impossível *sinceramente* buscar ou clamar a Deus, a menos que seu poder já esteja operando dentro do coração de uma pessoa, aqueles que deveras obedecem e invocam a Deus sinceramente para lhes salvar através de Cristo, certamente estão entre os eleitos, em quem Deus já começou sua obra soberana de conversão. Mas aqueles que insinceramente ou superficialmente obedecem, e aqueles que após um pouco de tempo apostatam, ou aqueles que rejeitam obedecer de qualquer forma, estão entre os não-eleitos, cujas mentes Deus endureceu ainda mais pela pregação do evangelho (2 Coríntios 2:15-16; 2 Tessalonicenses 1:8).

Portanto, ao rejeitar a assim-chamada "oferta sincera" do evangelho, a pregação do evangelho não é nem diminuída nem tornada estreita e seletiva. Pelo contrário, o acima exposto é uma aplicação consistente e necessária dos ensinos explícitos e implícitos da Escritura com respeito à soberania de Deus, à eleição e reprovação, e à pregação do evangelho. É uma visão bíblica e coerente que valoriza a pregação do evangelho, e deveras a propagação do inteiro sistema de doutrinas bíblicas, a todos os homens em todo lugar. Além do mais, ela reconhece o que a Escritura explicitamente ensina sobre o propósito e o efeito da pregação indiscriminada do evangelho, isto é, chamar os eleitos e endurecer os réprobos.[29]

---

[28] Nota do tradutor: No sentido de não lhes conceder a fé, posto que a fé é um dom soberano de Deus.
[29] Veja David Engelsma, *Hyper-Calvinism and the Call of the Gospel* e *Common Grace Revisited* para mais sobre o assunto.

10. "Forçado a Crer"

Eu tenho falado muito sobre Calvinismo "inconsistente" em vários lugares e de várias perspectivas. Aqui eu gostaria de usar A.A. Hodge para lhe dar um exemplo do que um Calvinismo inconsistente pode fazer uma pessoa dizer.

Mas primeiro, tiremos algo do caminho. Ao usar Hodge como um exemplo, não estou desafiando sua ortodoxia, ou sua dedicação à Escritura, ao Cristianismo e ao Calvinismo. De fato, é precisamente porque a sua ortodoxia é geralmente incontestável que prefiro usá-lo como um exemplo, de forma que você verá que o problema não é encontrado somente em heréticos loucos ou em idiotas confusos.

Agora, comecemos.

No contexto da discussão da criação *ex nihilo*, Hodge escreve:

> Embora a absoluta origem de qualquer nova existência a partir do nada seja para nós confessadamente inconcebível, ela não é nem um pouco mais do que a relação do pré-conhecimento infinito, da pré-ordenação, ou do controle providencial de Deus com a livre agência do homem, nem mais do que muitas outras verdades que somos todos forçados a crer.[30]

Em outras palavras, a doutrina bíblica da criação é "inconcebível", mas está tudo certo, pois muitas outras doutrinas bíblicas *também* são inconcebíveis — e isto faz tudo melhor!

Esperamos engolir isto? A melhor pergunta seria se a Bíblia fala sobre suas próprias doutrinas dessa forma. A Bíblia diz que suas próprias doutrinas são racionalmente inconcebíveis?[31] A Bíblia diz que suas próprias doutrinas são racionalmente tão difíceis de crer que devemos ser "forçados a crer" nelas?[32]

Se a resposta é negativa, então nesse exemplo, e em todos os outros exemplos quando Hodge escreve dessa forma, ele não está representando o que a Bíblia realmente ensina. Antes, ele está mensurando as doutrinas bíblicas contra algum padrão anti-bíblico, e visto que o que é bíblico é incompatível com o que é anti-bíblico, então, se ele insiste em afirmar ambos, certamente todas as doutrinas bíblicas se tornarão subitamente "inconcebíveis", e certamente alguém se sentiria como se ele fosse "forçado a crer" nelas. Mas o problema está na própria mente de Hodge, e não no sistema bíblico de doutrinas.

Muitos Calvinistas falam como Hodge — PAREM! Não é um sinal de fé e reverência soar como um lunático e então arrastar Deus para dentro.

---

[30] A. A. Hodge, *Outlines of Theology* (The Banner of Truth Trust, 1999 edition), p. 240.
[31] Eu adicionei "racionalmente" porque esse é o sentido no qual Hodge está falando.
[32] E se algo é "inconcebível", então você não pode nem mesmo sustentá-lo em sua mente (você não pode "concebê-lo", mas então como, quer "forçado" ou não, você pode crer nele? Você não pode nem mesmo pensar sobre isso.

O que? Você está tentando defender a doutrina cristã, e você está chamando sua própria cosmovisão de "inconcebível", e que você é "forçado a crer" nela? É este tipo de declarações anti-bíblicas e irracionais que não-cristãos freqüentemente exploram. Agora, o que você pensa que eu deveria fazer se alguém trouxesse essa citação acima para um debate? Para a defesa correta do evangelho, devo renunciar Hodge, pelo menos nesse ponto. E devo dizer que, pelo menos nesse ponto (e na realidade também sobre muitos outros pontos), ele não fala por mim nem pela Escritura — ele está errado.

Em contraste, digo que embora elas nunca possam ser exaustivamente captadas (visto que a mente de Deus é infinitamente maior do que a nossa, e, portanto, não podemos aprender exaustivamente todo o seu conteúdo), *tudo* o que Deus revelou — *todas* as doutrinas bíblicas — são concebíveis, compreensíveis, racionais, defensíveis e inegáveis.

Porque os incrédulos são pecaminosos e irracionais, é impossível para eles afirmar o que é santo e racional, e, portanto, a menos que Deus aja diretamente sobre as suas mentes e as mude, eles nunca poderão crer. Contudo, todas as doutrinas bíblicas são fáceis para os eleitos crer, pois Deus lhes concedeu o dom da fé.

As doutrinas bíblicas são somente inconcebíveis se mensuradas contra alguma premissa ou padrão irracional. O que precisamos fazer é deixar de lado esses falsos princípios e suposições que não fazem parte da nossa cosmovisão. Mas se você for tomar princípios e suposições de duas cosmovisões contraditórias e tentar uni-las, então, sim, você terminará com algo inconcebível. Apenas não chame isso de Cristianismo ou de Calvinismo.

Os erros e as inconsistências exemplos de Hodge estão muito disseminados, e são comuns à maioria dos calvinistas que leio, embora eu tente ler somente os melhores. Assim, estou dizendo que este é um problema sério, e gostaria de dar mais exemplos, de forma que os leitores possam se precaver quando estudando obras teológicas. Contudo, visto que em meus próprios escritos já tratei de todos os problemas que estão presentes em Hodge,[33] eu oferecerei apenas breves comentários para cada exemplo, e algumas vezes apenas declararei minha posição e continuarei, para que este artigo não se torne muito longo.

> A permissão do pecado, em sua relação tanto com a justiça como com a bondade de Deus, é um mistério insolúvel, e todas as tentativas de resolvê-lo somente obscurecem o conselho com palavras sem conhecimento. É, contudo, o privilégio da nossa fé saber, embora não da nossa filosofia compreender, que ela foi uma permissão mui sábia, justa e misericordiosa; e que ela redundará para a glória de Deus e para o bem dos seus escolhidos.[34]

O pecado não ocorreu apenas por mera permissão. O pecado não é "um mistério insolúvel", visto que a Escritura o explica. Hodge torna o assunto "obscuro" o suficiente sem necessidade alguma.

---

[33] Você pode encontrar minhas explanações e argumentos para todas as coisas mencionadas nesse artigo em minha *Teologia Sistemática*, *Questões Últimas*, *Commentary on Ephesians*, e nos artigos "O Problema do Mal", "Arguindo por Intuição", e "A Oferta Sincera do Evangelho".
[34] Hodge, p. 160.

> Deus, possuindo pré-conhecimento e poder infinito, existiu sozinho desde a eternidade; e no tempo, motivado por si mesmo, começou a criar num vácuo absoluto. Todas as causas ou condições limitantes que existiram mais tarde foram, antes de tudo, intencionalmente trazidas à existência por si mesmo, com perfeito pré-conhecimento de sua natureza, relações e resultados. Se Deus então, prevendo que se ele criasse um certo agente livre e o colocasse em certas relações, ele agiria livremente de uma certa maneira, e todavia, com esse conhecimento seguiu em frente para criar esse mesmo agente livre e colocá-lo precisamente nessas posições, Deus estava, ao assim fazer, obviamente pré-determinando a certeza futura do ato previsto...[35]
>
> Todavia, o decreto permissivo de Deus determina verdadeiramente a certeza futura do ato; porque, sabendo certamente que o homem em questão em dadas circunstâncias assim agiria, Deus colocou o próprio homem precisamente naquelas circunstâncias nas quais ele deveria assim agir.[36]

Isto é *exatamente* como muitos arminianos e teístas abertos explicam a soberania de Deus, que Deus exercita sua "soberania" sobre os homens meramente colocando-os em certas situações nas quais Deus prevê como eles pensariam e agiriam, antes do que diretamente agir sobre as mentes para determinar seus pensamentos e ações. O que Hodge diz aqui não é apenas Calvinismo inconsistente — não é Calvinismo de forma alguma.

> Nós temos o fato distintivamente revelado de que Deus decretou os atos livres dos homens, e, todavia, que os agentes são, não obstante, responsáveis, e conseqüentemente, não obstante isso, livres em seus atos. — Atos 2:23; 3:18; 4:27, 28; Gênesis 50:20, etc.[37]

Ele fala dessa forma durante todo o livro, mas embora algumas dessas passagens [da Bíblia] declarem que os atos foram pré-determinados por Deus, *nenhuma* delas diz que aqueles atos são livres. De fato, é óbvio que essas passagens explicitamente provam o próprio oposto do que Hodge reivindica, ou seja, que todos aqueles atos foram pré-determinados por Deus de uma forma que os homens não são livres. A "liberdade" assim revelada está puramente na imaginação falaciosa de Hodge.

Além do mais, Hodge nunca prova que a responsabilidade pressupõe liberdade, que é uma premissa anti-bíblica que tem manchado a maioria dos escritos calvinistas, e que é uma premissa que tenho repetidamente desafiado e conclusivamente refutado.

> A admissão do pecado na criação de um Deus infinitamente sábio, poderoso e santo é um grande mistério, do qual nenhuma explicação pode ser dada. Mas que Deus não pode ser autor do pecado é provado —
>
> 1. Da natureza do pecado, o qual é, em sua essência, a carência de conformidade à lei, e desobediência ao Legislador.

---

[35] Ibid., p. 203.
[36] Ibid., p. 210.
[37] Ibid.

> 2. Da natureza de Deus, que é em sua essência santo, e que na administração de seu reino sempre proíbe e pune o pecado.
>
> 3. Da natureza do homem, que é um agente livre responsável e que origina os seus próprios atos. A Escritura sempre atribui à graça divina as boas ações, e ao coração mau as ações pecaminosas dos homens.[38]

Apenas porque Hodge não pode resolver algo não significa que isso seja um "grande mistério, do qual nenhuma explicação pode ser dada". [A admissão do pecado] não é um mistério se a Escritura claramente a explica, e assim ela o faz.

Então, nenhum dos três pontos prova que Deus não pode ser o autor do pecado.

O primeiro ponto não mostra que Deus não possa ser o autor do pecado; antes, se Deus é o autor do pecado, o primeiro ponto apenas nos mostra *o que* ele iniciou.

O segundo ponto também falha. Ele nem mesmo começa a nos dizer o porquê Deus não pode ser o autor do pecado; antes, se Deus é o autor do pecado, ele nos diz que seu ato de autorizar o pecado é um ato santo. Ser o "autor" do pecado não é a mesma coisa que pecar.

O terceiro ponto é uma falácia, pois nas páginas anteriores do livro ele tentou, mas falhou, mostrar que o homem é um "agente livre que origina seus próprios atos". Então, a segunda parte desse terceiro ponto, embora comumente assumida, é completamente falsa. Sim, a Escritura *acusa* os atos pecaminosos dos homens, e diz que Deus os julgará, mas os *atribui* ao decreto soberano e ao poder ativo de Deus.

Nos melhores calvinistas, você usualmente encontrará pelo menos um desses principais erros grotescos em todas as páginas; nos calvinistas medianos, você encontrará vários desses principais erros grotescos em todas as páginas; e os piores calvinistas são realmente arminianos. Isto não é exagero.

Se vamos ser cristãos, então, descartemos todas as premissas não-cristãs, e se vamos ser calvinistas, então, renunciemos todas as suposições arminianas. Hodge é tão severamente debilitado em seu raciocínio porque ele está arrastando todo o peso do arminianismo e do humanismo com ele, enquanto ele tenta ser um calvinista. A maioria dos calvinistas tem feito a mesma coisa.

> A doutrina do decreto incondicional não apresenta nenhuma dificuldade. Ela representa Deus como decretando que o pecado ocorreria como o ato livre do pecador, e não como por qualquer outra co-ação causadora, nem por qualquer forma de tentação induzindo-o a pecar.[39]

[38] Ibid., p. 211.
[39] Ibid.

Isso é tanto contra a Escritura como contra os Reformadores.[40] De fato, até mesmo o termo "co-ação" seria muito fraco para descrever a determinação ativa de Deus dos atos pecaminosos do homem.

> É uma verdade assustadora, mas inegável, mesmo em países cristãos, que multidões nascem e são criadas em determinadas circunstâncias e de uma forma em que não há nenhuma chance provável, nem mesmo possível, de obter um conhecimento da verdade religiosa, ou um hábito de conduta moral, mas são treinados desde a infância no erro supersticioso e na depravação grosseira. O porquê disso ser permitido, nem calvinistas nem arminianos podem explicar; pelo contrário, por que o Todo-Poderoso não faz morrer no berço todo o infante cujo futuro ímpio e miserável, se tolerado crescer, ele previu, é o que nenhum sistema de religião, natural ou revelada, será capaz de nos explicar satisfatoriamente.[41]

Hodge não escreve esse parágrafo, mas ele está citando o Arcebispo Whately com aprovação. Mas então, Whately nunca deve ter ouvido de um "sistema de religião" chamado *Cristianismo*, e o que ele diz em Romanos 9 e em outros lugares.

A questão assume que o único propósito de Deus para uma pessoa é sua santidade e felicidade, mas isso não é verdade. Isso é como se esta pessoa fosse completamente ignorante do que a Escritura ensina, e do que o Calvinismo ensina.

> O decreto de eleição torna certo somente o arrependimento e a fé dos eleitos. Mas a certeza antecedente de um ato livre não é inconsistente com sua liberdade, de outra forma, o pré-conhecimento certo de um ato livre seria impossível. O decreto de eleição não causa a fé, e ele não interfere com o agente em ação, e certamente não substitui a absoluta necessidade dela. [42]

Esse parágrafo me fez dar gargalhadas, e não pude fazer outra coisa senão rir, mesmo ao olhar novamente para ele nesse exato momento — o parágrafo é uma falácia lógica grave.

Ele diz que o pré-conhecimento certo deve ser compatível com a liberdade humana, de outra forma, o pré-conhecimento certo seria impossível. Isto é, ele primeiro insiste que há uma liberdade humana, e se essa contradiz o pré-conhecimento divino, então o pré-conhecimento divino seria impossível (e não a liberdade humana falsa). Contudo, visto que o pré-conhecimento divino também é verdadeiro, então a liberdade humana deve ser compatível com o pré-conhecimento divino.

Mas o que dizer da conclusão que, visto que o pré-conhecimento divino é verdadeiro, então a liberdade humana é falsa?[43] Com Hodge, a compatibilidade dos dois não é lógica e bíblicamente demonstrada, mas afirmada por força, pois ele está indisposto de

---

[40] Veja Vincent Cheung, "O Problema do Mal" e *Commentary on Ephesians*. Veja também *The Bondage of the Will,* de Martinho Lutero.
[41] Hodge, p. 227.
[42] Ibid., p. 228.
[43] Novamente, a Escritura ensina a responsabilidade humana, não a liberdade huaman, e a responsabilidade não pressupõe a liberdade.

abrir mão tanto do pré-conhecimento divino como da liberdade humana, e especialmente da liberdade humana, pelo menos nesse parágrafo.

Quanto à "o decreto de eleição não causa a fé", ou ele tem algo muito peculiar em mente, o qual ele falha em explicar (eu não posso imaginar o que seja), ou essa é uma negação completa do Calvinismo e do Cristianismo.

> Há da mesma forma uma grande dificuldade aparente na reconciliação do pré-conhecimento certo de Deus da impenitência final da grande maioria daqueles a quem ele oferece e sobre quem ele pressiona, por todo argumento, seu amor com o fato dessa oferta; especialmente quando refletimos que ele previu que suas ofertas aumentariam certamente a culpa e a miséria deles.[44]

Essa é apenas uma forma complicada de admitir que a doutrina anti-bíblica da "oferta sincera" é incoerente. Visto que Hodge falsamente pensa que ela é ensinada na Escritura, ele é compelido a engoli-la. Mas essa não é uma "dificuldade aparente" — o problema se chama *esquizofrenia*. Para Hodge, a dificuldade é composta quando ele considera que Deus previu que a rejeição dos não-eleitos do evangelho aumentaria a culpa deles.

Mas a doutrina bíblica é direta e coerente. Não há uma "oferta sincera". Deus ordena a todos os homens, em todo lugar, que se arrependam — os eleitos obedecerão e serão salvos, mas os réprobos desobedecerão e serão condenados. Além disso, os réprobos já estão condenados e destinados ao inferno, e o ouvir e a rejeição do evangelho aumenta essa culpa, e isto é exatamente o que Deus quer (2 Coríntios 2:14-16). Não há uma "dificuldade aparente".

> [A criação contínua] é inconsistente com as nossas originais e necessárias intuições da verdade de todos os tipos: física, intelectual e moral. Nossas intuições originais asseguram-nos da real e permanente existência das substâncias espirituais e materiais exercendo poder, e dos nossos próprios espíritos como reais, causas auto-determinantes de ação, e conseqüentemente como agentes morais responsáveis. Mas se essa doutrina é verdadeira, essas intuições primárias e constitucionais da nossa natureza nos enganam, e se essas nos enganam, o universo inteiro é uma ilusão, nossa natureza uma desilusão, e o cepticismo absoluto inevitável.[45]

Hodge está tentando refutar a criação contínua. Nesse exato momento, o assunto em questão não é se a criação contínua é correta, mas a questão é que a sua refutação é terrível.

Entre outras coisas, essa é uma demonstração espetacular de uma falácia lógica. Ele diz que a criação contínua contradiz nossa intuição, de forma que, se a criação contínua é correta, então, nossa intuição é errada, e se nossa intuição é correta, então a criação continua é errada.

---

[44] Hodge, p. 229.
[45] Ibid., p. 261.

E daí? Primeiro, ele falha em mostrar que a nossa intuição é universal. Minha própria intuição certamente não me diz tudo o que ele está reivindicando aqui. Segundo, ele falha em mostrar que nossa intuição é infalível; nós não temos nenhuma idéia se ela é correta ou errada. Terceiro, ele falha em mostrar que nossa intuição é necessária. Ele reivindica que se negarmos nossa intuição, então o "cepticismo absoluto" é inevitável, mas ele falha em mostrar que devemos rejeitar o cepticismo absoluto antes de tudo, ou que não há outras formas de evitar o cepticismo além de confiar na nossa intuição.

Então, quando ele tenta uma construção positiva sobre o assunto, ele escreve:

> As propriedades ou poderes ativos têm uma real, e não meramente aparente, eficiência como causas secundárias em produzir efeitos apropriados a elas; e os fenômenos, da mesma forma que a consciência e o mundo exterior, são realmente produzidos pela agência eficiente das causas secundárias, como somos informados pelas nossas intuições nativas e necessárias.[46]

Mas ele falha em mostrar que nossa intuição realmente nos diz tudo isso (a minha não diz!), nem ele estabelece que ela seja "nativa e necessária"; todavia, ele está tentando estabelecer a doutrina bíblica da providência sobre essa base frágil.

> Até mesmo nós, se entendermos a fundo o caráter de um amigo, e todas as circunstâncias presentes sob as quais ele age, estamos freqüentemente certos de como ele agirá livremente, embora ausente de nós.[47]

Isto também é uma falácia lógica. Hodge está tratando do assunto: "Prova de que a certeza de uma volição não é em nenhum grau inconsistente com a liberdade do agente em ação". Mas ele falha em provar qualquer coisa aqui. Apenas porque ele insere a palavra "livremente" não significa que ela pertença ao ato. Eu posso mui facilmente dizer: "Até mesmo nós, se entendermos a fundo o caráter de um amigo, e todas as circunstâncias presentes sob as quais ele age, estamos freqüentemente certos de como ele agirá, embora ausente de nós; portanto, sua ação *não é livre*, mas determinada".

Novamente, meu propósito não é mostrar quão ruim Hodge é; de fato, ele já é muito melhor do que muitas pessoas. Meu propósito é lhe encorajar a abandonar as falsas suposições e hábitos pobres exibidos por muitos teólogos cristãos, incluindo muitos autores reformados e calvinistas.

Pelo contrário, devemos adotar uma teologia bíblica, coerente e defensível. Tal teologia edificará os eleitos, silenciará os réprobos e glorificará a Deus, cuja palavra escrita revela perfeita racionalidade, sem qualquer absurdo "inconcebível" que no qual somos "forçados a crer".

---

[46] Ibid., p. 261-262.
[47] Ibid., p. 291.

11. Poucos são Escolhidos

> A doutrina da eleição implica que somente uns poucos chegarão ao céu, e que, portanto, a maioria irá para o inferno? Mateus 7:13:14 suporta conclusivamente essa noção?

Leiamos o que aqueles versos dizem. Visto que Mateus 22:14 é também freqüentemente mencionado em conexão com essa questão, o incluiremos em nossa discussão.

> **Mateus 7:13-14 (ARC)**
>
> Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta, e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que entram por ela; e porque estreita é a porta, e apertado o caminho que conduz à vida, e poucos são os que a encontram.
>
> **Mateus 22:14 (ARC)**
>
> Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos.

A doutrina da eleição ensina que somente uns poucos escolhidos chegarão ao céu, mas o conceito de eleição, em si mesmo, não implica necessariamente que esse número será grande ou pequeno, ou que ele será maior do que o número de réprobos.

Quando se referindo ao número daqueles que foram escolhidos para salvação, a Escritura promete que haverá muitos salvos. Por exemplo, Deus disse à Abraão: "Olhe para o céu e conte as estrelas, se é que pode contá-las". E prosseguiu: "Assim será a sua descendência" (Gênesis 15:5). A Escritura ensina que Deus estava se referindo principalmente à sua semente espiritual, e não aos seus descendentes naturais.

Então, em Apocalipse 7:9-10 lemos:

> Depois disso olhei, e diante de mim estava uma grande multidão que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé, diante do trono e do Cordeiro, com vestes brancas e segurando palmas. E clamavam em alta voz: "A salvação pertence ao nosso Deus, que se assenta no trono, e ao Cordeiro".

Assim, sabemos que haverá muitos salvos em termos absolutos, ou comparados com zero. Mas isso não nos diz se o número de pessoas salvas será maior em relação ao número de pessoas condenadas. Algumas pessoas falham em notar esse ponto e, assim, têm enganosamente inferido dessas duas passagens que o número daqueles salvos será maior do que o daqueles condenados no final.

A questão é quão muitos serão salvos com relação aos não salvos, e não com relação à zero. Os dois versículos de Mateus parecem muito relevantes. Um diz que "poucos há que a encontrem" e o outro diz que "poucos são escolhidos". Se esses dois versículos estiverem tratando amplamente da questão, então aqui está nossa resposta — não

somente o número de salvos será menor do que o número de não salvos, mas ele será *muito* menor, visto que Jesus está contrastando entre os "muitos" e os "poucos".

Há aqueles que afirmam que essas duas passagens não podem funcionar como uma resposta ampla à nossa questão, pois os contextos sugerem que elas estão tratando somente da situação do primeiro século. Neste exato momento, não estou convencido de que isso seja correto, mas estou disposto a examinar argumentos exegéticos em favor desta posição.

Ao considerar nossa questão, é importante descartar imediatamente alguns dos populares, porém vazios, argumentos.

Por exemplo, é comum argumentar que o número dos salvos será certamente muito maior do que o número de não-salvos, pois Deus certamente agarrará a "vitória" no final; isto é, Eee nunca "perderá" para Satanás na batalha entre o bem e o mal, e sobre as almas humanas. Alguns dos mais proeminentes teólogos reformados do passado e do presente têm argumentado dessa forma.

Mas esse argumento é tolo — é arbitrário e auto-destrutivo. É arbitrário porque ele assume que "vitória" nesta situação é determinada por número, mas eles falham em produzir evidência bíblica ou qualquer tipo de suporte racional usando essa premissa ou padrão. Então, o argumento é auto-destrutivo, pois se formos determinar "vitória" por números absolutos, então, se *uma* pessoa acaba no inferno, isso necessariamente significaria que Deus fracassou em obter uma vitória *total* sobre Satanás e o mal. Mas *muitas* pessoas *já* estão no inferno!

Embora isso seja usado por mais do que uns poucos teólogos reformados, esse argumento carrega certo sabor dualístico nele — isto é, implica que Satanás é uma força do mal poderosa com quem até mesmo Deus deve contender, que Deus ganhará alguns e perderá alguns, mas que no final, ele ganhará mais do que perderá. Que visão patética de Deus! Que entendimento anti-escriturístico da história redentora! Quando um calvinista está usando esse argumento (ou qualquer outro como esse sobre qualquer outro assunto), ele está sendo inconsistente com suas próprias crenças sadias e bíblicas.

Agora, aqueles que acabam no céu são salvos porque Deus pré-determinou a sua salvação, e aqueles que terminam no inferno são condenados porque Deus pré-determinou sua condenação. Assim, como Deus poderia "perder", quando todos aqueles que terminarão no inferno estão ali somente porque o próprio Deus pré-determinou enviá-los para lá?

Deus poderia "perder" somente se o que ele pré-determinou que acontecesse falhasse em acontecer, ou se o que ele não pré-determinou que acontecesse ainda assim acontecesse de qualquer jeito. Por exemplo, se alguns daqueles a quem Deus escolheu para salvação falhassem em serem salvos e terminassem no inferno, então poderíamos dizer que Deus perdeu; ou, se alguns daqueles a quem Deus escolheu para condenação de alguma forma terminassem no céu, então Deus também perderia. Mas é claramente estúpido dizer que Deus perderá se mais pessoas terminarem no inferno do que no céu, se isso é exatamente o que ele quer; até mesmo porque isso é o que ele pré-determinou que acontecesse. De fato, se Deus tivesse decidido que todo pecador deveria terminar no

inferno, então poderíamos dizer que ele perderia mesmo que uma só pessoa conseguisse entrar no céu.

Assim, a questão de que se mais pessoas terminarão no céu ou no inferno não tem, em si mesma, relevância direta para com a questão se Deus "ganha" ou "perde"; mas se o que acontece é exatamente o que Deus pré-determinou que acontecesse, então Ele ganha.

Há outros argumentos que as pessoas têm usado para mostrar que o número dos salvos será maior do que o número de não-salvos, mas quase todos eles são ineficazes, se não totalmente absurdos.

Eu disse *quas*" todos eles são ineficazes, pois há uma doutrina que, caso seja mostrado que a mesma é bíblica e relevante, pode estabelecer que o número dos salvos deveras será maior do que o dos não-salvos. Estou me referindo ao pós-milenismo. A doutrina ensina que, de acordo com numerosas profecias tanto no Antigo como no Novo Testamento, antes do retorno de Cristo, o evangelho se tornará crescentemente bem-sucedido e influente, não somente na esfera social e política, mas especialmente nos corações dos homens, de forma que ele [o evangelho] dominará o mundo por um extenso período de tempo. A versão mais bíblica e coerente do pós-milenismo afirma que o "milênio" começou no primeiro século, e terminará no retorno de Cristo. Nesse ínterim, embora a influência do evangelho será flutuante, ele finalmente sobrepujará todas as oposições e se tornará a força dominante nos corações dos homens, e assim também na sociedade em geral.

Agora, se o pós-milenismo é correto, então é deveras possível que mais pessoas serão salvas do que não-salvas, que mais terminarão no céu do que no inferno. Mas eu digo que isso é meramente *possível*, pois devemos ainda estabelecer duas coisas para fazer tal conclusão.

Primeiro, devemos estabelecer que as duas passagens de Mateus (e todas as outras passagens similares) estão realmente se referindo à situação do primeiro século, e não à todos os tempos.

Segundo, devemos estabelecer, se for de alguma forma possível, que o período de tempo durante o qual o evangelho dominará os corações dos homens, e durante o qual mais pessoas se tornarão cristãs do que permanecerão como não-cristãs, será muito longo — longo o suficiente para compensar todos os séculos passados nos quais mais pessoas permaneceram como não cristãs (incluindo os falsos conversos) do que aquelas que se tornaram cristãs.

Este é o porquê eu digo que o pós-milenismo deve ser tanto bíblico como relevante para que o nosso apelo a ele seja um argumento eficaz em favor de mais pessoas terminarem no céu do que no inferno. Se o período no qual o evangelho dominará o mundo não for longo o suficiente para compensar todos os séculos passados de relativa escuridão, então, o número de pessoas não-salvas permanecerá ainda maior do que o número daqueles que serão salvos.

Certamente, se é impossível satisfazer a primeira condição acima, então, a segunda também é excluída. Em outras palavras, se as duas passagens de Mateus estão realmente dizendo que, como uma regra geral para todos os tempos, mais pessoas permanecerão

não-salvas do que aquelas que são salvas, então, por implicação necessária, o período durante o qual o evangelho dominará o mundo nos corações dos homens não será longo o suficiente para colocar mais pessoas no céu do que no inferno.

Podemos estar certos sobre uma coisa: que todas as coisas acontecerão exatamente como Deus pré-determinou, e, portanto, ele "ganha" mesmo que mais pessoas terminem no inferno do que no céu.

12. Revelação da Graça

> Eu estou lendo sua *Teologia Sistemática* agora, e devo dizer que meu pensamento inteiro tem sido sacudido.
>
> No mês passado, eu vim a aceitar as doutrinas calvinistas, e seus materiais escritos têm em ensino muito mais da Escritura nesses últimos dias.
>
> É incrivelmente refrescante ouvir um pastor pregar *apenas* a partir da Bíblia e traçar argumentos convincentes a partir dela.
>
> Eu sou grato a Deus que ele tenha me escolhido, e seus ensinos sobre eleição e reprovação têm me provado mais e mais apenas quão abençoado eu fui de Deus ter tido misericórdia de mim, não por causa de algo em mim, mas para que ele possa glorificar a si mesmo.
>
> Eu ainda tenho muito o que ler dos seus escritos, mas eu apenas quero dizer obrigado e fazer com que você saiba que Deus tem te usado para mudar o meu pensamento.

Obrigado pelos seus comentários.

O que chamamos de Calvinismo, certamente, são os próprios ensinos da Bíblia com respeito à natureza de Deus, do homem, da redenção e da salvação. Ela ensina que Deus é soberano, justo e gracioso, e que o homem é depravado, impotente e perdido, que Cristo de uma maneira certa não somente redimiu os eleitos, e que o único modo do homem pecador ser salvo é o Deus soberano salvando-o, ativa e poderosamente, mas também permanentemente.

Se não fosse pelos numerosos desvios desses ensinos bíblicos, não haveria necessidade de identificar ninguém com o nome de alguma pessoa, exceto com o de Jesus Cristo. Mas em si, o Calvinismo não é nada mais do que uma expressão sistemática da revelação bíblica da graça. Ele é o evangelho, e é o que devemos crer e pregar. O eleito responderá com gratidão e reverência; o réprobo responderá com aversão e desdém.

A Bíblia também nos ensina sobre o poder, a ira e a justiça de Deus na reprovação. Mas os réprobos não podem fazer nada, exceto pelo poder ativo de Deus, como Lutero diz, energizando e até mesmo compelindo-os a pecar,de acordo com a natureza má que Deus também colocou neles segundo o padrão de Adão. Assim, nada é livre em qualquer sentido do poder e do controle ativo de Deus.

Assim como os vasos de cerâmica para os propósitos nobres não podem se fabricar a partir de um pedaço de barro, nem podem também os vasos para os propósitos comuns se fabricarem, mas é Deus que ativa e soberanamente cria e arranja ambos para serem o que são. Isso é o que a Escritura consistentemente ensina.

13. A Doutrina do Inferno

Abaixo está um sumário da minha posição com respeito à doutrina do inferno. Alguns dos pontos (ou os detalhes específicos dentro daqueles pontos) são impopulares e controversos. Eu estou ciente das objeções; eu já as estudei e considerei cuidadosamente; e possuo respostas biblicamente e racionalmente definidas contra elas. Já fornecei algumas dessas em meus livros e artigos, e pretendo tratar das restantes em escritos futuros. Assim, até que argumentos bíblicos inegáveis sejam oferecidos para refutar qualquer um dos pontos que se seguem, ou qualquer um dos detalhes dos mesmos, devo considerar todos eles como bíblicos e coerentes, e, dessa forma, necessários e inegociáveis.

Eu tenho fortemente declarado minha insistência sobre estes pontos, pois estou ciente de que algumas das minhas crenças sobre o assunto são apaixonadamente confrontadas por muitas pessoas, incluindo cristãos reformados. Contudo, a verdade é que, se removermos todas as suposições anti-bíblicas, desnecessárias e injustificadas que eles afirmam, tornar-se-á claro que os seguintes pontos representam a única posição bíblica e coerente.

Dito isso, apresento a você os seguintes 10 pontos:

> 1. O inferno é um lugar criado para os espíritos réprobos, tanto dos anjos como dos homens.
>
> 2. O inferno é um lugar cujos habitantes foram soberanamente e incondicionalmente criados por Deus para condenação.[48]
>
> 3. O inferno é um lugar no qual Deus exige castigos não-redentivos, mas vindicativos, dos seus habitantes.
>
> 4. O inferno é um lugar no qual Deus ativamente causa tormento eterno, consciente e extremo nos seus habitantes.
>
> 5. O inferno é um lugar no qual Deus demonstra sua justiça, retidão, ira e poder, e através do qual ele glorifica a si mesmo.
>
> 6. O inferno é um lugar que Deus soberanamente criou, e tudo o que Deus faz é certo e bom por definição; portanto, é certo e bom que Deus tenha criado o inferno.[49]

---

[48] Qualquer condição que pareça correlacionar com a reprovação de Deus de um indivíduo, foi, em primeiro lugar, soberanamente decretada por Deus para ser parte deste indivíduo. Uma pessoa é escolhida para o inferno não por (ou sobre qualquer condição determinada por) seu próprio "livre"-arbítrio (que não existe de forma alguma), mas pela vontade soberana de Deus, que também soberanamente decretou e ativamente forneceu todas as condições que o próprio Deus considera apropriadas e necessárias, tais como o pecado e a incredulidade.

[49] Encontramos uma analogia na existência/criação do mal. Embora o mal seja mal (o mal não é bom), visto que o mal existe somente porque Deus ativamente e soberanamente o decretou (não passivamente ou permissivamente), portanto, é bom que exista o mal. Em outras palavras, o mal é mal (o mal não é bom), mas o decreto de Deus é bom — isto é, seu decreto de que o mal deveria existir por sua vontade e

7. O inferno é um lugar que Deus soberanamente criou, e através do qual ele glorifica a si mesmo; portanto, é pecaminoso desaprovar ou ter repulsa por sua existência ou propósito, de qualquer jeito.[50]

8. O inferno é um lugar que Deus soberanamente criou, e através do qual ele glorifica a Si mesmo; portanto, é certo e bom oferecer reverente e exuberante louvor e ação de graças à Deus por sua criação, existência e propósito.

9. O inferno é um lugar sobre o qual Deus adverte na Escritura, e sobre o qual Cristo pregou em seu ministério na terra; portanto, é certo e bom para os crentes pregar sobre o inferno, e pregar sobre a única forma de evitá-lo, que é a fé em Jesus Cristo, soberanamente concedida por Deus àqueles a quem ele escolheu para salvação.

10. O inferno é um lugar que Deus predestinou para os réprobos; portanto, embora seja certo e bom pregar indiscriminadamente o evangelho a todos os homens, para chamar os eleitos e endurecer os réprobos, é errado e pecaminoso pregar como se Deus desejasse sinceramente a salvação dos réprobos, ou como se fosse possível para os réprobos receberem a fé e serem salvos.[51]

---

poder ativo. Colocando isso de uma forma simples: o mal é mal, e não bom, mas Deus não errou em decretar o mal; ele fez uma coisa certa e boa em decretar o mal. Da mesma forma, Deus fez uma coisa certa e boa ao criar o inferno e ao soberanamente, ativamente e incondicionalmente pré-determinar a condenação dos réprobos.

[50] É certo e apropriado considerar e discutir o assunto com temor e tremor, conhecendo a severidade e o poder de Deus, mas é errado e pecaminoso considerar e discutir o assunto de uma forma que, mesmo remotamente, implique numa desaprovação ou repulsa para com o inferno, como que dizendo que Deus fez algo errado ao criá-lo. Desaprovar ou ter repulsa pelo inferno não é um sinal de compaixão bíblica, mas um sinal de rebelião pecaminosa, que deseja o bem-estar e o conforto humano aparte da fé e da santidade, e aparte da dependência da graça de Deus.

[51] Eu tenho em mente a assim chamada "oferta sincera" do evangelho.

14. Mal e Privação

> Conversamos há um tempo atrás sobre Deus ser o autor do mal no sentido de que Deus é a causa de todas as coisas. Todavia, o mal é uma privação e não realmente uma essência, não é? Eu pergunto por que ouvi alguém, num programa de rádio, argumentando com um homem, e esse disse: "O mal não é uma essência ontológica em e por si mesmo. Ele é uma privação, ou falta do bem".

Devemos primeiro definir claramente o problema ou questão. Deixe-me ver se entendi o que você está tentando insinuar. Você parece implicar que, visto que o mal é uma privação, e visto que ele não é uma "coisa" em si mesmo, então, isso é inconsistente com Deus sendo a causa ou autor de todas as coisas. Eu não estou certo de que esse seja o seu ponto, mas parece ser, assim eu prosseguirei supondo que este seja o seu ponto. Se não for, você pode responder para clarificar.

Agora, nós podemos dizer que o mal não tem um status ontológico como o bem, visto que o próprio Deus é a Bondade, e não há um Mal como contraparte. Se isso é o que queremos dizer, então isso é bíblico e verdadeiro; de outra forma, estaríamos afirmando o dualismo, ou a visão de que o Bem e o Mal são dois poderes eternos auto-existentes, iguais ou quase iguais, que lutam um contra o outro. Dessa perspectiva, é correto negar o Mal como tendo um status ontológico em si mesmo.

Contudo, isso não é inconsistente com a minha posição. De fato, ele é consistente somente com a minha. Que somente o Bem tem um status ontológico significa que o Bem deve ser a causa de todas as coisas, e, portanto, deve ser "bom" que exista o mal (embora o mal não seja bom em si mesmo). Esta é apenas outra forma de dizer que Deus foi bom e justo quando ele ativamente decretou que deveria haver o mal, e então prosseguiu para ativamente executar esse decreto.

Como tenho mostrado em meus livros e artigos, não há problema bíblico ou racional com isso; por outro lado, qualquer outra visão teria tempos difíceis explicando o mal, e assim, deveria relegá-lo ao "mistério", ou terminar no dualismo.

15. Argüindo por Intuição

Gregory E. Ganssle recentemente publicou um livro intitulado *Pensando sobre Deus*.[52] Num capítulo, ele explica liberdade e determinismo, e conclui afirmando que ele favorece o "livre-abrítrio libertariano". Note como ele argumenta:

> Agora, por que você deveria concordar comigo sobre a natureza da liberdade humana? Deixe-me lhe dar duas razões. Primeiro, *parece estranho* tornar alguém moralmente responsável por uma ação, se essa ação não depende dele. Se o determinismo é verdade, então nenhuma ação depende de quem a pratica. Pelo menos nenhuma ação depende de alguém que a realize em um nível alto o bastante, para razoavelmente, tornarmos essa pessoa responsável. Ainda assim, nós consideramos cada pessoa moralmente responsável. A melhor explicação é que algumas ações dependem de nós e somos responsáveis por elas.
>
> Segundo, o livre-arbítrio libertariano fará mais sentido em nossas decisões. Freqüentemente nos encontramos debatendo entre alternativas, e *estamos convencidos* de que nossa decisão tem um real efeito no que acontecerá. A decisão que nós tomamos, após deliberarmos, *parece* depender de nós. Se a liberdade não é do tipo libertariana, então a deliberação não faz muito sentido. Portanto, a liberdade libertariana é o melhor conceito de liberdade e liberdade compatibilista não é liberdade, no final das contas.[53]

Isto é terrível, terrível! Eu me sinto imundo só por digitar. Existem inúmeras afirmações falsas e falácias nesses dois parágrafos,[54] porém primeiro focarei somente naquelas palavras que são relevantes ao nosso assunto, que é sobre intuição.

Note as palavras que coloquei em itálico acima. Se fôssemos debater a questões da liberdade humana, ou do Calvinismo vs. Arminianismo, Ganssle viria até mim com "parece estranho", "estamos convencidos" e "parece"? Eu poderia apenas dizer prontamente que "parece *certo*", "eu *não* estou convencido" e "*não* parece"! Bem, *ele* está convencido das premissas que *parecem* a *ele* verdadeiras, mas eu posso simplesmente estar convencido do oposto.

Se você juntar "parece que" como uma parte essencial de seu argumento (ao contrário de uma parte não-essencial de sua apresentação, por exemplo, uma mera ilustração), você saiu da realidade de uma argumentação estritamente racional. Além disso, você perdeu o direito de prevenir que seu oponente use exatamente o mesmo tipo de argumento, e a ele "parecerá que" você está errado.

Quando vamos à discussão Calvinismo vs. Arminianismo, você pode ouvir algo como: "Se Deus é absolutamente soberano, então ele controla até mesmo nossas decisões, e

---

[52] Gregory E. Ganssle, *Thinking About God* (InterVarsity Press, 2004).
[53] Ibid., p. 136-137, ênfase adicionada.
[54] Eu já escrevi sobre todas elas em meus livros e artigos. As obras relevantes incluem: *Teologia Sistemática*, *Questões Últimas*, *Confrontações Pressuposicionalistas*, *Apologética na Conversação*, *Commentary on Ephesians*, *The Sermon on the Mount* , "O Problema do Mal" e "Idiotas Profissionais".

nesse sentido não temos liberdade ou livre-arbítrio, mas nós sentimos (nós estamos convencidos, nós percebemos, nós achamos, parece que, etc.) que temos liberdade ou livre-arbítrio em nossas atividades diárias; portanto, o Calvinismo deve estar errado". Minha resposta é que eu sinto ou imagino, ou me parece, que essa pessoa é uma idiota; portanto, ela é idiota.[55]

Se ela discordar de minha intuição, então por que eu tenho de concordar com a dela? Se ela me disser que eu realmente não acho ou intuo que ela é uma idiota, então posso dizer de prontidão que ela realmente não sente ou intui a liberdade. Isto é, se ela pode afirmar saber o que realmente se passa em minha mente, então eu posso afirmar prontamente saber o que realmente acontece na mente dela.

Ganssle afirma saber o que todos nós pensamos. Entre outras coisas, ele alega que:

1. Intuitivamente afirmo que "*parece estranho* tornar alguém moralmente responsável por uma ação se essa ação não depende dele".
2. Eu estou "*convencido* de que nossa decisão tem um real efeito no que acontecerá".
3. A decisão que tomo, após deliberar, "*parece* depender" de mim.

Entretanto, a não ser que ele construa suas afirmações sobre um fundamento objetivo e infalível, se ele pode alegar saber o que intuitivamente eu afirmo em minha mente, por que eu não posso também alegar saber o que ele intuitivamente afirma em sua mente? Assim, eu afirmo que "nós estamos convencidos" de que ele está errado, e que ele "parece" bastante confuso e arbitrário. A não ser que ele pare de argumentar pela intuição, como ele o faz, é impossível que ele consistentemente rebata minhas alegações.

Assim, tudo se ajunta em pura subjetividade sem sentido.

Quando debater com arminianos, ou quando ler sua literatura, você notará que muitos baseiam suas premissas cruciais na intuição, e freqüentemente apenas na intuição. O padrão de argumentação de Ganssle é muito comum a eles – eles simplesmente assumem que suas premissas necessárias são verdadeiras porque *para eles* elas *parecem ser* verdadeiras. Eles dizem que estão *convencidos* de que essas premissas são verdadeiras (freqüentemente, eles dizem que *todos nós estamos convencidos*), e então prosseguem nessa base. Uma dessas premissas é que *parece-nos* que todos temos livre-arbítrio; outra é que *pareceria* injusto fazer alguém que não tem livre-arbítrio moralmente devedor. Pelo menos nesses exemplos, seu padrão definitivo de verdade e moralidade não é a revelação de Deus, mas a própria intuição. Seus "parece que" *parecem* inquestionáveis a eles.

Contudo, todos os "*parece que*" poderiam estar errados. Parafraseando Clark, talvez pensemos que temos livre-arbítrio não porque *sabemos* de algo (que nós temos livre-arbítrio), mas porque *não sabemos* de algo (que realmente não temos livre-arbítrio).[56] Talvez algumas pessoas intuitivamente pensem que certas coisas são verdadeiras porque

[55] Por que estou sendo duro para com este tipo de pensamento? Porque ele é um tipo de pensamento irracional, e que é freqüentemente usado para asseverar posições heréticas, tais como o livre-arbítrio libertariano.
[56] Veja Gordon Clark, *Predestination*.

elas são ignorantes. Lutero coloca isso de forma mais forte, ao dizer que nós pensamos que temos livre-arbítrio porque estamos sendo enganados por Satanás.[57] Nesse caso, o debate não pode ser estabelecido pela intuição apenas.

Muitos ateus argumentam dessa forma também. Por exemplo, uma vez que rejeitam a revelação, eles não podem apelar para um fundamento na ética. Então, quando se voltam para a experiência, aqueles que são menos estúpidos percebem que não podem derivar nada da intuição. Portanto, alguns se voltam para intuição, e alegam que eles conhecem certos princípios éticos. Mas com os problemas já citados (a intuição é subjetiva, não-universal, falível, etc.), por que devemos obedecer à intuição?

É algo muito infeliz que muitos escritores reformados/calvinistas também apelem para a intuição a fim de construir seus argumentos e sistemas. Quando fazem isso, normalmente é porque eles estão tentando alegar algumas idéias e premissas do mesmo tipo que os arminianos e os ateus afirmam, como conceitos anti-bíblicos de liberdade e justiça. Mas, uma vez que essas premissas falsas não podem ser derivadas da revelação bíblica e, uma vez que não podemos derivar de nada da sensação, eles se refugiam na intuição. Entretanto, como mostramos, isso seria banir-se no subjetivismo e irrelevância; e quando escritores reformados/calvinistas fazem isso, eles são inconsistentes com sua teologia bíblica e racional.

Um exemplo é William G.T. Shedd. Apesar de ele ser altamente recomendado, por ser um dos menos empíricos entre os teólogos, ele falha em depender somente da revelação divina. Pelo contrário, apelos à intuição invadem sua *Teologia Dogmática*, e ele faz isso para estabelecer premissas e princípios que, na verdade, somente arminianos deveriam afirmar, e que somente arminianos precisam, como uma versão do livre-arbítrio, e uma base anti-bíblica para a responsabilidade moral.

Como cristãos reformados/calvinistas – como cristãos cuja visão de Deus, do homem e da salvação são verdadeiramente bíblicas – não devemos e nem precisamos apelar para experiência ou intuição, o que nos levará apenas ao cepticismo irracional e auto-contraditório. Pelo contrário, devemos nos apegar à revelação escrita de Deus, que vêm somente do *Logos,* a Razão de Deus, a única que pode nos salvar e àqueles que nos ouvem.

Originalmente, planejei tratar somente dos problemas em basear os argumentos na intuição. A citação de Ganssle nos providenciou um bom exemplo. Entretanto, eu também trarei alguns pontos que não estão diretamente conectados com a intuição, mas que são sempre problemáticos. Seria instrutivo discuti-los também.

Primeiramente, vamos voltar nossa atenção às seguintes afirmações, já citadas no início:

> Se o determinismo é verdade, então nenhuma ação depende de quem a pratica. Pelo menos nenhuma ação depende de alguém em um nível alto o bastante para tornar alguém responsável. Ainda assim, nós consideramos cada pessoa

[57] Veja Martin Luther, *The Bondage of the Will*.

> moralmente responsável. A melhor explicação é que algumas ações dependem de nós e somos responsáveis por elas.[58]

Primeiro, vamos entender que Ganssle não está tentando construir uma explicação detalhada para sua posição em seu livro; isso representa somente um resumo de suas razões para sua posição sobre a liberdade. Entretanto, isso não nos proíbe de criticar o que ele escreveu, uma vez que ele nos dá informações suficientes para nos dizer que tipo de argumento ele considera com um suporte válido e racional para sua posição.

A não ser que ele mude completamente a direção de toda a sua exposição, então, mesmo que fossem dados tempo e espaço para elaborar, ele ainda argumentaria sobre esse assunto usando o mesmo tipo de argumentos. Isto é, mesmo se dados tempo e espaço, ele nos daria somente uma versão mais detalhada do seu pensamento falacioso.[59]

Com o objetivo de tratar esse ponto com algum detalhe, lidaremos com cada uma das afirmações individualmente.

> "*Se o determinismo é verdade, então nenhuma ação depende de quem a pratica*".

Esta afirmação é tão ambígua, que é difícil saber o que fazer com ela. Em particular, a expressão crucial "depende de" é indefinida.[60] Dependendo do que ela significa, a expressão pode referir-se a uma liberdade volitiva relativa a outras criaturas ou uma liberdade volitiva relativa ao próprio Deus, que é a liberdade absoluta.

Parece que a linguagem e o contexto pedem a segunda interpretação. A ação de alguém depender dela mesma está contrastada com "determinismo". O contexto do livro sugere que o "determinismo" aqui está incluso, se não restrito, ao determinismo divino, ou a idéia de que é Deus quem determina todas as coisas, incluindo todas as decisões humanas. Isto é, se uma ação "depende" de alguém, então ela não é determinada por Deus.

Mas, se uma ação não é determinada por Deus, então Ganssle não mais está falando sobre o Deus da Bíblia. Neste ponto, eu devo indicar a você meus trabalhos anteriores para detalhadas explanações sobre a soberania divina.[61] Em qualquer caso, a expressão "depende" permanece ambígua.

> "*Pelo menos nenhuma ação depende de alguém que a realize em um nível alto o bastante, para razoavelmente, tornarmos essa pessoa responsável*".

---

[58] Ganssle, p. 137.

[59] Antes de colocar as seguintes críticas no "papel", eu cuidadosamente verifiquei seu livro novamente, e prestei uma atenção especial ao capítulo no qual estas declarações aparecem. Ganssle tenta providenciar mais detalhes e argumentos nas páginas anteriores. Contudo, nada do que ele diz pode servir ara se defender das críticas acima. Leitores que desejam verificar isto, podem verificar as páginas 129-137 do seu livro.

[60] Estou ciente de que ele tenta definir (ou antes ilustrar) a expressão na página 135, mas sua expressão falha em clarificar o conceito. Na mesma página, ele admite, "Agora, "dependência" não é um conceito muito preciso.

[61] Veja *Teologia Sistemática*, *Questões Últimas*, *Commentary on Ephesians*, e "The Problem of Evil". Veja também, *Predestination* e *God and Evil* de Gordon Clark.

Agora as coisas realmente ficam estranhas.

Ele diz que a "dependência" deve ser alta o bastante para ser "razoável" para tornar alguém "responsável". Claro, minha primeira reação é POR QUE? Mesmo se nós pudéssemos entender sua afirmação, não temos nenhuma razão para crer nisso. Mas como veremos, não é tão fácil assim entender a afirmação.

Antes mesmo que saibamos o que ele quer dizer com "depende", agora ele sugere que existem níveis de "dependência". Então, de acordo com ele, uma ação deve "depender" de uma pessoa num grau maior ou menor; mas como ele sabe disso, não é explicado.

Então, ele diz que a "dependência" deve alcançar um certo grau que seja "alto o bastante" para "*razoavelmente"* tornar alguém "*responsável*" . Porém, mesmo se nós ultrapassássemos a sugestão de que existem níveis de "dependência", quão alto é "alto o bastante", e como ele sabe?

Além disso, se a "dependência" deve ser alta o bastante para ser razoável, o que ele quer dizer por "razoável"? Por "razoável", ele quer dizer algo que é validamente dedutível de premissas verdadeiras, ou ele quer dizer alguma coisa como "moralmente aceitável"? Se ele quer dizer algo como a última opção, então o que ele queria dizer com "aceitável"? "Aceitável" a quem? Como ele sabe?

Ou somos completamente injustos por suspeitar que por "razoável", ele está mais uma vez apelando para algum padrão intuitivo que não pode projetar objetivamente e sustentar fora de sua própria mente, e assim, nesse caso sua intuição mais uma vez tomaria o lugar de Deus?

Então, porque esta "dependência" deveria alcançar um certo grau para ser "alta o bastante", a fim de considerar "razoável" tornar alguém responsável? Isto continua sem resposta.

Além disso, o que ele quer dizer com "responsável"? Eu nem tentarei adivinhar.

Agora, já que ele contrasta a "dependência" de uma ação contra "determinismo",[62] e uma vez que "dependência" pode ser de um nível menor ou maior, segue-se que o "determinismo" também pode estar em níveis – isto é, não é absoluto, mas relativo.[63]

Mas isto coloca Deus, que é o sujeito do "determinismo", em uma posição semelhante com as criaturas, que são os objetos do "determinismo". Isto é, algumas coisas "dependem" (são determinadas) por Deus, mas algumas coisas não o são. Ele talvez seja mais poderoso do que nós, assim, existem mais coisas que "dependem" dEle do que "dependem" de nós, mas permanece que, quando se trata de "dependência" e determinismo, Deus difere de nós apenas em níveis, e não em tipo.

---

[62] Isto é, se algo "depende de" Deus, então não "depende de" nós.

[63] Isto é, se algo "depende de" nós, então não "depende de" Deus. E visto que Ganssle contende que algumas ou muitas coisas são "dependentes" de nós, segue-se que algumas ou muitas coisas não são "dependentes" de Deus. Portanto, a menos que o "determinismo" seja absoluto e compreensivo, ele é apenas outra palavra para uma "dependência" similar à nossa, mesmo que seja maior em grau ou mais freqüente em ocorrências.

Assim, novamente, perdemos o Deus da Bíblia.

Em contraste, a posição bíblica é que nós somos "moralmente responsáveis" no sentido de que nós somos devedores morais a Deus; isto é, Deus nos julgará. Nossas crenças e ações terão conseqüências porque Deus *causará* estas conseqüências.

Mais ainda, é "razoável" que Deus nos faça moralmente responsáveis no sentido de que é logicamente válido e moralmente aceitável para Ele fazer. É logicamente válido porque esta é a conclusão deduzida de Sua própria vontade e decreto, e é moralmente aceitável porque Deus é o padrão moral único e definitivo, e Ele aceita Sua própria decisão de fazer Suas criaturas moralmente responsáveis.

Nesta discussão, a questão da liberdade humana nem mesmo entra em discussão.[64] É completamente consistente com o determinismo divino absoluto, em que Deus controla todas as coisas, incluindo todo pensamento e decisão humana.

> "A*inda assim, nós consideramos cada pessoa moralmente responsável*".

Para entender esta afirmação, e perceber o que está tão errado a respeito disso, nós devemos lê-la no contexto do parágrafo. Aqui está ele novamente:

> Se o determinismo é verdade, então nenhuma ação depende de quem a pratica. Pelo menos nenhuma ação depende de alguém que a realize em um nível alto o bastante, para razoavelmente, tornarmos essa pessoa responsável. Ainda assim, nós consideramos cada pessoa moralmente responsável. A melhor explicação é que algumas ações dependem de nós e somos responsáveis por elas.

Para simplificar o argumento, podemos parafrasear como se segue: "Se o determinismo é verdade, então nós não somos moralmente responsáveis. Mas nós consideramos cada pessoa responsável. Portanto, o determinismo é falso". Mesmo presumindo que concordamos que "consideramos cada pessoa moralmente responsável", Ganssle não diz nada para estabelecer que isto realmente é a coisa certa a se fazer. Só porque nós fazemos alguma coisa, não significa necessariamente que é a coisa certa a fazer. Talvez nós estejamos errados em considerar cada pessoa moralmente responsável.

Note que o argumento deveria apresentar que o determinismo é falso, e não meramente fazer sentido sobre considerar cada pessoa moralmente responsável. Isto é, a função do argumento não é apenas explicar algo que fazemos, menos ainda se isto é certo ou errado. Pelo contrário, o argumento pretende *refutar* o determinismo, e para fazer isto, *depende* da premissa que "nós consideramos cada pessoa moralmente responsável", e assume que isto é a coisa certa a se fazer (ou que esta premissa deveria ser considerada como algo constante).

Da maneira como é apresentado, o melhor que este argumento pode fazer é *explicar* porque Ganssle *gostaria* que o determinismo fosse falso! Ele quer que determinismo seja falso porque quer explicar o porquê consideramos os outros moralmente responsáveis. Em outras palavras, de acordo com este argumento, com o objetivo de

[64] Não há lugar lógico para a liberdade humana entrar na discussão; tem que ser arbitrariamente introduzido por força.

justificar o que fazemos (quer esteja certo ou não), devemos rejeitar o determinismo (seja o determinismo realmente verdade ou não). O argumento é puramente pragmático, não racional.

Além de falhar em estabelecer que *devemos* considerar cada um moralmente responsável em primeiro lugar, nós já mostramos que Ganssle também falha em estabelecer a premissa anterior, especialmente aquela que afirma que, se uma ação não depende de nós, então não somos moralmente responsáveis por ela. Portanto, o que ele pretende que seja uma explanação racional para afirmar o "livre-arbítrio libertariano", torna-se uma bagunça incompreensível.

Em contraste, a posição bíblia é que *Deus* revelou Suas leis morais a nós, e Ele declarou que nós somos devedores de acordo com estas leis. Assim, Ele também estabeleceu relações e instituições humanas que, por meio delas, podemos responsabilizar os outros, de uma forma relativa e temporária, para manter a paz, a ordem e a justiça na sociedade humana – até que a absoluta e perfeita prestação de contas possa ser dada a Deus, quando Ele julgar a humanidade. Ao invés de basear nossos argumentos na intuição ou mesmo na prática (como Ganssle faz) , nossa base para a responsabilidade moral é a revelação divina.

> "*A melhor explicação é que algumas ações dependem de nós e somos responsáveis por elas*".

O que eu disse acima já cobre esta última afirmação. Aqui, eu tratarei o argumento de um ângulo um pouco diferente.

Agora, o argumento está dizendo:

> 1. Se o determinismo é verdade, então nós não somos moralmente responsáveis.[65]
>
> 2. Mas nós consideramos cada pessoa moralmente responsável.
>
> 3. Portanto, *o determinismo é falso*.

O problema é que a conclusão *não* é uma inferência necessariamente proveniente das premissas. Mesmo se nós usarmos as mesmas premissas, poderíamos chegar a uma conclusão muito diferente:

> 1. Se o determinismo é verdade, então nós não somos moralmente responsáveis.[66]
>
> 2. Mas nós consideramos cada pessoa moralmente responsável.

[65] Lembre-se que Ganssle falha em justificar esta declaração, e não aceitamos isso. Mas isto é o que ele assevera.
[66] Novamente, negamos isto, mas isto é o que Ganssle assevera sem justificação.

> 3. Portanto, *estamos errados em considerar cada pessoa moralmente responsável.*

A versão de Ganssle dos argumentos recusa abrir mão da prática de considerar cada pessoa moralmente responsável, enquanto a outra versão recusa abrir mão do determinismo. As duas versões do argumento são falaciosas, uma vez que as conclusões não se derivam de premissas por inferência necessária. Mais ainda, Ganssle não oferece uma justificativa para a primeira premissa, e esta é uma premissa que eu rejeito.

Terminamos de examinar o parágrafo, mas ainda não acabamos com Ganssle, já que ele agora diz:

> Segundo, o livre-arbítrio libertariano fará mais sentido em nossas decisões. Freqüentemente nos encontramos debatendo entre alternativas, e *estamos convencidos* de que nossa decisão tem um real efeito no que acontecerá. A decisão que nós tomamos, após deliberarmos, *parece* depender de nós. Se a liberdade não é do tipo libertariano, então a deliberação não faz muito sentido. Portanto, a liberdade libertariana é o melhor conceito de liberdade e liberdade compatibilista não é liberdade, no final das contas.[67]

Nós já dissecamos tanto sua forma de pensar que, agora, já devemos ser capazes de ver o que está errado com as afirmações acima sem muita ajuda. Então, iremos brevemente resumir os problemas sem entrar em detalhes.

Notemos que o parágrafo inteiro tenta novamente fazer sentido sobre o que supostamente fazemos, sem justificar que deveríamos fazer isso.

Ele diz "*estamos convencidos*" de que nossas decisões têm um efeito real no que virá. Mas, quem é ele para falar por todos nós? Na verdade, eu não estou convencido desta afirmação, afinal. De qualquer forma, *mesmo se* todos nós estivéssemos convencidos de sua afirmação, a questão permanece "mas é verdadeiro?". Da maneira como é apresentada, a base de sua premissa é mera intuição subjetiva, ou mesmo a opinião popular. Adicionando-se o fato de que temos o termo ambíguo "efeito real", toda a afirmação é ininteligível.

Então, ele diz: "A decisão que nós tomamos, após deliberarmos, *parece* depender de nós." Novamente, ele descansa sua premissa apenas na intuição. Só porque alguma coisa *parece* uma forma certa, isto não significa que ela seja realmente verdadeira. Mas nós já discutimos a falácia de se apelar para a intuição, então vamos continuar.

Sua conclusão é que "se a liberdade não é do tipo libertariana, então a deliberação não faz muito sentido." Bem, então, pior para a deliberação! O argumento pretende estabelecer o livre-arbítrio libertariano, e para fazer isso, ele afirma apenas que o livre-arbítrio libertariano fará a deliberação ter sentido. Mas o argumento falha porque, primeiro, falha em estabelecer que somente o livre-arbítrio libertariano fará sentido para a deliberação; segundo, ele falha em estabelecer que deveríamos fazer sentido na deliberação; terceiro, falha em estabelecer que a deliberação faz sentido como um todo.

---

[67] *Ganssle, p. 137.*

Ele afirma que "a liberdade libertariana é o melhor conceito de liberdade", porém, não importa se isto é verdadeiro ou não a esta altura, pois ele falha em definir a liberdade libertariana ou, desta forma, qualquer tipo de liberdade.

No entanto, eu talvez concorde com ele em alguma coisa, afinal, pois ele termina o parágrafo dizendo: "liberdade compatibilista não é liberdade, no final das contas." Agora, como ele explica anteriormente no capítulo, por "liberdade compatibilista", ele quer dizer "determinada, mas livre".[68] Ele afirma que este é um conceito popular de liberdade, mas um ao qual ele se opõe. Aqui ele adiciona que "no fim, não é liberdade".

Mas parece para ele que a única opção restante para se aceitar é a liberdade libertariana; entretanto, isto não é verdade. O que aconteceria se negássemos as liberdades libertariana e compatibilista, e afirmássemos um determinismo divino absoluto e incompreensível?

Eu entendo que muitos escritores reformados/calvinistas objetariam a isto; eles se sentem compelidos a afirmar a liberdade compatibilista. Isto acontece em parte porque eles assumem que o homem tenha algum tipo de liberdade a fim de se justificar ele ser responsabilizado. Mas isso é apenas uma suposição, impossível de provar, e contraditória com a Escritura.

É claro, devemos ser cuidadosos e definir "liberdade" de uma forma acurada e relevante. Devemos pelo menos responder à questão: "liberdade do que?". Agora, quando falamos de determinismo divino, o "determinador" é Deus. Então, neste contexto, a única coisa relevante da qual se libertar é Deus, e se somos livres de outra coisa, esta é irrelevante. Portanto, a questão se torna "O homem é livre de Deus em *algum* sentido?". Uma vez que você assevera que o homem é livre de Deus em algum sentido, você perdeu o Deus da Bíblia.

Uma posição reformada/calvinista/bíblica consistente seria a seguinte. O determinismo divino absoluto é verdadeiro; portanto, o homem não tem liberdade *em nada* relativo a Deus – ele não é livre de Deus em qualquer sentido. Entretanto, ele ainda é moralmente responsável e devedor porque Deus o considera moralmente responsável e devedor. Não existe qualquer razão lógica para trazer a questão da liberdade. A premissa "responsabilidade pressupõe liberdade" é completamente arbitrária, anti-bíblica e impossível de ser provada. Pelo contrário, a Escritura ensina que a responsabilidade pressupõe o *julgamento* divino, e julgamento divino pressupõe a decisão de Deus de julgar. Não existe *nenhuma* relação com a questão do homem ser livre ou não.

De fato, uma vez que a responsabilidade humana pressupõe o julgamento divino, e desde que julgamento divino pressupõe soberania divina (o direto e o poder de Deus para julgar), segue-se que a responsabilidade humana pressupõe soberania divina, e não a liberdade humana. Nós somos moralmente responsáveis precisamente porque Deus é soberano e nós *não* somos livres.

A questão então se torna se isto é ou não justo – isto é, se é justo responsabilizar alguém que não é livre. Entretanto, isto é apenas a mesma questão com outras palavras. A questão da justiça parece ser relevante somente porque já trouxemos ilegítima e

[68] Ibid., p. 131.

arbitrariamente a liberdade para a discussão. Mas nós respondemos que isto é justo porque é o que Deus decidiu fazer, e Ele é o único e definitivo padrão de justiça; portanto, isto é justo por definição.

Essa posição é bíblica e coerente, e não há nada inerentemente contraditório ou impossível sobre isto. Muitas pessoas talvez não gostem porque contradiz suas noções de liberdade, responsabilidade e justiça; no entanto, são noções *pecaminosas*. Ao apelar para a intuição, eles ignoram os efeitos do pecado na mente. Ao censurar-lhes por colocar sua confiança em sua própria intuição, eu não me volto para minha intuição como verdadeira; pelo contrário, eu apelo para a revelação divina somente, e se nós vamos falar de intuição, devemos observar a revelação para julgar nossa intuição.

Estamos demonstrando que a intuição não pode providenciar um fundamento confiável para nossos argumentos, citando o livre de Ganssle como exemplo. Apesar de já concluir a parte principal de nossa discussão sobre o assunto, ainda existe um tópico relacionado que precisamos tratar, a fim de evitar um mal-entendido e evitar confusão. Tenho em mente nosso conhecimento inato de Deus, e sua relação com a intuição e a revelação.

A Escritura ensina que toda pessoa tem um conhecimento inato de Deus, no sentido que ela conhece Deus e Seus atributos por instinto, ou por intuição, à parte da observação e experiência. Este conhecimento reside na mente do homem porque Deus colocou diretamente nele, como uma criatura feita à imagem divina.

Apologistas pressuposicionalistas freqüentemente mencionam este fato; entretanto, quando eles fazem isto, eles não estão apelando para a intuição? Precisamos pensar nisso com cuidado. Nós *não* dissemos que mesmo uma *menção* da intuição causaria uma falácia; pelo contrário, dissemos apenas que é falacioso apelar para a intuição como *base* para os argumentos, ou apelar para intuição a fim de retirar premissas de nossos argumentos. Talvez ainda haja um lugar para nosso conhecimento de Deus em um sistema coerente de teologia.

No caso do pressuposicionalismo, formulado biblicamente e racionalmente, nosso conhecimento inato de Deus não é estabelecido pela própria intuição, mas pela revelação. *Não* dizemos "eu tenho um conhecimento intuitivo de Deus; portanto, certamente eu tenho um conhecimento intuitivo de Deus", e partindo disso dizemos "Portanto, meu conhecimento intuitivo de Deus é verdadeiro".

Ao invés disso, dizemos: "a revelação de Deus me diz que eu tenho um conhecimento intuitivo de Deus; portanto, certamente tenho um conhecimento intuitivo de Deus". E, "a revelação de Deus diz que meu conhecimento intuitivo de Deus é verdadeiro em si mesmo, ou até onde ele vai; portanto, meu conhecimento intuitivo de Deus é verdadeiro em si mesmo, ou até onde ele vai".

Assim, devemos adicionar também: "a revelação de Deus me diz que nosso conhecimento intuitivo de Deus foi diminuído e distorcido pelo pecado; portanto, apesar de ser verdade que tenho um conhecimento intuitivo de Deus, e apesar deste conhecimento intuitivo de Deus ser verdade em si mesmo, esta intuição nunca é confiável como uma fonte de conhecimento ou justificativa para minhas premissas de raciocínio, porque eu não posso perceber claramente e representar acuradamente a

informação contida nesta intuição. Portanto, se hei de saber alguma coisa sobre tudo isto, preciso que a revelação de Deus me conte o que este conhecimento intuitivo contém".

Então, quando falamos sobre nosso conhecimento intuitivo de Deus, estamos falando sobre uma afirmação feita pela revelação *sobre* intuição. Isto não é uma afirmação da intuição sobre a intuição, e ainda menos uma afirmação feita pela intuição sobre a revelação. Em outras palavras, quando mencionamos nosso conhecimento inato de Deus, não estamos tentando provar a revelação de Deus por nossa intuição; pelo contrário, apenas afirmamos que a revelação de Deus nos conta o que sabemos pela intuição. Novamente, este conhecimento foi diminuído e distorcido pelo pecado, mas sabemos isto somente pela revelação. Portanto, quando falamos sobre intuição, e especialmente sobre nosso conhecimento intuitivo de Deus, é uma proposição inteiramente diferente daquela a qual estamos nos opondo. Em nenhuma instância nós fizemos a intuição como base de nossos argumentos; nós dependemos unicamente da revelação divina.

Como pressuposicionalistas bíblicos, começamos pela revelação, e dela deduzimos todas as proposições necessárias dentro da nossa cosmovisão; não há qualquer dependência da intuição. Quando mencionamos intuição, nós fazemos isto no contexto de dizer que a revelação de Deus nos diz que todas as pessoas conhecem a Deus pela intuição, e isto explica porque eles não podem desculpar-se lógica ou moralmente a si mesmos. Nós não *começamos* dizendo, pela intuição, que todos conhecem a Deus, e, portanto, não há desculpa para a descrença; nós começamos pela revelação, e então, com base na revelação, dizemos que todas as pessoas conhecem a Deus pela intuição e, portanto, na autoridade da revelação de Deus (e não da intuição), não há desculpas para a descrença.

Mais ainda, nossa afirmação é mais forte que apenas dizer que o conhecimento de Deus é intuitivamente inescapável; ao invés disso, nossa afirmação é que, positivamente, o conhecimento de Deus é claro e intenso, e negativamente, é logicamente inevitável e inegável.

Assim, o criticismo contra argumentos intuitivos não se aplica à apologética bíblica/pressuposicionalista coerente. Os oponentes do Cristianismo devem, portanto, atacar diretamente a revelação. Da mesma forma, uma vez que nossas críticas contra a intuição continuam fortes, aqueles que apelam para a intuição como base para seus argumentos, ao atacar o Cristianismo precisam provar a confiabilidade da intuição; de outra forma, eles terão de evitar isto. Em outras palavras, não somente eles devem atacar diretamente a revelação, como devem também ter alguma coisa para poder atacá-la.

16. O Problema do Mal

INTRODUÇÃO

Uma das objeções mais populares, porém sobreestimada, contra o Cristianismo, é o assim chamado "problema do mal". A objeção alega que o que o Cristianismo afirma sobre Deus é logicamente irreconciliável com a existência do mal. Aqueles que fazem esta objeção afirmam que eles sabem, com certeza, que o mal existe, e, visto que isto é incompatível com o Deus cristão, então se segue que não há Deus, ou isto mostra, no mínimo, que o que o Cristianismo afirma sobre Deus é falso.

Usando o problema do mal, os incrédulos têm conseguido confundir muitos cristãos professos, e parece que muitos daqueles que alegam ser cristãos estão, eles mesmos, perturbados pela existência do mal, ou pela quantia de mal neste mundo. Alguns crentes conseguem fornecer respostas plausíveis que não são totalmente convincentes, enquanto muitos outros simplesmente chamam a existência do mal de um mistério. Contudo, até onde a Escritura trata do assunto, de forma que há algo que foi revelado, os cristãos não têm o direito de chamá-lo de um mistério no sentido de algo que está oculto. Simplesmente porque não podemos entender tudo sobre a existência do mal, não significa que devemos ignorar o que a Escritura claramente revela sobre ele.

Por outro lado, as respostas meramente plausíveis são insuficientes quando a Bíblia fornece uma resposta infalível e uma defesa invencível. No que se segue, veremos que a existência do mal não apresenta nenhum desafio ao conceito cristão de Deus, ou a qualquer aspecto do Cristianismo. Na verdade, são as cosmovisões não-cristãs que não podem fazer sentido da existência do mal, se é que elas podem ter um conceito do mal.

O PROBLEMA

Os cristãos afirmam que Deus é onipotente (todo-poderoso) e oni-benevolente (todo-amoroso). Nossos oponentes argumentam que, se Deus é todo-poderoso, então possui a capacidade de acabar com o mal, e se ele é todo-amoroso, então deseja acabar com o mal;[69] contudo, visto que o mal ainda existe, isto significa que Deus não existe, ou pelo menos significa que as coisas que os cristãos afirmam sobre ele são falsas. Isto é, mesmo que Deus exista, visto que o mal também existe, ele não pode ser tanto todo-poderoso como todo-amoroso, mas os cristãos insistem que ele é tanto todo-poderoso como todo-amoroso; portanto, o Cristianismo deve ser falso.

Aqueles que usam este argumento contra o Cristianismo podem formulá-lo de maneiras diferentes, mas, a despeito da forma precisa em que o argumento é tomado, o ponto é que os cristãos não podem afirmar todos os atributos divinos, pois assim fazer seria logicamente incompatível com o problema do mal. E se este é o caso, então, o Cristianismo é falso. Embora os cristãos tenham agonizado com este assim chamado "problema do mal" por séculos, o argumento é extremamente fácil de refutar; ele é uma das objeções mais estúpidas que já vi, e mesmo como criança eu o consideraria um

[69] Às vezes o argumento inclui o fato de que os cristãos afirmam que Deus é também onisciente (conhece tudo) — se Deus conhece tudo, então ele sabe como destruir o mal.

argumento tolo. Muitas pessoas têm inquietações com a existência do mal, não porque o mesmo possua qualquer desafio lógico ao Cristianismo, mas porque eles são sobrepujados pelas emoções que o assunto gera, e estas fortes emoções desqualificam efetivamente o nível mínimo de julgamento e inteligência que eles normalmente exibem.

Agora, visto que os oponentes do Cristianismo reivindicam que o problema do mal é um argumento *lógico* contra o Cristianismo, em resposta precisamos somente mostrar que a existência do mal não contradiz *logicamente* o que o Cristianismo ensina sobre Deus. Embora a Escritura também responda suficientemente aos aspectos emocionais deste assunto, não é nossa responsabilidade apresentar e defender estas respostas dentro do contexto do debate lógico. De fato, os problemas emocionais que as pessoas têm com a existência do mal e sua falta de respostas a estes problemas são totalmente consistentes com o que a Escritura ensina. Assim, nos focaremos em responder à existência do mal como um desafio lógico.

LIVRE-ARBÍTRIO

Muitos cristãos favorecem a "defesa do livre-arbítrio" ao responder o problema do mal. No contexto das narrativas bíblicas, esta abordagem declara que, quando Deus criou o homem, ele lhe concedeu o livre-arbítrio – um poder para fazer decisões independentes, até mesmo se rebelar contra o seu Criador. Certamente Deus estava ciente de que o homem pecaria, mas este foi o preço de conceder ao homem o livre-arbítrio. Ao criar o homem com o livre-arbítrio, Deus também criou o potencial para o mal, mas, até onde a defesa do livre-arbítrio vai, visto que o homem é verdadeiramente livre, a culpa da realização deste potencial para o mal pode ser lançada somente sobre o próprio homem. Aqueles que usam a defesa do livre-arbítrio adicionariam que o potencial ou até mesmo a realização do mal não é um preço tão alto para se conceder ao homem um livre-arbítrio genuíno.

Embora muitos cristãos professos usem a defesa do livre-arbítrio, e para algumas pessoas a explicação possa parecer razoável, esta é uma teodicéia irracional e anti-bíblica – ela falha em responder o problema do mal, e contradiz a Escritura. Primeiro, esta abordagem somente posterga o tratamento do problema, visto que transforma o debate do porquê o mal existe no universo de Deus para porquê Deus criou um universo com o potencial para tão grande mal. Segundo, os cristãos afirmam que Deus é onisciente, de forma que ele não criou o universo e a humanidade apenas estando ciente de que eles tinham o potencial para se tornarem maus; antes, ele sabia com certeza que eles se tornariam maus. Assim, seja diretamente ou indiretamente, Deus criou o mal.[70]

Nós podemos distinguir entre mal natural e mal moral – mal natural inclui desastres naturais tais como terremotos e enchentes, enquanto que o mal moral refere-se às ações ímpias que as criaturas racionais cometem. Agora, mesmo se a defesa do livre-arbítrio fornecer uma explanação satisfatória para o mal moral, ela falha em tratar

[70] A doutrina do "livre-arbítrio" é antibíblica e herética, e alguns têm seguido a doutrina até o seu próximo passo lógico, ao dizer que se o homem é verdadeiramente livre, então Deus não pode realmente saber com certeza o que o homem fará, negando dessa forma a onisciência de Deus. Contudo, ainda assim, Deus saberia que é possível para o livre-arbítrio produzir males extremos e horrendos, de forma que o mesmo problema permanece.

adequadamente o mal natural. Alguns cristãos podem reivindicar que é o mal moral que leva ao mal natural; contudo, somente Deus tem o poder para criar uma relação entre os dois, visto que os terremotos e as enchentes não têm relações necessárias com os assassinatos e roubos, a menos que Deus o faça – isto é, a menos que Deus decida causar terremotos e enchentes por causa dos assassinatos e roubos cometidos pelas suas criaturas. Assim, Deus novamente parece ser a causa última do mal, seja natural ou moral.

Mesmo se o pecado de Adão tivesse trazido morte e decadência, não somente à humanidade, mas também aos animais, a Escritura insiste que nenhum pardal pode morrer aparte da vontade de Deus (Mateus 10:29). Isto é, se há qualquer relação entre o mal moral e o mal natural, a relação não é inerente (como se algo fosse inerente à parte da vontade de Deus), mas, antes, é soberanamente imposta por Deus. Mesmo o aparentemente insignificante não pode ocorrer sem – não meramente a permissão – a vontade ativa e o decreto de Deus. Os cristãos não são deístas – nós não cremos que este universo funciona por uma série de leis naturais que são independentes de Deus. A Bíblia nos mostra que Deus está agora ativamente administrando o universo, de forma que nada pode acontecer ou continuar a existir à parte do poder ativo e do decreto de Deus (Colossenses 1:17; Hebreus 1:3). Se devemos usar o termo de alguma forma, o que chamamos "leis naturais" são somente descrições de como Deus age regularmente, embora ele não esteja, de forma alguma, obrigado a agir dessa maneira.

Os cristãos devem rejeitar a defesa do livre-arbítrio simplesmente porque a Escritura rejeita o livre-arbítrio; antes, a Escritura ensina que Deus é o único que possui livre-arbítrio. Ele diz em Isaías 46:10: "Meu propósito permanecerá em pé, e farei tudo o que me agrada". Por outro lado, a vontade do homem é sempre escrava, ou do pecado ou da justiça: "Mas, graças a Deus, porque, embora vocês tenham sido escravos do pecado, passaram a obedecer de coração à forma de ensino que lhes foi transmitida. Vocês foram libertados do pecado e tornaram-se escravos da justiça" (Romanos 6:17-18). O livre-arbítrio não existe – ele é um conceito assumido por muitos cristãos professos sem uma garantia bíblica.

Outra suposição popular é que a capacidade moral é o pré-requisito de responsabilidade moral. Em outras palavras, a suposição é que, se uma pessoa é incapaz de obedecer às leis de Deus, então, ela não pode ser moralmente responsável de responder a estas leis, e, portanto, Deus não poderia e não os puniria por desobedecer estas leis. Contudo, assim como a suposição de que o homem tem livre-arbítrio, esta suposição de que a responsabilidade moral pressupõe a capacidade moral é também anti-bíblica e injustificável.

Com referência aos incrédulos, Paulo escreve: "A mentalidade da carne é inimiga de Deus porque não se submete à Lei de Deus, nem pode fazê-lo" (Romanos 8:7). Se é verdade que a responsabilidade moral pressupõe a capacidade moral, e Paulo declara que o pecador carece desta capacidade, então, segue-se que nenhum pecador é responsável por seus pecados. Isto é, se um pecador de fato é um pecador apenas se tiver a capacidade de obedecer mas se recusa a fazê-lo, visto que Paulo diz que o pecador realmente carece da capacidade para obedecer, então, segue-se que um pecador não é um pecador. Contudo, isto é uma contradição, e é uma contradição que a Bíblia nunca ensina.

A Bíblia ensina que o não-cristão é um pecador, e ao mesmo tempo ensina que ele carece da capacidade para obedecer a Deus. Isto significa que o homem é moralmente responsável, mesmo se lhe falta a capacidade moral; isto é, o homem deve obedecer a Deus mesmo se ele não o pode fazer. É pecaminoso para uma pessoa o desobedecer a Deus, tenha ele ou não a capacidade para agir de outra forma. Assim, a responsabilidade moral não é baseada na capacidade moral ou no livre-arbítrio; antes, a responsabilidade moral é baseada na soberania de Deus – o homem deve obedecer aos mandamentos de Deus porque Deus diz que o homem deve obedecer, e se ele tem ou não a capacidade para obedecer, é irrelevante.

Em primeiro lugar, o livre-arbítrio é logicamente impossível. Se descrevermos o exercício do livre-arbítrio como um movimento da mente em certa direção, a questão que se levanta é: o que move a mente e por que ele move a mente para onde ela é movida? Responder que o "eu" move a mente não responde a pergunta, visto que a mente é o eu, e, portanto, a mesma pergunta permanece.

Por que a mente se move numa direção ao invés de outra? Se pudermos traçar a causa de seus movimentos e direção aos fatores externos à própria mente, fatores que, eles mesmos, influenciam a consciência, e dessa forma, influenciam e determinam a decisão, então, como este movimento da mente é livre? Se pudermos traçar a causa às disposições inatas de uma pessoa, então, este movimento da vontade não é livre ainda, visto que, embora estas disposições inatas influenciem decisivamente a decisão, a própria pessoa não escolheu livremente estas disposições inatas em primeiro lugar.

O mesmo problema permanece se dissermos que as decisões de uma pessoa são determinadas por uma mistura de suas disposições inatas com as influências externas. Se a mente toma decisões baseadas em fatores não escolhidos pela mente, então, estas escolhas nunca são livres no sentido em que são feitas à parte do controle soberano de Deus – elas não são feitas livres de Deus. A Escritura ensina que Deus não somente exerce controle imediato sobre a mente do homem, mas Deus também determina absolutamente todas as disposições inatas e os fatores externos relacionados com a vontade do homem. É Deus quem forma uma pessoa no ventre, e é ele quem arranja as circunstâncias externas pela sua providência.

Portanto, embora possamos afirmar que o homem tem uma vontade como uma função da mente, de forma que a mente faz escolhas, estas nunca são escolhas livres, porque tudo o que tem a ver com cada decisão foi determinado por Deus. Visto que a vontade nunca é livre, nunca deveríamos usar a teodicéia do livre-arbítrio quando tratando do problema do mal.

A SOBERANIA DE DEUS

Muitos cristãos professos se sentem desconfortáveis com o ensino bíblico de que o homem não tem livre-arbítrio, visto que o mesmo parece fazer Deus "responsável" pela existência e continuação do mal. Assim, nesta seção, providenciaremos uma breve exposição do que a Escritura ensina sobre o assunto, mostrando que afirmar a Escritura é rejeitar o livre-arbítrio.

A Escritura ensina que a vontade de Deus determina todas as coisas. Nada existe ou acontece sem Deus, não meramente permitindo, mas ativamente desejando que exista ou aconteça:

> Desde o início faço conhecido o fim, desde tempos remotos, o que ainda virá. Digo: Meu propósito permanecerá em pé, e farei tudo o que me agrada (Isaías 46:10).
>
> Não se vendem dois pardais por uma moedinha? Contudo, nenhum deles cai no chão sem o consentimento do Pai de vocês. (Mateus 10:29).

Deus controla não somente os eventos naturais, mas controla também todos os assuntos e decisões humanas:

> Como são felizes aqueles que escolhes e trazes a ti, para viverem nos teus átrios! Transbordamos de bênçãos da tua casa, do teu santo templo! (Salmos 65:4).
>
> O Senhor faz tudo com um propósito; até os ímpios para o dia do castigo (Provérbios 16:4).
>
> Em seu coração o homem planeja o seu caminho, mas o Senhor determina os seus passos (Provérbios 16:9)
>
> Os passos do homem são dirigidos pelo Senhor. Como poderia alguém discernir o seu próprio caminho? (Provérbios 20:24).
>
> O coração do rei é como um rio controlado pelo Senhor; ele o dirige para onde quer (Provérbios 21:1)
>
> Os dias do homem estão determinados; tu decretaste o número de seus meses e estabeleceste limites que ele não pode ultrapassar (Jó 14:5).
>
> Todos os povos da terra são como nada diante dele.Ele age como lhe agrada com os exércitos dos céus e com os habitantes da terra. Ninguém é capaz de resistir à sua mão ou dizer-lhe: “O que fizeste?” (Daniel 4:35).
>
> Mas, ao partir, prometeu: “Voltarei, se for da vontade de Deus”. Então, embarcando, partiu de Éfeso (Atos 18:21).
>
> Pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele (Filipenses 2:13).
>
> Ouçam agora, vocês que dizem: “Hoje ou amanhã iremos para esta ou aquela cidade, passaremos um ano ali, faremos negócios e ganharemos dinheiro”. Vocês nem sabem o que lhes acontecerá amanhã! Que é a sua vida? Vocês são como a neblina que aparece por um pouco de tempo e depois se dissipa. Ao invés disso, deveriam dizer: “Se o Senhor quiser, viveremos e faremos isto ou aquilo” (Tiago 4:13-15).

> Tu, Senhor e Deus nosso, és digno de receber a glória, a honra e o poder, porque criaste todas as coisas, e por tua vontade elas existem e foram criadas (Apocalipse 4:11)

Se Deus realmente determina todos os eventos naturais e assuntos humanos, então, segue-se que ele também decretou a existência do mal. Isto é o que a Bíblia explicitamente ensina:

> Disse-lhe o SENHOR: "Quem deu boca ao homem? Quem o fez surdo ou mudo? Quem lhe concede vista ou o torna cego? Não sou eu, o SENHOR? (Êxodo 4:11).
>
> Quem poderá falar e fazer acontecer, se o Senhor não o tiver decretado? Não é da boca do Altíssimo que vêm tanto as desgraças como as bênçãos? (Lamentações 3:37-38).
>
> Eu formo a luz e crio as trevas, promovo a paz e causo a desgraça; eu, o Senhor, faço todas essas coisas (Isaías 45:7).
>
> Vocês venderam o povo de Judá e o de Jerusalém aos gregos, mandando-os para longe da sua terra natal (Amós 3:6).

O maior ato de maldade e injustiça moral na história humana é dito ter sido ativamente executado por Deus através dos seus agentes secundários:

> Contudo, foi da vontade do Senhor esmagá-lo e fazê-lo sofrer, e, embora o Senhor tenha feito da vida dele uma oferta pela culpa, ele verá sua prole e prolongará seus dias, e a vontade do Senhor prosperará em sua mão (Isaías 53:10)
>
> De fato, Herodes e Pôncio Pilatos reuniram-se com os gentios e com o povo de Israel nesta cidade, para conspirar contra o teu santo servo Jesus, a quem ungiste. Fizeram o que o teu poder e a tua vontade haviam decidido de antemão que acontecesse (Atos 4:27-28).

Em todo caso, Deus decretou a morte de Cristo por uma boa razão, a saber, a redenção dos seus eleitos. Da mesma forma, seu decreto para a existência do mal é para um propósito digno de sua glória. Os eleitos e os réprobos são ambos criados para esta razão:

> Direi ao norte: Entregue-os! e ao sul: Não os retenha. De longe tragam os meus filhos, e dos confins da terra as minhas filhas; todo o que é chamado pelo meu nome, a quem criei para a minha glória, a quem formei e fiz (Isaías 43:6-7).
>
> Nele fomos também escolhidos, tendo sido predestinados conforme o plano daquele que faz todas as coisas segundo o propósito da sua vontade, a fim de que nós, os que primeiro esperamos em Cristo, sejamos para o louvor da sua glória (Efésios 1:11-12).

> Então endurecerei o coração do faraó, e ele os perseguirá. Todavia, eu serei glorificado por meio do faraó e de todo o seu exército; e os egípcios saberão que eu sou o SENHOR... (Êxodo 14:4)
>
> Pois a Escritura diz ao faraó: "Eu o levantei exatamente com este propósito: mostrar em você o meu poder, e para que o meu nome seja proclamado em toda a terra". E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para a destruição? Que dizer, se ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória, (Romanos 9:17, 22-23).

Baseados nas passagens acima, chegamos à seguinte conclusão: Deus controla tudo o que existe e tudo o que acontece. Não há nada que aconteça que ele não tenha ativamente decretado – nem mesmo um simples pensamento na mente do homem. Visto que isto é verdadeiro, segue-se que Deus decretou a existência do mal; ele não o permitiu meramente, como se algo pudesse se originar e acontecer à parte de sua vontade e poder. Visto que temos mostrado que nenhuma criatura pode fazer decisões completamente independentes, o mal nunca poderia ter começado sem o decreto ativo de Deus, e não poderia continuar nem por um momento à parte da vontade de Deus. Deus decretou o mal, no final das contas, para a sua própria glória, embora não seja necessário conhecer ou declarar esta razão para defender o Cristianismo do problema do mal.

Todavia, aqueles que vêem que é completamente impossível desassociar Deus da origem e continuação do mal, tentam distanciar Deus do mal dizendo que Deus meramente "permitiu" o mal, e que ele não causou nada dele. Contudo, visto que a própria Escritura declara que Deus ativamente decretou tudo, e que nada pode acontecer à parte da sua vontade e do seu poder, não faz sentido dizer que ele meramente permite algo – nada acontece por mera permissão de Deus.

Visto que "nele vivemos, nos movemos e existimos" (Atos 17:28), num nível metafísico, é absolutamente impossível fazer algo em independência de Deus. Sem ele, uma pessoa não pode nem mesmo pensar ou se mover. Como, então, o mal pode ser tramado e cometido em total independência de Deus? Como alguém pode ao menos pensar o mal, à parte da vontade e do propósito de Deus? Ao invés de tentar "proteger" Deus de algo que ele não precisa ser protegido, deveríamos reconhecer alegremente com a Bíblia que Deus decretou ativamente o mal, e então, tratar com o assunto sobre esta base.

O censo de Israel realizado por Davi fornece um exemplo do mal decretado por Deus e realizado através dos agentes secundários:

> Mais uma vez irou-se o SENHOR contra Israel e incitou Davi contra o povo, levando-o a fazer um censo de Israel e de Judá (2Samuel 24:1).
>
> Satanás levantou-se contra Israel e levou Davi a fazer um recenseamento do povo (1Crônicas 21:1).

Os dois versículos referem-se ao mesmo incidente. Não há contradição se a visão que está aqui sendo apresentada é verdadeira. Deus decretou que Davi pecaria fazendo o censo, mas ele fez com que Satanás realizasse a tentação como um agente secundário.[71] Mais tarde, Deus puniu Davi por cometer este pecado:

> Depois de contar o povo, Davi sentiu remorso e disse ao SENHOR: "Pequei gravemente com o que fiz! Agora, SENHOR, eu imploro que perdoes o pecado do teu servo, porque cometi uma grande loucura!" Levantando-se Davi pela manhã, o SENHOR já tinha falado a Gade, o vidente dele: "Vá dizer a Davi: Assim diz o SENHOR: 'Estou lhe dando três opções de punição; escolha uma delas, e eu a executarei contra você' ". Então Gade foi a Davi e lhe perguntou: "O que você prefere: trêsc anos de fome em sua terra; três meses fugindo de seus adversários, que o perseguirão; ou três dias de praga em sua terra? Pense bem e diga-me o que deverei responder àquele que me enviou". Davi respondeu: "É grande a minha angústia! Prefiro cair nas mãos do SENHOR, pois grande é a sua misericórdia, a cair nas mãos dos homens" (2 Samuel 24:10-14).

Embora o mal do qual estamos falando seja deveras negativo, o fim último, que é a glória de Deus, é positivo. Deus é o único que possui dignidade intrínseca, e se ele decide que a existência do mal irá servir, no final das contas, para glorificá-lo, então, o decreto é, por definição, bom e justificável. Alguém que pensa que a glória de Deus não é digna da morte e sofrimento de bilhões de pessoas tem uma opinião muito alta de si mesmo e da humanidade. A dignidade de uma pessoa pode ser derivada somente do seu criador ou lhe dada por ele, e à luz do propósito para o qual o Criador lhe fez. Visto que Deus é o único padrão de medida, se ele pensa que algo é justificável, então, este é, por definição, justificável. Os cristãos não deveriam ter problemas em afirmar tudo isto, e aqueles que acham difícil aceitar o que a Escritura explicitamente ensina, deveriam reconsiderar seu compromisso espiritual, para ver se eles estão verdadeiramente na fé.

Muitas pessoas contestarão o direito e a justiça de Deus em decretar a existência do mal para a sua própria glória e propósito. Ao discutir a divina eleição, na qual Deus escolhe alguns para salvação e condena todos os outros, Paulo antecipa uma objeção similar, e escreve:

> Mas algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?" Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'" O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso? (Romanos 9:19-21)

Efetivamente, Paulo está dizendo, "Certamente o Criador tem o direito de fazer o que ele quiser com as suas criaturas. E, em primeiro lugar, quem é você para fazer tal objeção?". Alguns objetam que o homem é maior do que um "pedaço de barro"; eu até mesmo já vi um escritor cristão professo fazer esta fútil objeção. Primeiro, esta é uma analogia bíblica, e um cristão verdadeiro não irá contestá-la. Mas se alguém contestá-la, então, o debate se torna um sobre a infalibilidade bíblica, que deve ser resolvido primeiro, antes de se retornar a esta analogia. Visto que eu tenho estabelecido a infalibilidade bíblica em outro lugar, a negação da infalibilidade bíblica não é uma

[71] O próprio Satanás é uma criatura, e, portanto, não tem livre-arbítrio. Todas suas ações e decisões são controladas por Deus.

opção aqui. Segundo, se um homem é mais do que um pedaço de barro, então, Deus também é algo mais do que um oleiro – ele é infinitamente maior do que um oleiro. A analogia é apropriada quando entendemo-la dizer o que ela significa, isto é, Deus como Criador tem o direito de fazer o que quiser com as suas criaturas. "Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer" (Romanos 9:18).

Para uma pessoa ter dificuldade em aceitar que Deus decretou a existência do mal implica que ele encontra algo "errado" em Deus fazer tal decreto. Contudo, qual é o padrão de certo e errado pelo qual esta pessoa julga as ações de Deus? Se há um padrão moral superior a Deus, ao qual o próprio Deus é responsável, e pelo qual o próprio Deus é julgado, então, este "Deus" não é Deus de forma alguma; antes, este padrão maior seria Deus. Contudo, o conceito cristão de Deus refere-se ao mais alto ser e padrão, assim, não há, por definição, nada mais alto. Em outras palavras, se há algo mais alto do que o "Deus" contra o qual uma pessoa está argumentando, então, esta pessoa não está realmente se referindo ao Deus cristão. Visto que este é o caso, não há padrão mais alto do que Deus, ao qual o próprio Deus seja responsável e pelo qual o próprio Deus seja julgado. Portanto, é logicamente impossível acusar Deus de fazer algo moralmente errado.

Jesus diz que somente Deus é bom (Lucas 18:19), de forma que toda "bondade" em outras coisas pode ser somente derivada. A natureza de Deus define a própria bondade, e visto que nele "não há mudança nem sombra de variação" (Tiago 1:17, ARC), ele é o único e constante padrão de bondade. Não importa quão moral eu seja, ninguém pode me considerar o padrão objetivo de bondade, visto que a palavra "moral" não tem sentido, a menos que seja usada com relação ao caráter de Deus. Isto é, quão "moral" uma pessoa é refere-se ao grau de conformidade de seu caráter com o caráter de Deus. Ao grau em que uma pessoa pensa e age de acordo com natureza e os mandamentos de Deus, ele é moral. Diferentemente, não há diferença moral entre altruísmo e egoísmo; virtude e vício são conceitos sem significados; estupro e assassinato não são crimes, mas eventos amorais.

Contudo, visto que Deus chama a si mesmo de bom, e visto que Deus definiu a bondade para nós revelando sua natureza e bondade, o mal é, dessa forma, definido como algo que é contrário à sua natureza e aos seus mandamentos. Visto que Deus é bom, e visto que ele é a única definição de bondade, é bom também que ele tenha decretado a existência do mal. Não há padrão de bom e mal pelo qual possamos denunciar seu decreto como errado ou mal. Não estamos afirmando que o mal é bom – o que seria uma contradição – mas, estamos dizendo que o decreto de Deus para a existência do mal é bom.

Hebreus 6:13 diz: "Quando Deus fez a sua promessa a Abraão, por não haver ninguém superior por quem jurar, jurou por si mesmo,". Em outras palavras, não há ninguém a quem Deus precise prestar contas, e não há corte a qual alguém possa arrastá-lo para lançar acusações contra ele. Ninguém julga Deus; antes, toda pessoa é julgada por ele. Outras passagens bíblicas relevantes incluem as seguintes:

> Ainda que quisesse discutir com ele, não conseguiria argumentar nem uma vez em mil. Sua sabedoria é profunda, seu poder é imenso. Quem tentou resistir-lhe e saiu ileso? Ele transporta montanhas sem que elas o saibam, e em sua ira as põe de cabeça para baixo. Sacode a terra e a tira do lugar, e faz suas colunas

> tremerem. Fala com o sol, e ele não brilha; ele veda e esconde a luz das estrelas. Só ele estende os céus e anda sobre as ondas do mar. Ele é o Criador da Ursa e do Órion, das Plêiades e das constelações do sul. Realiza maravilhas que não se pode perscrutar, milagres incontáveis. Quando passa por mim, não posso vê-lo; se passa junto de mim, não o percebo. Se ele apanha algo, quem pode pará-lo? Quem pode dizer-lhe: 'O que fazes?' (Jó 9:3-12).
>
> Aquele que contende com o Todo-poderoso poderá repreendê-lo? Que responda a Deus aquele que o acusa!" Então Jó respondeu ao Senhor: "Sou indigno; como posso responder-te? Ponho a mão sobre a minha boca. Falei uma vez, mas não tenho resposta; sim, duas vezes, mas não direi mais nada". Depois, o Senhor falou a Jó do meio da tempestade: "Prepare-se como simples homem que é; eu lhe farei perguntas, e você me responderá. "Você vai pôr em dúvida a minha justiça? Vai condenar-me para justificar-se? (Jó 40:2-8).
>
> "Ai daquele que contende com seu Criador, daquele que não passa de um caco entre os cacos no chão. Acaso o barro pode dizer ao oleiro: 'O que você está fazendo?' Será que a obra que você faz pode dizer: 'Você não tem mãos?' Ai daquele que diz a seu pai: 'O que você gerou?', ou à sua mãe: 'O que você deu à luz?' "Assim diz o Senhor, o Santo de Israel, o seu Criador: A respeito de coisas vindouras, você me pergunta sobre meus filhos, ou me dá ordens sobre o trabalho de minhas mãos? (Isaías 45:9-11).
>
> Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos! "Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro?" "Quem primeiro lhe deu, para que ele o recompense?" Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas.A ele seja a glória para sempre! Amém. (Romanos 11:33-36).

Visto que derivamos nosso próprio conceito e definição de bondade à partir de Deus, acusá-lo de maldade seria como dizer que o bom é mal, o que é uma contradição.

A SOLUÇÃO

Tendo demolido a popular, porém irracional e anti-bíblica, defesa do livre-arbítrio, examinaremos agora a resposta bíblica ao problema do mal. Repitamos primeiro o argumento dos incrédulos:

1. O Deus cristão é todo-poderoso e todo-amoroso.
2. Se ele é todo-poderoso, então é capaz de acabar com todo mal.
3. Se ele é todo-amoroso, então deseja acabar com todo mal.
4. Mas o mal ainda existe.
5. Portanto, o Deus cristão não existe.[72]

O argumento encontra um obstáculo insuperável quando chegamos na premissa (3), a saber, o não-cristão não pode encontrar uma definição de amor que sustente esta

[72] Certamente, pessoas diferentes podem apresentar formulações diferentes do problema do mal, mas minha refutação se aplicará a todas elas.

premissa sem destruir o argumento. Isto é, por qual definição de amor sabemos que um Deus todo-amoroso desejaria destruir o mal? Ou, por qual definição de amor sabemos que um Deus todo-amoroso já teria destruído o mal?

Se esta definição de amor vem de fora da Bíblia, então, por que a cosmovisão bíblica tem que respondê-la? Formar um argumento usando uma definição não-bíblica de amor seria fazer o argumento irrelevante como um desafio ao Cristianismo. Por outro lado, se tomamos a definição de amor da Bíblia, então, aquele que usa este argumento deve mostrar que a própria Bíblia define amor de uma forma que requer um Deus todo-amoroso destruir o mal, ou já ter destruído o mal. A menos que o não-cristão possa defender com sucesso a premissa (3), o argumento do problema do mal falha antes mesmo de terminarmos de lê-lo.

Agora, se o não-cristão usa uma definição não-bíblica de amor na premissa (1) , então, o argumento é uma falácia enganadora desde o início. Mas se o não-cristão usa a definição bíblica de amor na premissa (1), e então substitui por uma definição não-bíblica de amor na premissa (3), então, ele comete a falácia do equívoco. Se é assim, então o máximo que seu argumento pode fazer é apontar que ele tem uma definição não-bíblica de amor, mas seria completamente irrelevante como um desafio ao Cristianismo.

Por outro lado, se ele tenta usar a definição bíblica de amor, então, para seu argumento ser relevante, a própria Escritura teria que definir amor de uma maneira que requeira Deus destruir o mal, ou já ter destruído o mal. Contudo, embora a Escritura ensine que Deus é amoroso, ela também ensina que existe mal no mundo, e que este mal está, no final das contas, debaixo do controle completo e soberano de Deus. Portanto, a própria Escritura nega que haja qualquer relação entre o amor de Deus e a existência do mal.

Para o argumento do problema do mal permanecer, o não-cristão deve estabelecer a premissa, "O amor de Deus contradiz a existência do mal", ou algo com este efeito. Mas a própria Escritura não afirma esta premissa, e se o não-cristão tentar argumentar esta premissa com definições de amor e mal encontradas em sua própria cosmovisão não-bíblica, então, tudo que ele consegue é mostrar que a cosmovisão bíblica é diferente da cosmovisão não-bíblica. Nós já sabemos disto, mas, o que acontece com o problema do mal? O não-cristão aponta para o ensino escriturístico sobre o amor de Deus, então, contrabandeia uma definição não-bíblica de amor que requer que Deus destrua o mal, e depois disto, estupidamente se vanglória da "contradição" que ele produziu.

Se uma pessoa quer desafiar a Bíblia ou responsabilizá-la pelo que ela diz, então tal pessoa deve primeiro deixar que a Bíblia defina os seus próprios termos; de outra forma, ela pode somente desafiar o que a Bíblia *não* diz, o que torna a objeção irrelevante. O não-cristão deve demonstrar porque o amor de Deus *necessariamente* implica que ele deve ou que deseje destruir o mal, ou que *necessariamente* implica que ele deveria ou que desejaria já ter destruído o mal.

Responder algo como, "Porque um Deus amoroso desejaria aliviar o sofrimento", não ajudaria em nada, visto que esta resposta apenas declara novamente a premissa em diferentes palavras, de forma que a mesma pergunta permanece. Por que um Deus amoroso deseja aliviar o sofrimento? Em primeiro lugar, como alguém define o sofrimento? Se o não-cristão não pode definir amor ou sofrimento, ou se ele não pode

logicamente impor suas definições sobre o cristão, então sua premissa equivale a dizer que um Deus com um atributo indefinido X deve desejar destruir ou ter destruído um Y indefinido. Mas se ele não pode definir nem X e nem Y, então, ele não tem premissa inteligível sobre a qual construir um argumento inteligível contra o Cristianismo.

Outro tipo de resposta pode dizer, "Porque Deus desejaria triunfar sobre o mal". Novamente, qual é a definição de "triunfar"? Se o próprio Deus é a causa última do mal, e se Deus exerce total e constante controle sobre ele, então, em que sentido Deus estaria *alguma vez* "perdendo" para o mal? Assim, seja o que for que um não-cristão diga, ele encontra o mesmo problema, e é impossível para ele estabelecer que o amor de Deus contradiga a existência do mal.

Antes, visto que a Bíblia ensina tanto sobre o amor de Deus como sobre a realidade do sofrimento, é legítimo concluir que, da perspectiva bíblica, o amor de Deus não implica necessariamente que ele deva destruir o mal, ou que ele já deveria o ter destruído. Certamente, isto não pode ser assim à partir de uma perspectiva não-bíblica, mas novamente, isto somente mostra que a cosmovisão bíblica diverge das cosmovisões não-bíblicas, o que já sabemos, e que é a razão do debate. Mas o não-cristão ainda não nos deu uma objeção real e inteligível.

Enquanto o não-cristão falhar em estabelecer a premissa (3), que o amor de Deus contradiz a existência do mal, o cristão não está sob a obrigação de tomar seriamente o problema do mal como um argumento contra o Cristianismo. De fato, visto que o não-cristão falha em definir alguns dos termos-chave, ninguém pode logicamente sequer entender o argumento – não há argumento, e não nenhuma objeção real a ser respondida.

Se pararmos aqui, já teremos refutado o assim chamado problema do mal, tendo mostrado que não há tal problema de maneira alguma. Contudo, apenas para a discussão continuar, aceitaremos a premissa por ora; isto é, por causa do argumento, assumiremos que o amor de Deus, de alguma forma, contradiz a existência do mal, enquanto guardamos em mente que isto é algo que a Escritura nunca ensina, e que os não-cristãos nunca estabeleceram.

Agora, os não-cristãos argumentam que, dado a existência do mal, o Deus cristão não pode logicamente existir. Em resposta, já mostramos que o não-cristão não pode estabelecer a premissa de que um Deus todo-amoroso deve necessariamente destruir ou desejar destruir o mal. Tendo dito isto, procedemos agora para apontar que as premissas do argumento não levam necessariamente à conclusão do não-cristão em primeiro lugar; antes, muitas conclusões diferentes são possíveis:

1. O Deus cristão é todo-poderoso e todo-amoroso.
2. Se ele é todo-poderoso, então é capaz de acabar com todo mal.
3. Se ele é todo-amoroso, então deseja acabar com todo mal.
4. Mas o mal ainda existe.
5. Portanto, *Deus tem um bom propósito para o mal.*

1. O Deus cristão é todo-poderoso e todo-amoroso.
2. Se ele é todo-poderoso, então é capaz de acabar com todo mal.
3. Se ele é todo-amoroso, então deseja acabar com todo mal.

4. Mas o mal ainda existe.
5. Portanto, *Deus eventualmente destruirá o mal.*

Sem declarar imediatamente se pensamos que os argumentos acima são validos ou inválidos, o ponto é que num argumento válido, as premissas devem *necessária* e *inevitavelmente* conduzir à conclusão. Contudo, no argumento a partir do problema do mal, as premissas de forma alguma conduzem *necessária* e *inevitavelmente* à conclusão. Portanto, o argumento do problema do mal é inválido.

Ao invés de usar a realidade do mal para negar a existência de Deus, as duas versões revisadas acima chegam a duas conclusões diferentes. Novamente, eu não disse se estas duas versões revisadas são bons argumentos, e não disse que as premissas necessária e inevitavelmente levam a estas duas conclusões; antes, tudo que estou tentando mostrar é que as premissas não levam necessária e inevitavelmente à conclusão do não-cristão, e isto é suficiente para mostrar que seu argumento é inválido.

Alguns não-cristãos dizem que se os cristãos alegam que Deus tem um bom propósito para o mal, então os cristãos devem também declarar e defender este propósito. Contudo, os não-cristãos nunca foram capazes de mostrar *o porquê* os cristãos devem declarar e defender este propósito. O debate é sobre se as premissas dadas levam, *necessária* e *inevitavelmente*, à conclusão do não-cristão. Se há ou não um bom propósito para o mal, e se os cristãos podem ou não declarar e defender este propósito, é completamente irrelevante. A Escritura deveras explica pelo menos uma parte do propósito de Deus para o mal, mas novamente, ele não é logicamente necessário ou relevante para o debate.

Há mais. Agora, o não-cristão argumenta que Deus não existe porque o mal existe, e até aqui já refutamos o argumento. Contudo, podemos adicionar que a existência do Deus cristão é, de fato, o pré-requisito lógico para a existência do mal. Isto é, o mal não tem sentido e é indefinido sem um padrão objetivo e absoluto de certo e errado, de bom e mal, e este padrão pode ser somente o Deus cristão.

Quando o não-cristão afirma que o mal existe, o que ele quer dizer por "mal"? Ele pode estar se referindo à avareza, ódio, assassinato, estupro, terremoto, enchentes e coisas semelhantes. Contudo, sobre que base e por qual padrão ele pode chamar estas coisas de males? Ele chama estas coisas de males simplesmente porque ele as desaprova? Qualquer definição ou padrão de mal que ele dê sem apelar ao Deus cristão e a Escritura cristã não serão bem-sucedidos e será facilmente desmoronado.

Por exemplo, se o não-cristão alega que o assassinato é errado porque viola o direito à vida da vítima, precisamos somente perguntar por que a vítima tem algum direito à vida. Quem lhe deu este assim chamado direito? O não-cristão? Quem disse que há algo como um direito, em primeiro lugar? Os não-cristãos tentam muitos argumentos, mas todos eles têm sido expostos como tolos e injustificáveis.[73]

Por outro lado, o cristão afirma que o assassinato é errado, imoral e mal, porque Deus proíbe o assassinato: "Quem derramar sangue do homem, pelo homem seu sangue será derramado; porque à imagem de Deus foi o homem criado" (Gênesis 9:6); Deus

[73] Para mais informações, vejam meus escritos sobre apologética e ética.

explicitamente o desaprova quando diz: "Não matarás" (Êxodo 20:13). É consistente com a cosmovisão cristã dizer que o assassinato é mal e que o assassino deve ser responsabilizado pelo acontecido, mas o não-cristão nunca pode justificar a mesma afirmação. Ele não pode nem mesmo definir *autoritariamente* o assassinato.[74]

O não-cristão afirma que o mal existe, e à partir desta base avalia o que o Cristianismo diz sobre Deus. Ele usa algo que ele afirma ser óbvio para refutar algo que afirma não ser óbvio. Contudo, a existência do mal não é óbvia, de forma alguma, a menos que haja um padrão moral absoluto, objetivo e universal, e que conheçamos de certo modo este padrão, de forma que possamos fazer avaliações com ele. Visto que o não-cristão falha em estabelecer tal padrão, e visto que ele falha em estabelecer como conheceremos tal padrão, suas referências ao mal são sem sentido e ininteligíveis, e seus argumentos à partir do problema do mal não têm efeito contra o Cristianismo. De fato, sobre a base de sua cosmovisão, ele nem sequer sabe o que seus próprios argumentos significam.

Se uma pessoa nega a existência de Deus, ela não tem base racional para afirmar a existência do mal; por necessidade lógica, nosso reconhecimento de Deus precede nosso reconhecimento do mal. A menos que o Deus cristão seja pressuposto de antemão, o mal continua indefinido. Quando o não-cristão argumenta contra o Cristianismo usando o problema do mal, ele se torna um terrorista intelectual, de forma que ele seqüestra o absoluto moral do Cristianismo no processo de argumentar contra o Cristianismo. Contudo, ele não pode se referir a qualquer mal natural ou moral sem implicitamente reconhecer um padrão pelo qual julga algo como mal. Se ele reconhece a existência do mal, então, ele deve primeiro reconhecer a existência de Deus, mas se ele já reconhece a existência de Deus, então, o argumento à partir do problema do mal não tem sentido.

Certamente, o não-cristão não pode se render imediatamente a este ponto; antes, ele provavelmente tentará oferecer alguma definição viável do mal para recuperar seu argumento. Eu não posso providenciar as definições possíveis que ele pode tentar propor, mas providenciei informação suficiente aqui, de forma que qualquer pessoa possa refutar qualquer definição não-cristã proposta. Se o cristão consistentemente demandar justificação para toda reivindicação e definição não-cristã, ele sempre frustrará de forma sucedida qualquer tentativa de construir um argumento contra o Cristianismo à partir da existência do mal.[75]

Alguns não-cristãos têm chegado a perceber que o argumento à partir do problema do mal não é estritamente válido, de forma que, embora eles continuem desafiando o Cristianismo baseados na existência do mal, eles têm "suavizado" sua afirmação. Isto é, eles dizem que, embora a existência do mal não contradiga logicamente a existência de Deus, a existência do mal pelo menos provê uma forte evidência contra a existência de Deus, ou a probabilidade da existência de Deus. Assim, ao invés de chamar sua

[74] Por exemplo, o não-cristão nunca pode justificar, ao definir assassinato, a inclusão da matança de humanos, mas a exclusão da matança de bactérias. Certamente, alguns advogados dos direitos dos animais consideram assassinato o massacrar animais, mas não bactérias; contudo, eles nunca justificam a inclusão dos animais ou a exclusão das bactérias.

[75] O argumento se tornará, no final das contas, um amplo debate pressuposicional. Para mais informação sobre isto, veja meu livro *Confrontações Pressuposicionalistas*.

afirmação de um caso lógico contra a existência de Deus, eles chamam-no de um caso evidencial contra a existência de Deus.[76]

Mas isto não tem sentido – é apenas um modo enganador de dizer que eles não têm nenhum argumento. De fato, todos os problemas que eu apontei com o caso "lógico" permanecem no caso "evidencial". O argumento ainda falha em estabelecer que o amor de Deus contradiga a existência do mal, ou que o amor de Deus requer que ele destrua o mal, ou já ter destruído o mal. Ele ainda falha em definir os termos cruciais. O que é amor? O que é mal? De fato, o argumento levanta questões piores ao adicionar o conceito de "evidência" ao debate, visto que agora eu demando diversas coisas adicionais: uma definição de evidência, um padrão para determinar o que constitui evidência em favor ou contra algo, um padrão para determinar a relevância e a força de qualquer evidência alegada, e uma epistemologia para descobrir as coisas que são usadas como evidência.

Junto com o caso "evidencial", algumas pessoas incluem a alegação de que há muito mal "gratuito", e que isto é evidência contra a existência de Deus. Mas novamente, o que é evidência? E quem decide o que é "gratuito"?[77] Por qual padrão de necessidade decidimos que um evento mal é desnecessário? E desnecessário para o que? E porque ele deve ser necessário em primeiro lugar? Na cosmovisão bíblica, quando Deus faz algo, isto é justificado, por definição, simplesmente porque ele decidiu assim fazer. Assim, o não-cristão não pode argumentar contra o Cristianismo apelando aos eventos "injustificáveis", visto que ele deve primeiro refutar o Cristianismo antes que possa mostrar que estes eventos são injustificáveis.

---

[76] Algumas pessoas usam diferentes termos para fazer esta mesma distinção.

[77] Sobre este ponto, até mesmo alguns filósofos profissionais inclinam-se a um apelo à opinião popular. Isto é, eles afirmam que "todo mundo" sabe que certas coisas são más, e que certas coisas são males gratuitos. Em outro contexto, estes mesmos filósofos criticariam tal apelo à opinião popular para estabelecer uma premissa essencial – que eles se utilizam desta tática aqui, me mostra que eles são estúpidos e desesperados. A resposta mais óbvia é que é falacioso pensar que algo é verdadeiro apenas porque muitos ou mesmo a maioria das pessoas pensam que seja verdadeiro.

Alguns filósofos argumentam que se a maioria das pessoas pensa que há males gratuitos, então, o peso da prova cai sobre o cristão, para o mesmo mostrar que não há males gratuitos. Embora eu discorde que o peso da prova caia sobre mim simplesmente porque nego a opinião popular, mesmo se caísse, eu tenho mostrado que qualquer mal que Deus decrete é justificável por definição, de forma que o peso da prova retorna ao não-cristão, que deve refutar este ponto particular ou refutar o Cristianismo como um todo, e então o foco do debate se torna um pressuposicional (veja meu livro *Confrontações Pressuposicionalistas*).

Além do mais, mesmo que o apelo à opinião popular fosse legítimo (embora eu negue isto), eu demando provas de que realmente a opinião popular seja a de que existem males gratuitos. Como o não-cristão pode estabelecer esta afirmação? Mesmo se ele pudesse realizar uma pesquisa empírica global, eu já refutei o empirismo em outro lugar. Se ele não pode fazer isto, então ele deve mostrar também que, desde a origem da humanidade, tem sido a opinião popular que há males gratuitos. Ele deve provar também que esta continuará a ser a opinião popular em todas as gerações futuras. Se ele falha em fazer isto, então eu não tenho razão para aceitar sua alegação de que "todo mundo sabe" que existe o mal ou o mal gratuito. Ele pensa que "todo mundo sabe", mas ele não sabe que "todo mundo sabe"; esta é sua opinião pessoal sobre a opinião popular.

OUTRAS COSMOVISÕES

Não há razão para longas explanações ou repetições inúteis, visto que o assunto é deveras tão simples como parece ser. O argumento à partir do problema do mal, *em qualquer forma*, é um dos argumentos mais irracionais já inventados, mas ele tem enganado e perturbado muitas pessoas por causa do seu apelo emocional. Em resposta, o cristão deve não somente neutralizar o argumento, mas deve tomar a posição ofensiva sobre este tópico contra o não-cristão.

Talvez porque o problema do mal seja mais freqüentemente usado para desafiar o Cristianismo, muitas pessoas esquecem de considerar se as cosmovisões e religiões não-cristãs têm, adequada e coerentemente, respondido à existência do mal. Os não-cristãos fornecem uma definição autoritativa do mal? Sua definição de mal contradiz o que eles alegam sobre a física (mal natural) e a psicologia (mal moral)? Eles podem explicar como e porque o mal começa e continua? Eles podem sugerir uma solução para o mal, e podem garantir que esta solução será bem sucedida? Nenhuma cosmovisão, exceto a fé cristã, pode sequer começar a responder estas questões.

Da próxima vez que um não-cristão desafiá-lo com o problema do mal, ao invés de ser pressionado no canto, você deve ser capaz de dar uma resposta irrefutável, e então tomar a ofensiva e virar o argumento contra o não-cristão (2 Coríntios 10:5):

> "Eu sou capaz de mostrar que a existência do mal não contradiz o amor de Deus ou a existência de Deus. De fato, o próprio conceito de mal pressupõe a existência do Deus cristão. Este Deus decretou a existência do mal para sua própria glória, e cada aspecto e ocorrência do mal estão debaixo do seu preciso controle; não há padrão mais alto do que Deus para julgar este decreto como errado. Um dia ele banirá todos os pecadores para os tormentos sem fim no inferno, de forma que cada ocorrência de assassinato, roubo, estupro e até mesmo cada palavra que um homem tenha proferido, será julgada. Ele assim punirá justamente todos os pecadores que não creram em Cristo para salvação, mas seus escolhidos certamente serão salvos.
>
> "Mas, como você trata com o mal? Dada sua cosmovisão, como você pode sequer ter um conceito significante e universal do mal? Como você explica sua origem e continuação? Você pode oferecer uma solução eficaz ou até mesmo segura para desmoronar o mal? Você pode apresentar as razões universalmente aplicáveis e obrigatórias contra tais coisas como genocídio e racismo? Como sua cosmovisão faz demandas morais sobre alguém que não a subscreve? Dada sua cosmovisão, há justiça final e perfeita para alguém? Se não, qual é sua solução ou explanação para isso? Como você pode definir justiça em primeiro lugar? Porque uma pessoa de outra nação ou cultura deve reconhecer seus assim chamados direitos?
>
> Se você não pode dar respostas adequadas a estas e milhares de outras perguntas sobre a base de sua cosmovisão e comprometimentos intelectuais sem auto-contradição, então, é evidente que a existência do mal significa a destruição de sua cosmovisão, enquanto que ela não coloca nenhuma ameaça contra a minha, de forma alguma. Você é um hipócrita se sequer mencionar o problema do mal como uma objeção ao Cristianismo".

Embora muitas pessoas gostem de desafiar os cristãos com o problema do mal, a verdade é que o Cristianismo é a única cosmovisão na qual a existência do mal não cria um problema lógico. Todavia, muitos cristãos professos são intimidados pelos argumentos não-cristãos. Isto é parcialmente porque eles não aprenderam as refutações lógicas a estes argumentos, mas também porque algumas vezes concordam com os não-cristãos, pelo menos no nível emocional. Mas certamente, apenas porque algo causa um distúrbio emocional em algumas pessoas, não significa que cause algum desafio à própria fé cristã.

Agora, se o não-cristão é tão perturbado sobre a existência do mal, ele pode sempre perguntar a um cristão sobre como depender de Cristo para salvação; de outra forma, ele pode se submeter a um departamento de psiquiatria, onde pode continuar miserável sob o cuidado profissional. Quanto aos cristãos, a Escritura fornece a solução: "Tu, Senhor, guardarás em perfeita paz aquele cujo propósito está firme, porque em ti confia" (Isaías 26:3). Salmos 73:16-17 diz: "Quando tentei entender tudo isso, achei muito difícil para mim, até que entrei no santuário de Deus, e então compreendi o destino dos ímpios". Somente aceitando a cosmovisão cristã uma pessoa pode chegar a uma posição racional sobre a existência do mal, e somente entrando no "santuário de Deus" o assunto pode parar de ser "opressivo". Somente aqueles que são trazidos para perto de Deus podem entender suficientemente a realidade do mal e reter a estabilidade emocional. A fé cristã é verdadeira e é o único caminho para Deus e a salvação. Ela é imune aos ataques intelectuais. Ela não pode ser desafiada com sucesso, mas somente estudada e obedecida.

17. A Preservação dos Santos

INTRODUÇÃO

Nosso tópico é a doutrina reformada da perseverança ou preservação dos santos. No estudo de teologia, ele está inclusa em soteriologia. Ela é o último item no "Os Cinco Pontos do Calvinismo", designada pelo "P" no acrônimo TULIP, referindo-se à "perseverança dos santos". Resumidamente, a doutrina assevera que uma vez que uma pessoa se torna um cristão verdadeiro, ela nunca se afastará, de uma maneira verdadeira e final, da sua fé, e que ele nunca se tornará novamente, de uma maneira verdadeira e final, um não-cristão. Portanto, uma vez que uma pessoa verdadeiramente se converte e se torna um cristão, ela certamente será salva.

EXPRESSÕES TEOLÓGICAS

Este ensino é designado por diversas expressões diferentes. Embora algumas possam ser melhores do que outras, no sentido em que contém mais informação sobre a doutrina, todas elas são acuradas, e cada uma delas carregam implicações teológicas importantes.

Segurança Eterna

O termo "segurança eterna" sugere que a salvação do crente está a salvo – ela não está em perigo, e não será tomada.

Embora a palavra "segurança" aponte o resultado final, ela não nos diz, pela vontade de quem, por qual poder, em que estado, e por quais meios a salvação do crente está segura e guardada a salvo; todavia, a palavra é acurada até onde ela aborda o assunto.

Quanto a palavra "eterna", se ela for entendida como denotando uma duração sem fim, então, ela é sinônimo de "para sempre" e, então, enfatiza a natureza perpétua da segurança do crente. Ela não é algo que dura por um tempo e então se dissipa; ela é algo que durará para sempre.

Embora algumas pessoas tenham em mente principalmente esta ênfase, quando usando a expressão, seu significado torna-se ainda mais rico se entendemos também a palavra "eterna" como se referindo ao decreto eterno de Deus na eleição. Isto é, "eterna" pode também se referir ao decreto soberano e imutável de Deus, numa eternidade atemporal, para a salvação dos Seus eleitos. Em outras palavras, a salvação de um crente está para sempre segura porque, na eternidade, Deus decretou a salvação deste indivíduo.

Uma Vez Salvo, Sempre Salvo

Outra descrição popular desta doutrina é "uma vez salvo, sempre salvo". Ela claramente transmite a idéia de que uma vez que uma pessoa foi salva, sua salvação continua imutável e ininterrupta para "sempre".

Novamente, embora esta descrição seja acurada até onde ela aborda o assunto, ela não nos diz pela vontade de quem, por qual poder, em que estado, e por quais meios a salvação do crente perpetua, uma vez que ela tenha começado. A descrição não contém, em si mesma, qualquer informação que possa contra-atacar as falsas acusações que são freqüentemente lançadas contra esta doutrina.

Em adição, a expressão, em si mesma, é muito ampla para excluir versão antibíblicas da doutrina. Por exemplo, algumas pessoas afirmam que uma vez que uma pessoa tenha professado o Cristianismo, então ela está "salva", e ela nunca perderá sua salvação, a despeito das suas crenças e ações subseqüentes. Contudo, esta não é a versão bíblica do "uma vez salvo, sempre salvo".

A Perseverança dos Santos

Calvinistas freqüentemente empregar a expressão "a perseverança dos santos", quando se referindo à doutrina.

Em algumas formas, esta expressão é superior às duas anteriores. Primeiro, ela inclui mais informação relevante, visto que ela declara, não somente o resultado, mas também o estado no qual a salvação de um crente permanece seguro. Especificamente, ela transmite a idéia de que um crente persiste, espiritualmente e moralmente, na condição convertida. Ela implica que ele enfrenta tentações e dificuldades em seu caminhar com Deus, mas que ele "persevera" através destes desafios.

Esta expressão, além do mais, contra-ataca o mal-entendimento de que uma vez que uma pessoa professe o Cristianismo, ela pode abandonar a sua fé e retornar permanentemente ao pecado, e ainda assim será salva. Ao invés disso, esta expressão aponta que uma pessoa que foi salva, permanece salva, visto que ela persevera contra as tentações e dificuldades.

Todavia, esta expressão ainda permite mal-entendimento e distorções. Embora ela nos diga em que estado um crente salvo permanece, ela não nos diz pela vontade de quem, por qual poder, e por quais meios ele persevera. Ela deixa espaço para alguém pensar que, uma vez convertido, um crente então tem, dentro de si mesmo, a vontade e o poder para sempre perseverar através de todas as tentações e dificuldades, mesmo se ele não possua esta disposição e capacidade antes da conversão. Esta ainda não é a versão bíblica da doutrina. Certamente, a expressão não necessita esta distorção, mas nem diretamente a exclui.

A Preservação dos Santos

Talvez a melhor expressão para descrever a doutrina seja "a preservação dos santos" – ela é rica em conteúdo, e bíblica na ênfase.

Como todas as expressões anteriores para esta doutrina, esta nos diz algo sobre o resultado final, que um crente permanecerá salvo para sempre. Mas ela nos diz muito mais do que isto. Assim como "perseverança dos santos", a idéia de "preservação"

implica que o crente permanecerá, verdadeiramente e finalmente, na condição positiva espiritual e moral que a regeneração produziu nele.

Em adição, ela nos diz que a razão de um crente perseverar em seu estado regenerado e convertido é porque ele é "preservado". Isto implica a dependência contínua do crente da graça de Deus, e que um crente permanece salvo por causa da vontade e do poder de Deus, e não por causa da vontade e poder do homem. Além do mais, ser "preservado" implica que a pessoa é protegida contra influências e forças hostis, e, portanto, carrega a idéia de que o crente continua a enfrentar tentações e dificuldades após a conversão, e que Deus o preserva, para que sua fé não desfaleça.

Portanto, esta expressão tem a vantagem de incluir muita informação relevante, se não por afirmação direta, então pelo menos por implicação. Ela honra a obra de Deus, exclui a vanglória do homem, e reflete a ênfase bíblica sobre a graça soberana e sobre o poder ativo de Deus durante toda a salvação do eleito, desde a conversão até a consumação. Certamente, esta expressão ainda não diz tudo que podemos e devemos dizer sobre a doutrina. Ela não enfatiza adequadamente e igualitariamente todos os seus aspectos, e nem exclui diretamente todas as distorções e má representações. Também, ela não nos fala sobre os meios pelos quais Deus usa para nos preserva, exceto a implicação que ela envolve seu poder ativo. Todavia, para uma expressão curta, esta é provavelmente a melhor, visto que é a mais centrada em Deus, e que se refere a todos os aspectos relevantes desta doutrina, pelo menos por implicação.

CONFISSÕES REFORMADAS

Visto que o nosso interesse atual é o entendimento Reformado da preservação dos santos, é apropriado examinar várias confissões Reformadas. Estes documentos no fornecem expressões históricas, oficiais e sistemáticas da fé Reformada. Todas as confissões que se seguem contêm algumas declarações que são relevantes para a doutrina.

A Confissão Escocesa

Começaremos olhando para a Confissão Escocesa de 1560. Escrita principalmente por John Knox, ela não contém nenhuma seção estritamente endereçada à preservação dos santos; contudo, os parágrafos seguintes, dos capítulos XII e XIII, são suficientes para estabelecer uma clara posição sobre o assunto:

> XII. Para deixar isto ainda mais claro: como de boa vontade renunciamos a qualquer honra e glória pela nossa própria criação e redenção, assim também o fazemos pela nossa regeneração e santificação, pois por nós mesmos nada de bom somos capazes de pensar, mas só aquele que em nós começou a obra nos faz continuar nela, para o louvor e glória de sua graça imerecida.

Este é um excelente lugar para começar, pois mostra que a visão Reformada da preservação dos santos está integrada dentro do contexto do padrão geral da soteriologia bíblica. Isto é, a soteriologia bíblica apresenta a salvação como algo que verdadeira e

completamente vem de Deus, e que ela se desenvolve nas vidas dos escolhidos de uma tal forma que exclui toda vanglória humana.

Porque os homens são completamente depravados e incapazes, somente pela graça e pelo poder soberano de Deus, que os eleitos são regenerados – é Deus quem deve começar Sua boa obra em nós. Então, é só Ele quem "nos faz continuar nela, para o louvor e glória de sua graça imerecida". Observe que é "só" Ele quem nos faz continuar, de forma que nenhum crédito seja atribuído ao homem. Tanto a conversão como a santificação dependem completamente da graça soberana.

> XIII. Assim, confessamos que a causa das boas obras não é nosso livre arbítrio, mas o Espírito de Jesus, nosso Senhor, que habita em nossos corações pela verdadeira fé, produz as obras, quais Deus as preparou para que andássemos nelas. Por isso, com toda a ousadia afirmamos que é blasfêmia dizer que Cristo habita nos corações daqueles em quem não há nenhum espírito de santificação. Portanto, não hesitamos em afirmar que os assassinos, os opressores, os cruéis, os perseguidores, os adúlteros, os fornicários, os idólatras, os alcoólatras, os ladrões e outros que praticam a iniqüidade, não têm nem verdadeira fé, nem qualquer porção do Espírito do Senhor Jesus, enquanto obstinadamente continuarem na impiedade. Pois, logo que o Espírito do Senhor Jesus, a quem os escolhidos de Deus recebem pela verdadeira fé, toma posse do coração de alguém, imediatamente ele regenera e renova esse homem, que assim começa a odiar aquilo que antes amava e a amar o que antes odiava...Mas o Espírito de Deus, que dá testemunho junto ao nosso espírito de que somos filhos de Deus, leva-nos a resistir aos prazeres imundos e a suspirar na presença de Deus pelo livramento desse cativeiro da corrupção, e finalmente a triunfar sobre o pecado, para que ele não reine em nossos corpos mortais. Os homens carnais não têm esse conflito, pois são destituídos do Espírito de Deus, mas seguem e obedecem com avidez ao pecado, sem nenhum pesar, estimulados pelo Diabo e por sua cupidez depravada. Os filhos de Deus, porém, como antes foi dito, lutam contra o pecado, suspiram e gemem quando se sentem tentados à prática do mal; e, se caem, levantam-se outra vez com arrependimento não fingido. Eles fazem estas coisas não pelo seu próprio poder, mas pelo poder do Senhor Jesus, sem quem nada podem fazer.

O capítulo XIII continua a estabelecer boas razões teológicas para a integração da preservação dos santos com uma visão coerente e bíblica de soteriologia. Ela declara que uma transformação interior real ocorre na pessoa, na regeneração. O crente então continua em sua nova direção espiritual, pois ele não é mais como era antes. Regeneração não é simplesmente uma experiência de curta duração, após a qual a disposição espiritual da pessoa permanece incerta; antes, ela é uma transformação fundamental e permanente causada e sustentada pelo Espírito de Deus, que agora habita o crente.

Isto não significa que a regeneração imparte no crente um novo poder, no sentido de que ele agora funciona para produzir o bem espiritual aparte da graça e do poder contínuo de Deus. Esta Confissão explicitamente nega que uma pessoa produza boas obras por qualquer "livre-arbítrio" humano, mesmo *após* ele ter sido regenerado.

Em vez disso, ela diz que "a causa das boas obras" nos crentes é "o Espírito do Senhor Jesus", que habita em nós através da fé, que é também um dom de Deus. Em adição, as próprias boas obras que realizados foram "preparadas para nós" por Deus. Isto nos mostra que a pré-ordenação de Deus, Seu decreto eterno, não pré-determinou somente nossa conversão, mas também nossa santificação.

Não é como se Deus tivesse pré-determinado que seríamos salvos, e então deixasse os eventos subseqüentes incertos. Em vez disso, Ele pré-determinou tanto a conversão como a santificação dos Seus escolhidos, pré-ordenando as várias boas obras que eles realizariam após sua regeneração.

Portanto, assim como o "livre-arbítrio" não tem lugar na conversão, o "livre-arbítrio" também não tem na santificação. É a vontade de Deus que causa a conversão, e é a vontade de Deus que causa a santificação, e isto significa que a perseverança dos santos não está sujeita à nossa fraqueza, mas à preservação poderosa de Deus.

Contudo, isto não nega que o crente continua a enfrentar tentações e dificuldades após sua conversão. De fato, algumas vezes eles caem até mesmo em pecados sérios, embora até estas falhas ocorram pela vontade e pelo poder soberano de Deus. A diferença é que, por causa da pré-ordenação e preservação de Deus, os escolhidos "suspiram e gemem quando se sentem tentados à prática do mal; e, se caem, levantam-se outra vez com arrependimento não fingido".

A Confissão então repete a ênfase que, "Eles fazem estas coisas não pelo seu próprio poder, mas pelo poder do Senhor Jesus, sem quem nada podem fazer". Novamente, os crentes não perseveram porque eles têm um "livre-arbítrio" para escolher o bem após a regeneração, mas porque é a vontade de Deus preservá-los por Seu poder, e Ele decidiu que eles "finalmente triunfarão sobre o pecado". É anti-escriturístico dizer que a vontade de um homem está cativa ao pecado antes da conversão, mas que ele tem "livre-arbítrio" após a conversão. A Escritura ensina que o homem está cativo à maldade antes da conversão, e que ele está cativo à justiça após a conversão.

Segue-se que, antes de mais nada, aqueles que não demonstram mudança real no pensamento e conduta, e aqueles que não perseveram na santidade, nunca foram convertidos. E a Confissão ousadamente declara que é "blasfêmia" dizer que um homem pode ser um verdadeiro crente e ao mesmo tempo estar sem o "espírito de santificação". Todos aqueles que "obstinadamente continuam em impiedade" nunca foram convertidos, mesmo que eles reivindiquem serem crentes.

O Catecismo de Heidelberg

Em segundo lugar, chegamos ao Catecismo de Heidelberg (1563). Como a Confissão Escocesa, este catecismo alemão de doutrina Reformada não contém nenhuma pergunta ou série de perguntas, especialmente designadas para tratar da preservação dos santos. Contudo, ele inclui numerosas referências à doutrina por todo o Catecismo, das quais podemos derivar uma posição definida sobre o assunto:

P. 1. Qual é o seu único fundamento, na vida e na morte?

> **R.** O meu único fundamento é meu fiel Salvador Jesus Cristo. A Ele pertenço, em corpo e alma, na vida e na morte, e não pertenço a mim mesmo. Com seu precioso sangue Ele pagou por todos os meus pecados e me libertou de todo o domínio do diabo. Agora Ele me protege de tal maneira que, sem a vontade do meu Pai do céu, não perderei nem um fio de cabelo. Além disto, tudo deve cumprir Seu propósito para minha salvação. Por isso, pelo Espírito Santo, Ele também me garante a vida eterna e me torna disposto a viver para Ele, daqui em diante, de todo o coração.

A primeira pergunta no Catecismo introduz algo novo à nossa discussão, a saber, a implicação da expiação particular eficaz para a preservação dos santos. Oponentes da doutrina devem invariavelmente colocar o foco da preservação sobre os próprios crentes, como se Deus não tivesse uma palavra final sobre o assunto. Em contraste, as confissões Reformadas concordam com a Escritura, de que Deus é realmente o único que tem algo a dizer sobre o assunto.

Então, quando consideramos a perseverança dos santos, não devemos tratar somente com o que os santos podem ou devem fazer, mas com o que Cristo fez e está fazendo. Agora, por Sua obra redentora, Cristo realmente adquiriu os escolhidos, os eleitos. Ele os comprou, eles Lhe pertencem. Portanto, o Catecismo começa apontando que o crente pertence a Cristo, que protege e preserva o crente. Ele também aponta que Deus pré-ordenou todas as coisas para "cumprir Seu propósito para minha salvação", e é o Espírito Santo quem "me torna disposto a viver para Ele, daqui em diante".

Por esta razão, não é inteiramente acurado dizer que Deus regenera o crente para que ele possa "livremente" escolher o que é bom – a palavra "livremente" deve ser usada, na melhor das hipóteses, somente com relação ao pecado, e não com relação a Deus. Antes, mesmo após a regeneração, é Deus quem faz com que a vontade do crente escolha o que é bom. Visto que "Seu propósito" nunca muda, o destino pré-ordenado do crente nunca muda.

> **P. 31.** O nome "Cristo" significa "Ungido". Por que Jesus tem também este nome?
>
> **R.** Porque Ele foi ordenado por Deus Pai e ungido com o Espírito Santo para ser nosso supremo Profeta e Mestre, nosso único Sumo Sacerdote e nosso eterno Rei. Como Profeta Ele nos revelou plenamente o plano de Deus para nossa salvação; como Sumo Sacerdote Ele nos resgatou pelo único sacrifício de seu corpo e, continuamente, intercede por nós junto ao Pai; como Rei Ele nos governa por sua Palavra e Espírito e nos protege e guarda na redenção que Ele conquistou para nós.

Esta questão aponta que Cristo está "nos protegendo e guardando na redenção que Ele conquistou para nós" como parte de Seu ministério como Mediador. Ele intercede por nós junto ao Pai, que sempre O ouve. Portanto, a preservação do eleito é tão certa como a permanência e eficácia do ministério de Cristo como Rei e Sacerdote.

> **P. 49.** Que importância tem, para nós, a ascensão de Cristo?

> **R.** Primeiro: Ele é, no céu, nosso Advogado junto a seu Pai. Segundo: em Cristo temos nossa carne no céu, como garantia segura de que Ele, como nosso Cabeça, também nos levará para si, como seus membros. Terceiro: Ele nos envia seu Espírito, como garantia, pelo poder do Espírito buscamos as coisas que são do alto, onde Cristo está sentado a direita de Deus, e não as coisas que são da terra.

Porque o crente está unido a Cristo em união inseparável, a ascensão de Cristo aos céus implica, necessariamente, que ao crente há também um lugar garantido no céu.

> **P. 54.** O que você crê sobre "a santa igreja universal de Cristo"?
>
> **R.** Creio que o Filho de Deus reúne, protege e conserva, dentre todo o gênero humano, sua comunidade eleita para a vida eterna. Isto Ele fez por seu Espírito sua Palavra, na unidade da verdadeira fé, desde o princípio do mundo até o fim. Creio que sou e para sempre continuarei sendo um membro vivo dessa igreja.

Novamente, a ênfase não deve ser colocada sobre a perseverança *do crente*, mas sobre a preservação poderosa de Deus, *causando* a perseverança do crente. Assim, a doutrina não pode ser atacada com base na fraqueza e capricho das criaturas. É Cristo quem "reúne, protege e conserva" Seus eleitos, aqueles que Deus "escolheu para vida eterna". Por causa disto, uma vez que uma pessoa se torna um crente em Cristo, ela "para sempre continuará sendo um membro vivo dessa igreja".

> **P. 56.** O que você crê sobre "a remissão dos pecados"?
>
> **R.** Creio que Deus, por causa da satisfação em Cristo, jamais quer lembrar-se de meus pecados e de minha natureza pecaminosa, que devo combater durante toda a minha vida. Mas Ele me dá a justiça de Cristo, pela graça, e assim nunca mais serei condenado por Deus.

Esta questão se refere à justiça impartida que todo crente recebe de Deus por causa de Cristo, isto é, a doutrina da justiça. Ela aponta que o efeito da justificação em Cristo é que "*nunca* mais serei condenado por Deus".

> **P. 64.** Mas essa doutrina não faz com que os homens se tornem descuidosos e ímpios?
>
> **R.** Não, pois é impossível que aqueles que estão implantados em Cristo, por verdadeira fé, deixem de produzir frutos de gratidão.

Se crente "*nunca* mais será condenado por Deus", então, a pergunta torna-se se isto leva à negligência espiritual e à licenciosidade moral. A resposta é não, pois alguém que foi justificado por Deus, não recebe somente a justiça impartida, mas também uma nova natureza. Ele está agora unido com Cristo, como um ramo está unido com a árvore, para que ele possa naturalmente e necessariamente produzir fruto que corresponda à natureza da árvore. União com Cristo resulta em semelhança com Cristo, tanto no pensamento como no comportamento do crente.

> **P. 87.** Não podem ser salvos, então, aqueles que continuam vivendo sem Deus e sem gratidão e não se convertem a Ele?
>
> **R.** De maneira alguma, porque a Escritura diz que nenhum impuro, idólatra, adúltero, ladrão, avarento, bêbado, maldizente, assaltante ou semelhante herdará o reino de Deus.

A questão anterior já exclui suficientemente os crentes nominais, ou aqueles que exteriormente professam a fé sem verdadeiramente a afirmar. Para se tornar um verdadeiro crente, uma pessoa deve ter sido primeiro escolhida por Deus na eternidade e, então, ter sido regenerada e convertida na história. A mera profissão não indica eleição ou conversão. A Escritura nos adverte contra o engano: Enquanto uma pessoa permanecer como um pecador não arrependido, ele é um incrédulo, a despeito do que ele professe verbalmente. Isto significa que alguém não pode citar aqueles que professam a fé e então se desviam como exemplos contra a doutrina da preservação dos santos, visto que elas nunca foram "santas", para início de conversa.

A Segunda Confissão Helvética

Nossa terceira confissão é A Segunda Confissão Helvética de 1566. Como as duas anteriores, esta confissão suíça contém declarações baseadas nas quais podemos claramente derivar sua posição sobre a preservação dos santos.

> XIV. A doutrina do arrependimento está ligada ao Evangelho. Pois assim diz o Senhor no Evangelho: "Que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados a todas as nações" (Lucas 24.47)...Por arrependimento entendemos (1) a recuperação de uma mente correta no pecador provocada pela Palavra do Evangelho e pelo Espírito Santo, e recebida pela verdadeira fé, com o que o pecador imediatamente reconhece a sua corrupção inata e todos os seus pecados denunciados pela Palavra de Deus; e (2) entristece-se por eles em seu coração, e não apenas os lamenta e francamente confessa diante de Deus com um sentimento de vergonha, mas também (3) com indignação os abomina; cuidando (4) agora zelosamente de emendar-se e constantemente se esforçar em busca de inocência e de virtude, no qual esforço se exercita santamente em todo o resto de sua vida.

Dizer que "arrependimento" está "ligado ao Evangelho" significa que o evangelho não é pregado, a menos que o arrependimento também seja pregado, e isto significa também que alguém que falha em verdadeiramente se arrepender, também falha em receber o evangelho. A conversão envolve arrependimento e "*verdadeira* fé", e "a recuperação de uma mente correta". Em outras palavras, a conversão envolve mais do que mera profissão de fé, mas uma real crença e transformação interior.

Qualquer um tem a capacidade física de dizer que crê no evangelho, mas, a menos que haja verdadeiro arrependimento, verdadeira fé, e verdadeira transformação, não há verdadeira conversão, e a pessoa não é um verdadeiro crente. Portanto, antes de mais nada, quando esta pessoa "cai", ela não está caindo de uma verdadeira fé, visto que ela nunca a teve; antes, ele está somente mudando de uma versão de existência pecaminosa para outra.

Mas o mesmo Deus que concede a um crente o verdadeiro arrependimento e uma fé verdadeira, pela concessão de arrependimento contínuo e fé perseverante, também o preserva, para que ele "constantemente se esforce em busca de inocência e de virtude...em todo o resto de sua vida".

> XVI. Mas esta fé é simplesmente um dom de Deus, que só Ele pela Sua graça, segundo a Sua medida, concede aos Seus eleitos quando, a quem e quanto Ele quer... O mesmo apóstolo chama a fé "eficaz" e "que atua pelo amor" (Gálatas 5:6)...A mesma (fé) conserva-nos no serviço que devemos a Deus e ao próximo, fortalece-nos a paciência na adversidade, molda uma verdadeira confissão e manifesta-a: numa palavra, produz bons frutos de todas as espécies, e boas obras.

A preservação dos santos vem logicamente após a regeneração e conversão, embora estas estejam todas unidos no decreto eterno. Agora, quando chega à conversão, a visão Reformada é que a fé é um dom que Deus soberanamente concede aos Seus escolhidos. Então, o capítulo XVI diz que esta fé não é uma fé impotente e sem vida, mas uma fé ativa e eficaz. Ela é viva, poderosa e preservada pelo decreto e pelo poder de Deus. Portanto, uma vez concedida ao eleito, esta fé nunca morre, mas permanece e "produz bons frutos de todas as espécies". Em outras palavras, o crente persevera porque Deus preserva sua fé vida, de forma que, mesmo que ela pestaneje em certos momentos, nunca lhe é permitido se extinguir completamente.

Os Cânones de Dordt

Quando chegamos aos Cânones de Dordt e à Confissão de Westminster, encontramos capítulos inteiros dedicados à preservação dos santos. Isto não é surpresa, pois, enquanto que as três confissões anteriores foram produzidas durante a segunda metade do século XVI, estas duas confissões esplêndidas foram produzidas após a Remonstrance de 1610, isto é, a controvérsia com os cinco artigos do Arminianismo. Os Cânones de Dordt (1618-19) foram escritos diversos anos após a Reforma, mas ainda durante a primeira parte do século XVII; a Confissão de Westminster foi completada várias décadas depois, em 1647. Certamente, Dordt foi designada para contra-atacar o Arminianismo, e após a Remonstrance, alguém poderia naturalmente esperar que um documento distintivamente Reformado como a Confissão de Westminster, afirmasse ousadamente a preservação dos santos.

Dordt não somente dedica o quinto capítulo sobre doutrinas para tratar da preservação dos santos, mas também faz afirmações explícitas e importantes sobre ela em diversos outros lugares no documento. Citaremos vários exemplos aqui:

> **I. Artigo 7.** Em outras palavras, Ele decidiu dar-lhes verdadeira fé em Cristo, justificá-los, santificá-los, e depois, tendo-os guardado poderosamente na comunhão de seu Filho, glorificá-los finalmente.

Este artigo aponta, pelo menos, dois pontos importantes sobre a preservação dos santos. Primeiro, ele declara que santificação, preservação e glorificação não são doutrinas isoladas, mas elas são necessariamente produtos da eleição divina. E isto porque, na

eleição, Deus não decide meramente converter aqueles a quem Ele escolheu, mas realmente *salvá-los*. Isto implica necessariamente preservação e glorificação.

Segundo, Dordt reconhece que a ênfase bíblica é sobre a graça e o poder soberano de Deus, e sobre Sua fidelidade imutável ao Seu próprio decreto e promessa, desde a conversão até a glorificação. A ênfase nunca é sobre a decisão e resposta do homem, visto que estas também são determinadas pela vontade e pelo poder de Deus. Certamente, os escolhidos devem crer para serem salvos, mas é Deus quem "decidiu dar-lhes verdadeira fé em Cristo". E certamente eles devem perseverar até o fim, mas é Deus quem decide "guardá-los poderosamente na comunhão de seu Filho".

> **I. Artigo 11.** Como Deus é supremamente sábio, imutável, onisciente, e Todo-Poderoso, assim sua eleição não pode ser cancelada e depois renovada, nem alterada, revogada ou anulada; nem mesmo podem os eleitos ser rejeitados, ou o número deles ser diminuído.

Embora o artigo ainda esteja tratando da divina eleição, para acuradamente apresentar esta doutrina bíblica, Dordt acha necessário indicar que os escolhidos consistem de um *número* imutável — o decreto para sua salvação é preciso, e não pode ser mudado de forma alguma. Portanto, todos aqueles a quem Deus escolheu, serão convertidos, e perseverarão até o fim. Dordt coloca a verdade desta doutrina sobre a própria natureza de Deus. Porque Deus é quem Ele é, a divina eleição deve ser individual e imutável, e todos os escolhidos serão deveras convertidos, justificados, santificados e glorificados.

> **II. Artigo 8.** Pois este foi o soberano conselho, a vontade graciosa e o propósito de Deus o Pai, que a eficácia vivificante e salvífica da preciosíssima morte de seu Filho fosse estendida a todos os eleitos. Daria somente a eles a justificação pela fé e, por conseguinte, os traria infalivelmente à salvação...E que Cristo os guardasse fielmente até ao fim e finalmente os fizesse comparecer perante o próprio Pai em glória, sem mácula, nem ruga.

Já mencionamos que a expiação particular eficaz de Cristo implica necessariamente na preservação dos santos, visto que foi por isto que Cristo morreu e pagou — a salvação completa e final (não apenas a conversão) de todos os escolhidos. E assim, o que o Filho começou, certamente Ele cumprirá, que é trazer Seus escolhidos "infalivelmente à salvação".

O quinto capítulo é muito longo para ser reproduzido aqui – ele explica e afirma em detalhe a doutrina Reformada da preservação dos santos, e então, faz negações elaboradas contra os erros correspondentes no Arminianismo. Examinaremos somente alguns de seus artigos:

> **V. Artigo 3.** Por causa dos seus pecados remanescentes e também por causa das tentações do mundo e de Satanás, aqueles que têm sido convertidos não poderiam perseverar nesta graça, se deixados ao cuidado de suas próprias forças. Mas Deus é fiel: misericordiosamente os confirma na graça, uma vez conferida sobre eles, e poderosamente preserva a eles na sua graça até o fim.
>
> **V. Artigo 6.** Pois Deus, que é rico em misericórdia, de acordo com o imutável propósito da eleição, não retira completamente o seu Espírito dos seus, mesmo

quando eles caem gravemente. Nem tão pouco permite que venham a cair tanto que recaiam da graça da adoção e do estado de justificado. Nem permite que cometam o pecado que leva à morte, isto é, o pecado contra o Espírito Santo e assim sejam totalmente abandonados por Ele, lançando-se na perdição eterna.

V. Artigo 7. Pois, em primeiro lugar, em tal queda, Deus preserva neles sua imperecível semente da regeneração, a fim de que esta não pereça nem seja lançada fora. Além disto, através da sua Palavra e seu Espírito, certamente Ele os renova efetivamente para arrependimento. Como resultado eles se afligem de coração com uma tristeza para com Deus pelos pecados que têm cometido; procuram e obtêm pela fé, com coração contrito, perdão pelo sangue do Mediador; e experimentam novamente a graça de Deus, que é reconciliado com eles, adorando sua misericórdia e fidelidade. E de agora em diante eles se empenham mais diligentemente pela sua salvação com temor e tremor.

V. Artigo 8. Assim, não é por seus próprios méritos ou força mas pela imerecida misericórdia de Deus que eles não caiam totalmente da fé e da graça e nem permaneçam caídos ou se percam definitivamente. Quanto a eles, isto facilmente poderia acontecer e aconteceria sem dúvida. Porém, quanto a Deus, isto não pode acontecer, de modo nenhum. Pois seu decreto não pode ser mudado, sua promessa não pode ser quebrada, seu chamado em acordo com seu propósito não pode ser revogado. Nem o mérito, a intercessão e a preservação de Cristo podem ser invalidados, e a selagem do Espírito tão pouco pode ser frustrada ou destruída.

V. Artigo 14. Tal como agradou a Deus iniciar sua obra da graça em nós pela pregação do evangelho, assim Ele a preserva, continua e aperfeiçoa pelo ouvir e ler do Evangelho, pelo meditar nele, pelas suas exortações, ameaças, e promessas, e pelo uso dos sacramentos.

O artigo 7 nos lembra que a regeneração espiritual é permanente, pois nela, Deus imparte, em nós, uma vida espiritual indestrutível. Dordt repete este ponto do ponto de vista negativo no capítulo V. Rejeições de erros 8. Dizer que a regeneração é reversível é interpretar mal a própria definição bíblica de regeneração, distorcendo a visão de alguém de toda a soteriologia. Contudo, mesmo alguns crentes Reformados ficam confusos sobre este ponto. Eles corretamente afirmam que os santos perseveram, pois eles receberam vida espiritual indestrutível na regeneração, mas eles falham em considerar o porquê esta vida perpetua. Por causa desta negligência, alguns quase falam como se eles afirmassem o ensino que, embora a salvação seja obtida pela graça, ela é, contudo, mantida pelas obras, de forma que, perseverar na salvação significa mantê-la através de um bom comportamento.

Dordt corrige este mal entendimento fazendo uma clarificação importante. Os crentes não são capazes de perseverar por si mesmos ou por sua própria vontade e poder após a conversão. De fato, “aqueles que têm sido convertidos não poderiam perseverar nesta graça, se deixados ao cuidado de suas próprias forças”. Antes, eles perseveram porque Deus “misericordiosamente os confirma” e “poderosamente preserva a eles na graça”. Em outras palavras, a nova vida espiritual do crente é indestrutível porque Deus a faz indestrutível.

Isto significa que, se um crente não perseverasse, isto não seria por causa dele, no sentido de que se o crente dependesse de sua própria vontade e poder, sua falha seria certa de qualquer maneira. Isto é, se a perseverança dependesse dos crentes, então, ninguém perseveraria. Antes, a perseverança depende da preservação de Deus, e o único modo de um crente falhar em perseverar é se Deus não o preservar, e o único modo de Deus não preservar um escolhido na fé e na santidade, é se Ele mudar Seu decreto eterno, o que é impossível por definição.

O artigo 8 menciona a intercessão de Cristo pelos eleitos, que é uma parte de Seu ministério como Mediador. Visto que Cristo é sempre fiel em realizar Sua obra como intercessor, e visto que Deus sempre O ouve, esta intercessão "não pode ser invalidada". Então, este artigo se refere também à selagem do Espírito. Diremos um pouco mais sobre isto na última seção sobre o suporte escriturístico para a preservação dos santos. Por ora, diremos apenas que a selagem do Espírito garante a salvação do eleito.

Assim como as outras confissões Reformadas, Dordt é cuidadosa em observar que esta doutrina da preservação dos santos não nega que um crente continua a enfrentar tentações e dificuldades nesta vida. De fato, ela reconhece que alguns crentes podem até mesmo "cair gravemente"; contudo, "de acordo com Seu imutável propósito de eleição", Deus nunca permitirá que Seus eleitos "venham a cair tanto que recaiam da graça da adoção e do estado de justificado".

Finalmente, o artigo 14 traz algo que ainda não discutimos, a saber, alguns dos meios que Deus usa para preservar o Seu povo. Assim como Deus convoca o eleito à conversão através da pregação do evangelho, "Ele a preserva, continua e aperfeiçoa pelo ouvir e ler do Evangelho, pelo meditar nele, pelas suas exortações, ameaças, e promessas, e pelo uso dos sacramentos". O povo de Deus, portanto, seria sábio em fazer uso deliberado e freqüente destes meios de graça.

A Confissão de Westminster

A Confissão de Westminster devota o capítulo XVII à perseverança dos santos. Comparada com as confissões anteriores, não há nada inteiramente novo aqui, mas este capítulo deve ser admirado por quão claramente e concisamente sumariza muitos dos pontos importantes que já discutimos acima. Ela lê-se como se segue:

> I. Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos.
>
> II. Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade. ,
>
> III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em

> graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm os seus corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.

Tendo já discutido as outras confissões, penso que nenhuma explicação elaborada seja necessária. A seção 1 afirma a posição Reformada sobre a perseverança dos santos. A seção 2 sumariza algumas das razões teológicas para tal afirmação — o decreto imutável de Deus na eleição, a expiação particular eficaz de Cristo, o ministério sacerdotal intercessório de Cristo, a habitação e influência do Espírito, a semente indestrutível da vida espiritual impartida na regeneração e o paco de graça. A seção 3 serve para evitar as típicas falsas acusações e mal-entendidos, reconhecendo que mesmo o verdadeiramente convertido pode, às vezes, cair em sérios pecados, mas eles, todavia, são preservados de uma apostasia total e final pela vontade e poder de Deus.

O Catecismo Maior

O Catecismo Maior, certamente, concorda inteiramente com a Confissão de Westminster sobre a preservação dos santos, tanto em linguagem como em substância:

> **P. 79.** Não poderão os crentes verdadeiros cair do estado de graça, em razão das suas imperfeições e das muitas tentações e pecados que os surpreendem?
>
> **R.** Os crentes verdadeiros, em razão do amor imutável de Deus e do seu decreto e pacto de lhes dar a perseverança, da união inseparável entre eles e Cristo, da contínua intercessão de Cristo por eles e do Espírito e semente de Deus permanecendo neles, nunca poderão total e finalmente cair do estado de graça, mas são conservados pelo poder de Deus, mediante a fé para a salvação.

O Catecismo aqui enfatiza a perseverança dos "crentes *verdadeiros*". Em outras palavras, alguns são crentes falsos, e eles nunca perseverarão na fé, nunca tendo nem mesmo iniciado na fé. Por outro lado, os crentes verdadeiros, a quem Deus verdadeiramente converteu, e estes "nunca poderão total e finalmente cair do estado de graça, mas são conservados *pelo poder de Deu*s, *mediante a fé* para a salvação".

A expressão "pelo poder de Deus, mediante a fé" é excelente e acurada. Ela afirma que é o poder de Deus que preserva os santos, e que isto é feito sustentando sua fé, concedida primeiramente a eles na conversão.

O Catecismo Menor

O Catecismo Menor é também consistente com o restante dos Símbolos de Westminster:

> **P. 36.** Quais são as bênçãos que nesta vida acompanham a justificação, adoção e santificação ou delas procedem?

> **R.** As bênçãos que nesta vida acompanham a justificação, adoção e santificação, ou delas procedem, são: certeza do amor de Deus, paz de consciência, gozo no Espírito Santo, aumento de graça, e perseverança nela até ao fim.

Aqui o Catecismo enfatiza o fato que a preservação é um dos benefícios que procedem da justificação, adoção e santificação. Em outras palavras, preservação não é apenas uma mera possibilidade produzida pela justificação, adoção e santificação, mas é, antes, uma conseqüência necessária, inerentemente incluída nelas.

EXPOSIÇÕES DA ESCRITURA

A soteriologia bíblica, certamente, não começa com a preservação dos santos, mas com a divina eleição. Por sua vez, uma soteriologia biblicamente verdadeira está fundamentada sobre uma visão bíblica de teologia correta, ou sobre a natureza de Deus. A Escritura declara que Deus é aquele que opera todas as coisas de acordo com o conselho de Sua vontade, e de acordo com todo Seu beneplácito. Isto torna o fator controlante numa soteriologia verdadeiramente bíblica, e qualquer conceito teológico que contradiga isto deve ser imediatamente julgado como falso.

Como as confissões Reformadas ilustram, a preservação dos santos não é uma doutrina isolada, mas ela procede de outras doutrinas bíblicas concernentes à salvação. Se eu lhe digo que eu me determinei a alcançar a linha de chegada numa corrida, está assumido que irei atravessar a distância entre a linha de partida e a linha de chegada, e que irei também passar por cima de quaisquer obstáculos no caminho. A preservação dos santos não é, portanto, uma doutrina isolada, e negá-la seria, não somente contradizer esta doutrina particular, mas o padrão inteiro da soteriologia bíblica.

Assim, mesmo antes de examinarmos as passagens bíblicas que diretamente suportam a preservação dos santos, já estamos seguros de que ela é deveras um ensinamento bíblico, pois ela é a implicação necessária de outras doutrinas bíblicas. O padrão inteiro da soteriologia bíblica a demanda.

Isto posto, há numerosas passagens bíblicas que são diretamente relevantes para a doutrina. Eu listarei algumas delas nesta seção. Para evitar que este artigo se torne muito longo, não poderemos tomar tempo examinando cada passagem; contudo, colocaremos muitas delas debaixo de seções bem definidas. Isto fará o significado e a relevância de cada passagem ser mais facilmente discernido. Além disso, na maioria das passagens, destacamos também as palavras relevantes para auxiliar no entendimento.

Eleição

A doutrina bíblica eleição ensina que Deus escolheu um número definido e imutável de indivíduos para a salvação. O outro lado da eleição é a reprovação, na qual Deus escolheu um número definido e imutável de indivíduos (todos aqueles não escolhidos para salvação) para condenação.

Assim como a reprovação é um decreto eterno, pré-determinando o destino final dos réprobos, e não apenas sua condição espiritual por um período incerto, assim também a

eleição é um decreto eterno, pré-determinando o destino final dos eleitos. Ele não é um decreto para simplesmente converter certos indivíduos, mas para realmente, completamente e finalmente salvá-los. Portanto, se um indivíduo eleito pudesse ser verdadeiramente convertido e então cair, isto significaria que o decreto eterno de eleição falhou, o que é impossível.

> **Romanos 8:28-39.** E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados por seu decreto. Porque os que dantes conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; *e aos que justificou, a esses também glorificou*.
>
> Que diremos, pois, a estas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes, o entregou por todos nós, como nos não dará também com ele todas as coisas? Quem intentará acusação contra os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? Pois é Cristo quem morreu ou, antes, quem ressuscitou dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós. Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, ou a angústia, ou a perseguição, ou a fome, ou a nudez, ou o perigo, ou a espada? Como está escrito: Por amor de ti somos entregues à morte todo o dia: fomos reputados como ovelhas para o matadouro.
>
> Mas em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou. Porque estou certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, *nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus*, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor

> **Efésios 1:11-12.** Nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade, com o fim de sermos para louvor da sua glória, nós, os que primeiro esperamos em Cristo.

Redenção

A obra expiatória de Cristo é uma aquisição real e completa de todos os indivíduos por quem a expiação foi designada para redimir. A expiação não somente faz a salvação uma mera possibilidade para o eleito, mas ela assegura sua real salvação. Isto significa que a expiação *garante* a completa e final salvação de todos aqueles por quem Cristo morreu. Visto que nem todos são salvos, sabemos que Cristo não morreu por cada pessoa, mas somente por aqueles a quem Deus escolheu na eternidade; portanto, os réprobos são justamente condenados. Contudo, não há condenação para o eleito, por quem Cristo morreu. A implicação para a preservação dos santos é óbvia.

O ministério de Cristo como Mediador não termina com Sua morte e ressurreição, mas Ele vive para sempre para ser nosso Sumo Sacerdote, intercedendo por nós junto ao Pai e preservando nossa fé nele. Visto que Cristo nunca falha em Seu ministério como Mediador, os crentes verdadeiros nunca fracassaram verdadeiramente e finalmente em sua fé.

> **João 6:35-40.** E Jesus lhes disse: Eu sou o pão da vida; aquele que vem a mim não terá fome; e quem crê em mim nunca terá sede. Mas já vos disse que também vós me vistes e, contudo, não credes. Tudo o que o Pai me dá virá a mim; *e o que vem a mim de maneira nenhuma o lançarei fora*. Porque eu desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou. E a vontade do Pai, que me enviou, é esta: *que nenhum de todos aqueles que me deu se perca*, mas que o ressuscite no último Dia. Porquanto a vontade daquele que me enviou é esta: que todo aquele que vê o Filho e crê nele tenha a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último Dia.
>
> **João 10:25-30.** Respondeu-lhes Jesus: Já vo-lo tenho dito, e não o credes. As obras que eu faço em nome de meu Pai, essas testificam de mim. Mas vós não credes, porque não sois das minhas ovelhas, como já vo-lo tenho dito. As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu conheço-as, e elas me seguem; e dou-lhes a vida eterna, e nunca hão de perecer, *e ninguém as arrebatará das minhas mãos*. Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos; *e ninguém pode arrebatá-las das mãos de meu Pai*. Eu e o Pai somos um.
>
> **Hebreus 7:25-28.** Portanto, pode também *salvar perfeitamente* os que por ele se chegam a Deus, *vivendo sempre para interceder por eles*. Porque nos convinha tal sumo sacerdote, santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e feito mais sublime do que os céus, que não necessitasse, como os sumos sacerdotes, de oferecer cada dia sacrifícios, primeiramente, por seus próprios pecados e, depois, pelos do povo; porque isso fez ele, *uma vez por todas*, oferecendo-se a si mesmo. Porque a lei constitui sumos sacerdotes a homens fracos, mas a palavra do juramento, que veio depois da lei, constitui ao Filho, perfeito para sempre.
>
> **Hebreus 10:10,14.** Na qual vontade *temos sido santificados* pela oblação do corpo de Jesus Cristo, feita *uma vez por todas*....Porque, com uma só oblação, *aperfeiçoou para sempre os que são santificados*.
>
> **Hebreus 12:2.** Olhando para Jesus, *autor* e *consumador* da fé, o qual, pelo gozo que lhe estava proposto, suportou a cruz, desprezando a afronta, e assentou-se à destra do trono de Deus.

Regeneração

Na regeneração, Deus imparte aos eleitos uma fé espiritual indestrutível, transformando a própria natureza e disposições dos seus corações. Visto que esta vida espiritual é indestrutível, significa que a regeneração é irreversível. Portanto, uma vez regenerada, uma pessoa não pode então, verdadeiramente e finalmente afastar-se de Deus ou renunciar a Cristo. Isto significa que todos aqueles que foram regenerados, também perseverarão. Qualquer doutrina que negue isto, contradiz o próprio significado de regeneração.

1 Pedro 1:23. Sendo de novo gerados, *não de semente corruptível, mas da incorruptível*, pela palavra de Deus, viva e que permanece para sempre.

1 João 2:18-19. Filhinhos, é já a última hora; e, como ouvistes que vem o anticristo, também agora muitos se têm feito anticristos; por onde conhecemos que é já a última hora. Saíram de nós, mas não eram de nós; *porque, se fossem de nós, ficariam conosco; mas isto é para que se manifestasse que não são todos de nós*.

1 João 3:6-9. Qualquer que permanece nele não peca: qualquer que peca não o viu nem o conheceu. Filhinhos, ninguém vos engane. Quem pratica justiça é justo, assim como ele é justo. Quem comete o pecado é do diabo; porque o diabo peca desde o princípio. Para isto o Filho de Deus se manifestou: para desfazer as obras do diabo. Qualquer que é nascido de Deus não comete pecado; *porque a sua semente permanece nele*; e não pode pecar, porque é nascido de Deus.

1 João 3:6-9. Todo aquele que prevarica, e não persevera na doutrina de Cristo, não tem a Deus: quem persevera na doutrina de Cristo, esse tem tanto ao Pai como ao Filho.

Certificação

Assim como a eleição de Deus e a expiação de Cristo, o ensino bíblico da selagem do Espírito também implica a preservação dos santos. A Escritura declara que o Espírito Santo foi colocado no centre, na conversão, como um selo. Este selo não é mera decoração, mas um garantia de que o crente alcançará seu destino designado, que é a glorificação em Cristo.

2 Coríntios 1:21-22. Ora, é *Deus que faz que nós e vocês permaneçamos firmes em Cristo*. Ele nos ungiu, *nos selou com sua propriedade* e pôs o seu Espírito em nossos corações, *como garantia* do que está por vir. [NVI]

Efésios 1:13-14. Em quem também vós estais, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação; e, tendo nele também crido, fostes selados com o Espírito Santo da promessa., que é a *garantia* da nossa herança, *para redenção* da possessão de Deus, para louvor da sua glória.

Efésios 4:30. E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, no qual estais *selados para o dia da redenção*.

Santificação

No soberano e eterno decreto de Deus, Ele não pré-ordenou somente a conversão de Seus eleitos, mas também sua justificação, adoção e santificação. Assim como os eleitos foram pré-ordenados para conversão e, assim, recebem fé em Cristo, assim também eles foram pré-ordenados para a santificação e, assim, são feitos santos pelo Espírito Santo. De fato, Deus pré-determinou as próprias boas obras para que os eleitos pudessem andar nelas, e Ele é a causa e o poder atrás da vontade bem como da realização destas boas

obras feitas pelos eleitos. Portanto, os eleitos foram pré-ordenados para a santificação tão certamente como foram escolhidos para conversão. Isto significa que a apostasia verdadeira e final é impossível.

> **Jeremias 32:40.** E farei com eles um concerto eterno, que não se desviará deles, para lhes fazer bem; e *porei o meu temor no seu coração, para que nunca se apartem de mim*.
>
> **Filipenses 1:4-6.** Fazendo sempre com alegria oração por vós em todas as minhas súplicas. Pela vossa cooperação no evangelho desde o primeiro dia até agora. Tendo por certo isto mesmo, que *aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará* até ao dia de Jesus Cristo.
>
> **1 Tessalonicenses 5:23-24.** *E o mesmo Deus* de paz *vos santifique* em tudo; e todo o vosso espírito, e alma, e corpo, *sejam plenamente conservados irrepreensíveis* para a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo. Fiel é o que vos chama, *o qual também o fará*.
>
> **2 Tessalonicenses 2:13-17.** Mas nós devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque *desde o princípio Deus os escolheu para serem salvos mediante a obra santificadora* do Espírito e a fé na verdade. Ele os chamou para isso por meio de nosso evangelho, a fim de tomarem posse da glória de nosso Senhor Jesus Cristo. Portanto, irmãos, permaneçam firmes e apeguem-se às tradições que lhes foram ensinadas, quer de viva voz, quer por carta nossa. Que o próprio Senhor Jesus Cristo e Deus nosso Pai, que nos amou e nos deu eterna consolação e boa esperança pela graça, dêem ânimo ao coração de vocês e os f*ortaleçam para fazerem sempre o bem, tanto em atos como em palavras*. [NVI]
>
> **Hebreus 13:20-21.** Ora o Deus de paz, que pelo sangue do concerto eterno tornou a trazer dos mortos a nosso Senhor Jesus Cristo, grande pastor das ovelhas, *vos aperfeiçoe em toda a boa obra*, *para fazerdes a sua vontade*, *operando em vós o que perante ele é agradável* por Cristo Jesus, ao qual seja glória para todo o sempre. Amém.
>
> **1 Pedro 1:3-5.** Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua grande misericórdia, nos gerou de novo para uma viva esperança, pela ressurreição de Jesus Cristo, dentre os mortos, para uma herança incorruptível, incontaminável, e que se não pode murchar, guardada nos céus para vós, que *mediante a fé estais guardados na virtude de Deus para a salvação*, já prestes para se revelar no último tempo,

Outras Passagens

Abaixo listamos algumas das outras passagens bíblicas relacionadas à preservação dos santos. Algumas delas são mais diretamente relevantes ao tópico do que outras, mas todas elas suportam a doutrina. Após ter lido as seções anteriores, você deve estar apto a ver sua relevância e aplicação. Contudo, se você não sabe como algumas destas

passagens se relacionam com a doutrina, ou se você deseja informação adicional sobre algumas delas, então, você deve consultar os comentários Reformados padrões para um auxílio adicional.

> **Salmo 17:8-9.** Protege-me como à menina dos teus olhos; esconde-me à sombra das tuas asas, dos ímpios que me atacam com violência, dos inimigos mortais que me cercam. [NVI]
>
> **Salmo 37:23-24,28-29.** O Senhor firma os passos de um homem, quando a conduta deste o agrada; ainda que tropece, não cairá, pois o Senhor o toma pela mão...Pois o Senhor ama quem pratica a justiça, e não abandonará os seus fiéis. Para sempre serão protegidos, mas a descendência dos ímpios será eliminada; os justos herdarão a terra e nela habitarão para sempre. [NVI]
>
> **Salmo 73:1-2,23.** Certamente Deus é bom para Israel, para os puros de coração. Quanto a mim, os meus pés quase tropeçaram; por pouco não escorreguei...Contudo, sempre estou contigo; tomas a minha mão direita e me susténs. [NVI]
>
> **Salmo 121:3,7-8.** Ele não permitirá que você tropece; o seu protetor se manterá alerta, sim, o protetor de Israel não dormirá; ele está sempre alerta!...O Senhor o protegerá de todo o mal, protegerá a sua vida. O Senhor protegerá a sua saída e a sua chegada, desde agora e para sempre. [NVI]
>
> **2 Samuel 23:5-7.** Não está assim com Deus a minha casa? Pois estabeleceu comigo uma aliança eterna, em tudo bem definida e segura. Não me fará ele prosperar toda a minha salvação e toda a minha esperança? Porém os filhos de Belial serão todos lançados fora como os espinhos, pois não podem ser tocados com as mãos, mas qualquer, para os tocar, se armará de ferro e da haste de uma lança; e a fogo serão totalmente queimados no seu lugar.
>
> **Isaías 54:10.** Porque os montes se retirarão, e os outeiros serão removidos; mas a minha misericórdia não se apartará de ti, e a aliança da minha paz não será removida, diz o SENHOR, que se compadece de ti.
>
> **Jeremias 31:3.** Há muito que o SENHOR me apareceu, dizendo: Com amor eterno eu te amei; por isso, com benignidade te atraí.
>
> **Mateus 18:12-14.** Que vos parece? Se um homem tiver cem ovelhas, e uma delas se extraviar, não deixará ele nos montes as noventa e nove, indo procurar a que se extraviou?, se porventura a encontra, em verdade vos digo que maior prazer sentirá por causa desta do que pelas noventa e nove que não se extraviaram. Assim, pois, não é da vontade de vosso Pai celeste que pereça um só destes pequeninos.
>
> **Mateus 24:24.** Porque surgirão falsos cristos e falsos profetas e farão tão grandes sinais e prodígios, que, se possível fora, enganariam até os escolhidos.

Lucas 22:31-32. Simão, Simão, eis que Satanás vos reclamou para vos peneirar como trigo! *Eu*, porém, *roguei por ti*, *para que a tua fé não desfaleça*; tu, pois, quando te converteres, fortalece os teus irmãos.

João 14:16-17. E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, *a fim de que esteja para sempre convosco,* o Espírito da verdade, que o mundo não pode receber, porque não no vê, nem o conhece; vós o conheceis, porque ele habita convosco e estará em vós.

João 17:9-12, 20. *É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus*; ora, todas as minhas coisas são tuas, e as tuas coisas são minhas; e, neles, eu sou glorificado. Já não estou no mundo, mas eles continuam no mundo, ao passo que eu vou para junto de ti. Pai santo, guarda-os em teu nome, que me deste, para que eles sejam um, assim como nós. Quando eu estava com eles, guardava-os no teu nome, que me deste, e protegi-os, e *nenhum deles se perdeu, exceto o filho da perdição*, para que se cumprisse a Escritura....*Não rogo somente por estes, mas também por aqueles que vierem a crer em mim, por intermédio da sua palavra*.

Romanos 5:9-10. Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Porque, se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida.

Romanos 11:7. Que diremos, pois? O que Israel busca, isso não conseguiu; mas a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos,

Romanos 14:4. Quem és tu que julgas o servo alheio? Para o seu próprio senhor está em pé ou cai; mas estará em pé, porque o Senhor é poderoso para o suster.

Romanos 16:25-27. Ora, àquele que é poderoso para vos confirmar segundo o meu evangelho e a pregação de Jesus Cristo, conforme a revelação do mistério guardado em silêncio nos tempos eternos, e que, agora, se tornou manifesto e foi dado a conhecer por meio das Escrituras proféticas, segundo o mandamento do Deus eterno, para a obediência por fé, entre todas as nações, ao Deus único e sábio seja dada glória, por meio de Jesus Cristo, pelos séculos dos séculos. Amém!

1 Coríntios 1:8-9. O qual também vos confirmará até ao fim, para serdes irrepreensíveis no Dia de nosso Senhor Jesus Cristo. Fiel é Deus, pelo qual fostes chamados à comunhão de seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor.

1 Coríntios 3:14-15. Se permanecer a obra de alguém que sobre o fundamento edificou, esse receberá galardão; se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele dano; mas esse mesmo será salvo, todavia, como que através do fogo.

1 Coríntios 10:13. Não vos sobreveio tentação que não fosse humana; mas Deus é fiel e não permitirá que sejais tentados além das vossas forças; pelo contrário, juntamente com a tentação, vos proverá livramento, de sorte que a possais suportar.

2 Coríntios 9:8. Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra.

Efésios 5:25-27. Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito.

2 Tessalonicenses 3:2-5. Para que sejamos livres dos homens perversos e maus; porque a fé não é de todos. Todavia, o Senhor é fiel; ele vos confirmará e guardará do Maligno. Nós também temos confiança em vós no Senhor, de que não só estais praticando as coisas que vos ordenamos, como também continuareis a fazê-las. Ora, o Senhor conduza o vosso coração ao amor de Deus e à constância de Cristo.

2 Timóteo 1:12. E, por isso, estou sofrendo estas coisas; todavia, não me envergonho, porque sei em quem tenho crido e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele Dia.

2 Timóteo 2:18-19. Estes se desviaram da verdade, asseverando que a ressurreição já se realizou, e estão pervertendo a fé a alguns. Entretanto, o firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo: O Senhor conhece os que lhe pertencem. E mais: Aparte-se da injustiça todo aquele que professa o nome do Senhor.

2 Timóteo 4:18. O Senhor me livrará também de toda obra maligna e me levará salvo para o seu reino celestial. A ele, glória pelos séculos dos séculos. Amém!

Hebreus 9:12-15. Não por meio de sangue de bodes e de bezerros, mas pelo seu próprio sangue, entrou no Santo dos Santos, uma vez por todas, tendo obtido eterna redenção. Portanto, se o sangue de bodes e de touros e a cinza de uma novilha, aspergidos sobre os contaminados, os santificam, quanto à purificação da carne, muito mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência de obras mortas, para servirmos ao Deus vivo! Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados.

1 Pedro 1:8-9. A quem, não havendo visto, amais; no qual, não vendo agora, mas crendo, exultais com alegria indizível e cheia de glória, obtendo o fim da vossa fé: a salvação da vossa alma.

2 Pedro 1:10-11. Por isso, irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição; porquanto, procedendo assim, não tropeçareis em tempo algum. Pois desta maneira é que vos será amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

1 João 2:24-25. Permaneça em vós o que ouvistes desde o princípio. Se em vós permanecer o que desde o princípio ouvistes, também permanecereis vós no Filho e no Pai. E esta é a promessa que ele mesmo nos fez, a vida eterna.

1 João 2:27. Quanto a vós outros, *a unção que dele recebestes permanece em vós*, e não tendes necessidade de que alguém vos ensine; mas, como a sua unção vos ensina a respeito de todas as coisas, e é verdadeira, e não é falsa, permanecei nele, como também ela vos ensinou.

1 João 5:3-4. Porque este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos; ora, os seus mandamentos não são penosos, porque todo o que é nascido de Deus vence o mundo; e esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé.

1 João 5:11-13. E o testemunho é este: que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está no seu Filho. Aquele que tem o Filho tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida. Estas coisas vos escrevi, a fim de saberdes que tendes a vida eterna, a vós outros que credes em o nome do Filho de Deus.

1 João 5:20. Também sabemos que o Filho de Deus é vindo e nos tem dado entendimento para reconhecermos o verdadeiro; e estamos no verdadeiro, em seu Filho, Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna.

Judas 1, 24-25. Ora, àquele que é poderoso para vos guardar de tropeços e para vos apresentar com exultação, imaculados diante da sua glória, ao único Deus, nosso Salvador, mediante Jesus Cristo, Senhor nosso, glória, majestade, império e soberania, antes de todas as eras, e agora, e por todos os séculos. Amém!

OBJEÇÕES ARMINIANAS

Há vários tipos de objeções contra a doutrina bíblica da preservação dos santos. Aqui sumarizaremos as objeções teológicas, bíblicas e éticas. Elas vêm não somente dos Arminianos, mas também dos Católicos. Agora, embora todas as objeções seguintes tenham já sido respondidas de alguma forma nas seções anteriores, aqui nós iremos brevemente, mas diretamente, tratar com elas para remover mal-entendimentos sobre a doutrina.

Teológica

Uma objeção teológica ou filosófica contra a preservação dos santos é que ela mina o "livre-arbítrio" humano. A doutrina implica que um crente nunca é "livre" para decidir se desfazer de sua fé e salvação.

A isto, respondemos que a objeção está precisamente correta, no sentido de que o crente nunca é livre para decidir se desfazer de sua fé e salvação. Mas é uma objeção fútil, a menos que o homem possua tal liberdade para escapar ao controle de Deus. No estudo da soteriologia bíblica, estabelecemos do início ao fim que não há tal coisa como livre-arbítrio humano, no sentido de que o homem nunca é livre de Deus, e que Deus sempre possui e exercita controle completo sobre a vontade do homem.

Isto não significa que a vontade do homem nunca está envolvida. Conversão, santificação e outros aspectos da salvação do homem envolvem freqüentemente sua vontade. A questão é se sua vontade é alguma vez livre do controle constante, absoluto e preciso de Deus. Contendemos que é biblicamente falso e metafisicamente impossível para o homem ser livre de Deus em qualquer sentido. Dessa forma, a objeção a partir do livre-arbítrio, não pode realmente ser aplicada ao Cristianismo da Escritura e da Reforma, visto que eles rejeitam o livre-arbítrio desde o início, e em cada aspecto da salvação, incluindo salvação e preservação.

Certamente, objeções relacionadas com o "livre-arbítrio" humano se levantam, não somente quando estamos discutindo a preservação dos santos, mas também quando estamos discutindo qualquer outro item na soteriologia bíblica. Contudo, visto que o livre-arbítrio é anti-bíblico e falso, isto significa que aquele que afirma o livre-arbítrio, está equivocado em cada item na soteriologia, e isto é deveras o que encontramos entre os Arminianos e Católicos.

Além do mais, visto que Deus permanentemente transforma a natureza e a disposição do eleito na regeneração, um crente verdadeiro nunca desejará se desfazer da sua fé e da sua salvação.

Bíblica

Há numerosos passagens bíblicas que ordenam os cristãos a buscar a justiça e abster-se da impiedade. Algumas das passagens são tão fortes em expressão é contém advertências tão ameaçadoras, que algumas pessoas as mal-interpretam, dizendo que é possível para um crente verdadeiro perder sua salvação. Por exemplo, Hebreus 6:4-6 diz o seguinte:

É impossível, pois, que aqueles que uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se tornaram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro, e caíram, sim, é impossível outra vez renová-los para arrependimento, visto que, de novo, estão crucificando para si mesmos o Filho de Deus e expondo-o à ignomínia.

Primeiro, seja o que for que a passagem signifique, ela não diz que os eleitos irão, de fato, renunciar sua fé. Contudo, assumamos que a passagem realmente esteja dizendo que, se alguém caísse da fé, após ter alcançado certo estágio de desenvolvimento espiritual, ele realmente perderia sua salvação. Isto não desafia a doutrina da preservação – de fato, podemos concordar de todo coração com ela. Se o eleito sinceramente e permanentemente renuncia a Cristo, então, ele perde sua salvação. Contudo, já lemos vários versos dizendo que isto nunca acontece, de forma que o crente verdadeiro nunca renunciará, sinceramente e permanentemente, a Cristo, e a passagem acima não diz nada que contradiga isto. João diz que aqueles que se apartam da fé, nunca tiveram verdadeiramente fé.

Segundo, vários versículos depois, o escrito explicitamente declara que o que esta passagem descreve não acontece aos seus leitores: "Mas de vós, ó amados, esperamos coisas melhores e coisas que acompanham a salvação, ainda que assim falamos"

(Hebreus 6:9). Para parafrasear, ele está dizendo, "Embora estejamos falando desta maneira, estou certo de que, com respeito à salvação, isto não acontece com vocês".

Terceiro, devemos lembrar que Deus usa vários meios pelos quais Ele realiza Seus fins. Por exemplo, embora ele tenha imutavelmente determinado as identidades daqueles que seriam salvos, Ele não salva estas pessoas sem meios. Antes, Ele salva os eleitos pelos meios da pregação do evangelho, e pelos meios da fé em Cristo que Ele coloca dentro deles. Deus usa vários meios para realizar Seus fins, e Ele escolhe e controla tanto os meios como os fins.

Consequentemente, simplesmente porque somos informados que os eleitos perseverarão na fé, não significa que Deus não os adverte contra apostasia. De fato, estas advertências escriturísticas sobre as conseqüências de se renunciar a fé cristã são um dos meios pelos quais Deus impedirá Seus eleitos de apostasia. O réprobo ignorará estas advertências, mas o eleitos prestarão atenção (João 10:27), e assim, eles continuarão a desenvolver sua santificação "com temor e tremor" (Filipenses 2:12). Com respeito às palavras de Deus, o Salmo 19:11 diz, "Por elas o teu servo é advertido; há grande recompensa em obedecer-lhes".

Ética

Uma das objeções mais comuns à preservação dos santos é que, se é verdade que o crente não pode perder sua salvação, então, isto constitui uma licença implícita para pecar. Os cristãos podem pecar o quanto quiser, e, todavia, permanecerem seguros em Cristo. Contudo, o cristão verdadeiro não deseja viver em pecado, embora ele possa ocasionalmente tropeçar. O crente verdadeiro detesta o pecado e ama a justiça. Alguém que peca sem restrição não é um cristão, de forma alguma.

A doutrina da preservação não diz que alguém que faz uma profissão de fé em Cristo está então salva, e nunca se perderá, visto que sua profissão pode ser falsa. Antes, a doutrina ensina que os cristãos verdadeiros nunca se perderão. Eles nunca se afastarão permanentemente de Cristo, embora alguns deles possam até mesmo cair profundamente em pecado por um tempo. Um cristão verdadeiro é alguém que dá verdadeiro assentimento ao evangelho, e cuja "fé sincera" (1 Timóteo 1:5) torna-se evidente através de uma transformação contínua de pensamentos, palavras e comportamento, em conformidade às demandas da Escritura. João diz que alguém que foi regenerado "não pode continuar pecando" (1 João 3:9). Por outro lado, uma pessoa que produz uma profissão de Cristo a partir de um falso assentimento ao evangelho pode durar somente "pouco tempo. Quando surge alguma tribulação ou perseguição por causa da palavra, logo a abandona" (Mateus 13:21).

CONCLUSÃO

Embora cada uma das seções anteriores possa ser mais desenvolvida, o que foi dito é suficiente para nos dar um sumário fiel da doutrina Reformada da preservação dos santos, e concluirmos que ela é, de fato, idêntica ao que a Escritura ensina sobre o assunto. Ela é tanto biblicamente acurada como teologicamente consistente.

A doutrina nos ensina que os crentes verdadeiros nunca perecerão; eles nunca abandonarão, verdadeira e finalmente, a fé. Isto é porque Deus soberanamente pré-ordenou sua salvação completa antes da fundação do mundo, e porque Ele poderosamente preserva-os após sua conversão. Após a regeneração, o Espírito de Deus continua a operar neles, poderosamente fazendo-os lugar pelo verdadeiro conhecimento e santidade. Todavia, isto não significa que o eleito permaneça perfeitamente sem pecado e obediente, durante toda a sua caminhada espiritual; antes, às vezes eles podem até mesmo cair em sérios pecados. Contudo, o decreto eterno imutável de Deus, a expiação e intercessão de Cristo e a operação do Espírito nos crentes, assegura que eles nunca cairão de uma maneira final.

Com respeito aos réprobos, embora alguns deles possam professar a fé por um tempo, sua profissão é falsa e hipócrita. Deus nunca os pré-ordenou para salvação, mas os pré-ordenou para destruição. Ao invés de enviar Seu Espírito para poderosamente operar em seus corações, Ele endurece seus corações por um espírito de desobediência. Certamente, isto significa que não há vida ou poder espiritual neles, para fazê-los perseverar na verdadeira fé, de forma que eles facilmente caem da falsa profissão pela qual eles reivindicam abraçar o evangelho.

A doutrina Reformada da preservação dos santos – isto é, a doutrina bíblica – fornece ao verdadeiro povo de Deus uma forte e infalível fonte de conforto e segurança. Ela os adverte contra as falsas profissões e auto-ilusões, e ela permite que eles, biblicamente e realisticamente, tratem de sua pecaminosidade e imperfeições remanescentes. Isto nos leva ao tópico relacionado, o da segurança. A doutrina bíblica da preservação dos santos fornece um fundamento legítimo para a segurança da salvação. Ela é uma segurança baseada na verdade, fortificando suas mentes contra as dúvidas opressoras com respeito a sua relação com Cristo. Contudo, uma discussão detalhada sobre este tópico, bem como sobre os tópicos relacionados (tais como membresia de igreja e disciplina), terão que esperar até outra oportunidade.

18. Ofertas Voluntárias e Livre-Arbítrio

Em contraposição à declaração do tipo: "Nenhum lugar da Bíblia afirma que o homem possui livre-arbítrio", algumas pessoas respondem dizendo que a Bíblia menciona "ofertas voluntárias"[78] em diversos lugares, e a partir dessa observação (*freewill offerings*) alegam que a Bíblia, portanto, ensina o livre-arbítrio ou que o homem tem livre-arbítrio. (Na NIV [*New International Version*], veja: Êxodo 35:29, 36:3; Levítico 7:16, 22:18, 21, 23, 23:38; Números 15:3, 29:39; Deuteronômio 12:6, 17, 16:10; 2 Crônicas 31:14; Esdras 1:4, 6, 2:68, 3:5, 7:16, 8:28; Salmos 54:6; Ezequiel 46:12; Amós 4:5).[79]

Essa é uma das objeções mais estranhas contra a negação do livre-arbítrio, e embora já a conhecesse havia alguns anos, jamais lhe dei uma resposta por escrito. O motivo é seu descabimento: sinto-me embaraçado até mesmo para mencioná-la ou levá-la a sério e escrever a seu respeito. Todavia, tenho sido perguntado de vez em quando sobre este assunto por cristãos que desconhecem a melhor forma de replicar a objeção, aos quais respondi em particular. E também pelo fato de o assunto ter sido levantado, por pelo menos duas vezes, em meses recentes, suponho que mais pessoas do que eu imaginava tenham dificuldades com essa questão; decidi, então, apresentar minha resposta aqui.

A objeção está atrelada a uma expressão comum da língua inglesa [*freewill*]; entretanto, termina aqui a semelhança entre o tópico (da soberania divina e a responsabilidade humana) e os versículos citados com mais freqüência. O termo nem sempre é traduzido por "ofertas de livre vontade" segundo as versões NIV [*New International Version*] e a NASB [*New American Standard Bible*], mas em passagens onde elas apresentam essa tradução, a KJV [*King James Version*] verte algumas delas por "ofertas livres", "ofertas voluntárias" e "ofertas espontâneas".

A liberdade é relativa – você é livre de *algo*. Dizemos que o homem não possui livre-arbítrio porque ao discutir a soberania divina e a responsabilidade humana, lidamos com a relação metafísica entre Deus e o homem. De forma mais específica, a questão é de que modo e qual a extensão do controle divino exercido sobre os pensamentos e as ações dos homens. Dessa forma, nesse contexto, quando perguntamos se o homem dispõe de livre-arbítrio, perguntamos se o homem é livre *de Deus* ou *do controle de Deus* em qualquer sentido. Pelo fato de o ensino bíblico ser que Deus exerce controle *constante* e *absoluto* sobre todos os pensamentos e as ações dos homens, a conclusão necessária é que o ser humano não possui livre-arbítrio. Sua liberdade é zero em relação a Deus.

Deus é o ponto de referência absoluto; portanto, dizer que o homem não está livre de Deus equivale a dizer também que o ser humano não dispõe de liberdade no sentido absoluto da palavra. O homem é livre num sentido relativo, ou livre em relação a outros seres e coisas que não Deus (pessoas, objetos, forças etc.), e isso é um outro assunto, que não diz respeito, necessariamente, à discussão sobre a soberania divina e a

[78] A questão aqui é suscitada pelo vocábulo adjetivo inglês *freewill* (que tanto pode significar o substantivo "livre-arbítrio" quanto os adjetivos "voluntário" e "espontâneo") encontrado na expressão *freewill offerings* que pode ser traduzida por "ofertas voluntárias ou espontâneas" ou "ofertas provenientes do livre-arbítrio". Nas versões bíblicas em português esse mal-entendido inexiste. (N. do T.)
[79] Esta lista não é válida para a NVI (*Nova Versão Internacional*). Veja a nota número 1. (N. do T.)

responsabilidade humana. Contudo, em nome da inteireza, podemos afirmar que o homem é livre, em certo sentido, em relação a outras criaturas. Nenhum ser humano pode me controlar do modo ou com o intensidade sequer aproximada do controle divino absoluto sobre meus pensamentos e minhas ações. Mas isso não significa que eu disponha de "livre-arbítrio". Repetindo: no contexto atual falamos sobre nossa relação com Deus, e não com outras criaturas.

Este é o ponto onde o calvinismo popular confunde a questão. Ao afirmar a liberdade em relação a outras criaturas e forças externas e, então, ligá-la à nossa responsabilidade absoluta para com Deus. A verdade é: se responsabilidade pressupõe liberdade, então nossa responsabilidade absoluta para com Deus pressupõe a liberdade absoluta de Deus. Mas então, se nossa liberdade de Deus é absoluta, por que ainda somos considerados responsáveis por ele? Todavia, de fato, a responsabilidade não pressupõe liberdade, e mais do que isso, a responsabilidade pressupõe o seu oposto. Somos considerados responsáveis por Deus precisamente porque não estamos livres dele. Essa confusão, suponho, é uma das razões pelas quais alguns calvinistas falham em discernir o sofisma inerente à objeção tratada aqui. Eles falham em perceber que a liberdade é um termo relativo, que não somos livres em relação a Deus, e que os versículos citados por nossos oponentes referem-se a uma liberdade que não é relativa a Deus, mas a alguma outra coisa.

A "oferta voluntária" é *livre* porque a Lei não a exigia, como acontecia com outras ofertas regulares e ocasionais, de forma que a liberdade é com relação à Lei. O caráter voluntário, espontâneo,[80] dessa oferta é somente nesse sentido. As pessoas eram "livres" para dar ou não dar a oferta sob a perspectiva *legal* ou *cerimonial*. Esses versículos não tratam da perspectiva *metafísica*, portanto, não podem nem estabelecer nem refutar a liberdade humana. Mas quando nos referimos ao "livre-arbítrio" no contexto da soberania divina e liberdade humana, tratamos sobre a questão se somos livres *de Deus* – e isso *é* metafísica. Indagamos se Deus tem controle completo sobre pensamentos, ações e circunstâncias dos homens. E Deus realmente o possui; portanto, o homem não dispõe de livre-arbítrio e de nenhuma liberdade com relação a Deus. Num caso, falamos sobre a relação do homem (de obrigação) para com a lei, e no outro, sobre a relação (de causa e efeito) do homem com Deus. Apenas o vocábulo inglês parece ser o mesmo nos dois casos, mas isso não acontece em todas as ocorrências dela nas versões inglesas. Tratam-se, de fato, de dois objetos de avaliação diferentes.

Há passagens que ensinam a mesma liberdade relativa sem usar esse termo. Aqui está um exemplo: "Ela [a propriedade] não lhe pertencia? E, depois de vendida, o dinheiro não estava em seu poder? O que o levou a pensar em fazer tal coisa? Você não mentiu aos homens, mas sim a Deus" (Atos 5:4). Quando Pedro diz que a propriedade "lhe pertencia", e que o dinheiro estava "em seu poder", ele se refere à posse da propriedade em relação ao *próprio Pedro* e *aos outros cristãos* – isto é, Ananias não tinha que vender a propriedade ou dar o dinheiro *para eles*. Mas essa propriedade ou liberdade relativa não dizia respeito ao determinismo divino – são duas questões diferentes. Pedro não afirma que Ananias tinha a posse da propriedade ou do dinheiro em detrimento *de a Deus*, apenas seu direito, ou liberdade, de reter a propriedade ou o dinheiro de *outras pessoas*, e isso a partir de uma perspectiva legal ou moral, não metafísica. Pedro certamente não diz que Ananias poderia reter a propriedade ou o dinheiro *de Deus*, em

[80] *Free* [*livre*], no original. (N. do T.).

sentido metafísico! Mas é sobre metafísica que lidamos ao discutir sobre o determinismo divino.

Outro versículo algumas vezes citado é Filemom 1:14: "Porém não vou fazer nada sem a aprovação de você, para que o favor que eu lhe estou pedindo não seja feito por obrigação, mas por sua livre vontade" (*Nova Tradução na Linguagem de Hoje*).[81] Aha! Paulo diz que Filemom tinha livre vontade (livre-arbítrio)! Mas esse versículo é ainda mais irrelevante do que os outros: nele os envolvidos são mencionados explicitamente. Paulo diz "não vou fazer" (Paulo) nada sem a aprovação "de você" (de Filemom). Ele não queria que Filemom agisse por "obrigação", mas essa obrigação é com relação a Paulo, e também o chamado "livre-arbítrio". A liberdade é em relação a Paulo. O versículo se refere ao relacionamento *social* entre duas criaturas, *Paulo* e Filemom, mas não diz nada sobre a relação *metafísica* entre *Deus* e Filemom.

O calvinismo popular falha em responder cabalmente ao pensamento antibíblico de nossos oponentes no que diz respeito à questão da liberdade humana. Por essa razão, é incapaz de demonstrar de forma clara a diferença e evitar a confusão. Ele ensina que a soberania divina e a liberdade humana são "compatíveis" porque o homem sempre age de acordo com seu desejo mais forte, jamais compelido por Deus ou qualquer outro, a pensar ou agir contra sua vontade. Mas se, como a Escritura ensina, o controle de Deus sobre o homem é tão imediato e exaustivo, controlando diretamente a vontade e o desejo humanos, então o homem não é livre de Deus, embora sua vontade nunca seja forçada contra seu desejo. O ser humano nunca é forçado não por ser livre, mas por *não ser livre* de modo que é tão completamente controlado por Deus, que até mesmo sua vontade e desejo são controlados por ele, não restando nada para Deus forçar.

Mas eu já dissera tudo isso antes; terminarei, portanto, com minha doxologia usual: Deus é soberano e o homem não é livre. Bendito seja o nome do Senhor!

[81] Na versão inglesa *New American Standard Bible* se lê: "... mas nada eu quis fazer sem o teu consentimento, para que o teu benefício não fosse como por compulsão, mas por seu livre-arbítrio". E nas versões portuguesas também encontramos: "Mas nada quis fazer sem o teu parecer, para que o teu benefício não fosse como por força, mas voluntário" (RC). "Nada, porém, quis fazer sem o teu consentimento, para que a tua bondade não venha a ser como que por obrigação, mas de livre vontade" (RA). (N. do T.)

19. Mais do que um Oleiro

> "Se Deus determina tudo o que fazemos, de forma que não somos livres dele em nenhum sentido, então não somos nada mais do que robôs e fantoches".

Essa é uma das objeções mais comuns contra o ensino da soberania divina. O Calvinismo popular a responde atribuindo ao homem algum tipo de liberdade ou poder de "auto-determinação", alegando que isso é de certa forma "compatível" com o controle de Deus sobre todas as coisas. Alguns calvinistas (por exemplo, A. A. Hodge, R. L. Dabney, etc.) respondem a objeção de uma forma que soa perigosamente próxima do teísmo aberto. Eles dizem que, visto que Deus conhece as disposições de suas criaturas, ele é capaz de "controlar" as decisões e ações delas manipulando as circunstâncias que as cercam, e assim, "induzindo-as" a "livremente" pensar e agir de formas que estejam de acordo com os planos de Deus.

Mas muitos desses calvinistas também percebem que essa explicação do controle de Deus sobre as decisões e ações dos homens é, de fato, logicamente incompatível com sua alegada crença na soberania de Deus. Assim, após algumas explicações e evasões iniciais, eles finalmente chamam-na de um "paradoxo" e um "mistério". Poupariam tempo se simplesmente admitissem a auto-contradição no princípio, e a chamassem de um "paradoxo" e um "mistério" desde o início. Dessa forma todos poderiam ir mais cedo para casa.

Visto que eu rejeito o compatibilismo e a liberdade humana em qualquer sentido com relação a Deus, segue-se também que minha resposta à objeção é diferente. Pelo contrário, eu afirmo que Deus é soberano e o homem não é livre. Essa posição fornece a única resposta bíblica e racional, a qual também parece ser a resposta mais simples e mais ousada contra o desafio. E visto que eu já expliquei e defendi extensivamente o ensino bíblico da soberania divina em outros lugares,[82] eu não repetirei tudo aqui. O que se segue é uma aplicação do que eu já escrevi sobre a soberania divina à objeção acima.

Começamos notando que a objeção é incompleta. Ela falha em especificar o que exatamente nos robôs e fantoches os faz relevantes. Por que seríamos semelhantes a robôs e fantoches se Deus de fato determina todos os nossos pensamentos e ações? Quais seriam as similaridades? Então, a declaração falha até mesmo em se tornar uma objeção real por negligenciar apontar o porquê seria um problema para nós sermos robôs e fantoches. Se fôssemos robôs e fantoches, isso significaria que o Cristianismo é falso? A objeção não explica. A responsabilidade moral seria minada se fôssemos robôs e fantoches? A objeção falha em provar ou até mesmo mencionar isso.

Nós não devemos permitir que nossos oponentes escapem fazendo objeções preguiçosas e mal-terminadas. Eles assumem que entendem os assuntos e que as suas objeções são irrespondíveis. Uma das coisas que devemos fazer, ao defender a fé, é mostrar que nossos oponentes não são tão inteligentes e cuidadosos como pensam que são, de forma

[82] Veja Vincent Cheung, *Teologia Sistemática*, *Commentary on Ephesians*, *O Autor do Pecado* e *Questões Últimas*.

que, ao invés de desafiar os ensinos da Escritura, eles deveriam se humilhar diante da sabedoria de Deus.

O apologista competente deve ser capaz de mostrar que nenhuma objeção contra a revelação bíblica jamais tem qualquer sentido. Após mostrar que o oponente falha em estabelecer um desafio que demande uma resposta, visto que o próprio desafio é ininteligível e o próprio oponente nunca sabe o que ele realmente está perguntando, o apologista pode então abordar o tópico a partir de uma posição de conhecimento e autoridade.[83] Isto é, nós respondemos as objeções não porque nossas crenças são tão aparentemente problemáticas que devemos desastradamente apagar o fogo à esquerda e à direita, mas nós primeiro humilhamos os rebeldes espirituais, mostrando que eles falam coisas sem sentido até mesmo em seus protestos, e agora nós pronunciamos a esses inimigos derrotados o que Deus está dizendo por todas as Escrituras – arrependei e crede na verdade.

Sempre é possível neutralizar qualquer objeção contra o Cristianismo mesmo antes de começarmos a respondê-la. Após mostrar que a objeção é descuidada e incompleta, continuaremos para tratar do assunto de qualquer forma, mas não porque a objeção nos compele logicamente, visto que ela já foi neutralizada.

Primeiro, o fato de que Deus controla todos os nossos pensamentos e ações não nos faz robôs e fantoches, pois mesmo quando completamente controlados por Deus, os humanos são muito diferentes de robôs e fantoches. Os humanos têm mente — eles raciocinam, decidem, e se emocionam. De fato, visto que nossas identidades são preservadas mesmo quando a nossa alma se separa do nosso corpo, é mais correto dizer que os humanos são mentes que vivem em corpos.[84] Robôs e fantoches não são mentes, mas são objetos inteiramente físicos. Eles não têm pensamentos para serem controlados, mas somente partes e propriedades para serem manipuladas.

Alguns dos nossos pensamentos são ocasiões para eventos psicológicos. Não há relação inerente e necessária entre mente e corpo, mas é Deus quem diretamente controla ambos, *usualmente* correlacionando os dois. Todavia, ainda somos diferentes de robôs e fantoches, visto que eles não pensam de forma alguma. Os movimentos físicos deles não são ocasionados por seus próprios pensamentos, visto que eles não têm nenhum, mas pelos pensamentos daqueles que usam suas mãos e instrumentos para controlá-los. E, de fato, é Deus quem diretamente controla tudo — a mente humana, a relação entre a mente humana e corpo humano, o próprio corpo humano, e a relação entre o corpo humano e os instrumentos, os robôs e os fantoches. Isto é, na ocasião em que Deus age diretamente sobre um (por exemplo, quando ele faz com que a mente humana decida mover um dedo), ele também age diretamente sobre o outro (nesse caso, ele faz com que o dedo se mova).[85]

Lembre-se que a objeção não explica porque é um problema os humanos serem robôs e fantoches, e essa é uma razão pela qual a objeção fracassa mesmo antes de

[83] Veja Vincent Cheung, *Questões Últimas*, *Confrontações Pressuposicionalistas*, e *Apologética na Conversação*.
[84] Pedro se refere ao corpo como uma "tabernáculo" que pode ser "deixado" (2 Pedro 1:13–14; também 2 Coríntios 5:4). Veja também "The Ching Ming Festival" em Vincent Cheung, *Doctrine and Obedience*.
[85] Para uma explicação da metafísica assumida aqui, por favor, veja Vincent Cheung, *Questões Últimas* e *Captive to Reason*.

respondermos. Assim, estamos apontando as diferenças que os humanos têm contra robôs e fantoches, não porque a objeção nos compele, mas porque estamos tratando do assunto a despeito da objeção. As diferenças estão aí para serem notadas, de forma que mesmo que os humanos sejam completamente controlados por Deus, eles são diferentes de robôs e fantoches.

Segundo, embora algumas vezes implícito, a objeção falsamente faz da liberdade humana a base para a responsabilidade moral. As suposições são: (1) É necessário afirmar que os humanos são moralmente responsáveis; (2) A responsabilidade moral pressupõe a liberdade humana; e (3) Robôs e fantoches não são livres. Dada essas suposições, o objetor *corretamente* raciocina que, se Deus é *absolutamente* soberano, então os seres humanos não são livres. Então, ele assemelha esses humanos, que não são livres, aos robôs e fantoches, que também não são livres. Isso conseqüentemente significa que os humanos não são moralmente responsáveis se Deus controla todas as coisas, mas visto que é necessário afirmar que os humanos são moralmente responsáveis, isso significa que não podemos afirmar que Deus controla todas as coisas.

Nós dispensaremos primeiro um problema menos importante com esse raciocínio, que é a analogia desnecessária de humanos controlados com robôs e fantoches. Esse passo poderia ser pulado totalmente e a objeção ainda estaria intacta; de fato, ela ficaria mais clara sem a analogia. Em outras palavras, seria mais simples apenas dizer: "Se Deus controla todas as coisas, então os humanos não são livres. Mas visto que a responsabilidade moral pressupõe a liberdade humana, isso necessariamente significa que se Deus controla todas as coisas, então os humanos não são moralmente responsáveis. Mas então, visto que é necessário afirmar que os humanos são moralmente responsáveis, devemos, portanto, negar que Deus controla todas as coisas".

O processo de raciocínio é legítimo em si mesmo, de forma que a conclusão seria correta se todas as suposições fossem verdadeiras. Contudo, nem todas as suposições são corretas, e, portanto, a objeção se desmorona. O erro fatal é assumir que a responsabilidade moral pressupõe a liberdade humana. Essa premissa é explicitamente contradita pela Escritura, é ela nunca foi justificada na história da teologia e da filosofia. Ela está tão impregnada na maioria dos pensadores que até mesmos quando ameaçamos mencioná-la ou considerar possíveis formas de justificá-la, eles frequentemente apenas dizem que ela é intuitivamente conhecida e então continuam.

Mas eu há tenho repetidamente declarado em outro lugar: a suposição é falsa. Por definição, "responsabilidade" refere-se a ter obrigação de prestas contas. Em outras palavras, alguém ser moralmente *responsável* significa que ele está moralmente *obrigado* a alguma pessoa ou padrão. A questão que se a pessoa é livre ou não é irrelevante para a discussão. A única questão relevante é se alguém que tem autoridade sobre essa pessoa decidiu considerá-la *obrigada a prestar contas*. Visto que Deus governa sobre toda a humanidade, e ele decidiu julgar todos os homens, isso significa que cada pessoa é moralmente responsável, *a despeito* deles não serem livres. A liberdade humana não tem nenhum lugar lógico para nem mesmo entrar na discussão.[86] Além do mais, a única razão para afirmar que os humanos são moralmente responsáveis é, antes de tudo, por causa da mesma razão – isto é, que Deus decidiu julgar toda a humanidade.

[86] Eu tenho discutido isso extensiva e repetidamente em meus outros escritos. Por favor, veja Vincent Cheung, *Teologia Sistemática*, *Commentary on Ephesians*, e *O Autor do Pecado*.

Deus pode, da mesma forma, facilmente considerar robôs e fantoches responsáveis, não no sentido de que eles podem entender suas ações, mas no sentido de que Deus pode recompensá-los ou puni-los se ele assim desejar. Jesus amaldiçoou uma figueira por ela falhar em produzir fruto. A árvore não era livre, ou nem mesmo consciente, mas ela foi punida, e Jesus estava plenamente justificado para assim o fazer. Certamente, a árvore e a maldição eram simbólicas, mas o simbólico (que é aparente, sob a superfície) não pode contradizer o que é simbolizado, ou, caso contrário, não seria realmente simbólico para tal coisa. O fato é que, não importa qual significado mais profundo seja pretendido, a árvore falhou em produzir fruto, e Jesus a amaldiçoou por essa razão. Da mesma forma, se Deus assim se agradar, ele pode destruir um robô por não funcionar corretamente, e visto que ele é o único padrão de moralidade, ele seria justo por definição ao agir assim. Certamente ele não precisa da nossa permissão, nem precisa satisfazer nossas falsas suposições.

Em outras palavras, os seres humanos são moralmente responsáveis precisamente pela razão oposta assumida pela objeção – somos responsáveis porque Deus é soberano e nós não somos livres.

Terceiro, contrário ao seu intento, a objeção usa uma analogia que atribui *muita* liberdade aos humanos em relação a Deus. O objetor esperaria que o cristão explicasse como os humanos são *mais* livres do que robôs e fantoches, ou como os humanos têm liberdade genuína enquanto os robôs e fantoches não. Aqueles que afirmam o Calvinismo popular também tentarão afirmar a soberania de Deus ao mesmo tempo.[87] Isso satisfaz a expectação do objetor – expõe o fato de que a posição desses calvinistas é deveras incoerente e paradoxal, e que [a soberania de Deus] é afirmada por mera força, como até mesmos os principais teólogos calvinistas admitem.[88]

Contudo, se queremos deixar de lado as comuns suposições anti-bíblicas e irracionais, confrontaremos a objeção reivindicando o exato oposto. A objeção falha em se aplicar, não porque sua analogia nega a liberdade ao homem, mas porque ela concede *mui pouco* controle a Deus.[89] Certamente, Deus tem *infinitamente* mais controle sobre nós do que nós temos sobre robôs e fantoches.

---

[87] Até mesmo "total" (ou termos equivalentes) tornou-se relativo para alguns daqueles que afirmam o calvinismo popular. Eles afirmariam que a soberania "total" contra aqueles que a desafiam, mas então dariam meia volta e me desafiariam por afirmar a soberania "total" de Deus e sua aplicação à metafísica, epistemologia e soteriologia. Eles (esses "calvinistas") até mesmos começariam suas objeções contra mim dizendo, "Mas se Deus controla tudo... ", indicando que eles não crêem realmente que Deus controle tudo (por exemplo, veja a seção 1 de "Short Answers to Several Criticisms" em Vincent Cheung, *Captive to Reason*). A verdade é que eles não crêem na soberania total de Deus — eles simplesmente crêem numa versão mais forte da soberania defeituosa de Deus do que os arminianos.

[88] Veja "Forçado a Crer" em Vincent Cheung, *O Autor do Pecado*, no qual eu uso A. A. Hodge como um exemplo desse Calvinismo incoerente. Ele escreve: "Embora a absoluta origem de qualquer nova existência a partir do nada seja para nós confessadamente inconcebível, ela não é nem um pouco mais do que a relação do pré-conhecimento infinito, da pré-ordenação, ou do controle providencial de Deus com a livre agência do homem, nem mais do que muitas outras verdades que somos todos forçados a crer". Eu respondo: "As doutrinas bíblicas são somente inconcebíveis se mensuradas contra alguma premissa ou padrão irracional. O que precisamos fazer é deixar de lado esses falsos princípios e suposições que não fazem parte da nossa cosmovisão. Mas se você for tomar princípios e suposições de duas cosmovisões contraditórias e tentar uni-las, então, sim, você terminará com algo inconcebível. Apenas não chame isso de Cristianismo ou de Calvinismo".

[89] Veja "Determinismo vs. Fatalismo" em Vincent Cheung, *O Autor do Pecado*, no qual eu respondo a acusação de que minha posição sobre soberania divina equivale ao fatalismo, observando que o fatalismo

Com robôs e fantoches, nós podemos apenas rearranjar e combinar materiais pré-existentes para formar objetos cujos propósitos e funções são limitados por seus materiais, por nossa inteligência e criatividade, e então por nossa habilidade de mantê-los e manipulá-los.

Isso não é assim com Deus. Quer estejamos falando de robôs, fantoches, ou humanos, Deus é aquele que cria, sustenta, e controla os próprios materiais dos quais eles são feitos. Ele é aquele que concebe seus propósitos e funções, e até então ele não está limitado a esses, mas ele pode mudá-los a qualquer hora se ele assim desejar. Ele pode criar do nada (Gênesis 1:1), mudar água em vinho (João 2:9), tornar pedras em humanos (Mateus 3:9), e humanos em sal (Gênesis 19:26). Ele pode fazer com que qualquer objeto funcione de maneiras que sejam aparentemente além do propósito original, tal como fazer uma mula falar (Números 22:28, 30; 2 Pedro 2:16), e pedras clamarem e louvarem a ele (Lucas 19:40).

À luz do testemunho da Escritura, é um insulto abominável para a majestade e poder de Deus afirmar que ele não tem mais controle sobre nós do que temos sobre robôs e fantoches, ou que temos mais liberdade com relação a ele do que robôs e fantoches têm com relação a nós.[90] Certamente, humanos são maiores do que robôs e fantoches, como já reconhecemos anteriormente. Mas então, Deus é infinitamente maior do que os humanos.

Isso nos leva a uma discussão sobre uma objeção parecida contra a soberania divina. Contudo, dessa vez a objeção não é baseada numa analogia extra-bíblica, mas ela é um ataque direto contra a Escritura. A passagem está em Romanos 9, e é suficiente citar apenas os versículos 18-21:

> Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer. 19 Mas algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?" 20 Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'" 21 O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?

Paulo se refere a uma objeção contra o controle total e direto de Deus dos corações humanos, incluindo seu poder para diretamente causar fé e incredulidade neles. A objeção assume que, se Deus não pode ser resistido, então os humanos não deveriam ser culpados. Em outras palavras, como muitos não-cristãos, arminianos e calvinistas inconsistentes, ela adota a suposição bíblica de que a responsabilidade pressupõe a liberdade. Nós já tratamos dessa falsa premissa.

Essa outra objeção que eu tenho em mente, parecida com aquela sobre robôs e fantoches, ataca a analogia do versículo 21. Eu me deparei com ela nos escritos de

---

é de fato mais fraco do que o determinismo bíblico que eu afirmo – ele atribui mui pouco controle a Deus sobre a sua criação.

[90] Como uma discussão de Romanos 9 implicaria, é bom usar uma analogia para ilustrar o controle de Deus sobre sua criação num sentido relativo, mas nenhuma analogia pode representar absolutamente o controle infinito de Deus sobre sua criação. O erro, portanto, não está em se usar uma analogia para ilustrar o controle de Deus, mas em se afirmar ou implicar que a analogia representa *completamente* o poder de Deus.

teólogos liberais que rejeitam a inspiração e inerrância da Escritura, e também na conversação com vários cristãos professos. Isto é, eles identificam a objeção contra a soberania divina no versículo 19, e consideram a resposta de Paulo no versículo 21 como falaciosa. Paulo escreve: "O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?".[91] Contra isso, eles exclamam: "Mas certamente nós somos mais do que barro e vaso!".

Em outras palavras, eles afirmam que a resposta de Paulo falha porque sua analogia é falsa. Ele compara humanos com barro e vaso, mas humanos são mais do que barro e vaso, e, portanto, a analogia não pode explicar como os homens são mantidos como culpados sob um Deus absolutamente soberano, um que pode diretamente agir sobre a mente para causar tanto o bem como o mal. O desafio é direcionado não somente ao Calvinismo, mas à própria Escritura. Em resposta, ofereceremos os seguintes pontos.

Primeiro, o ataque contra o versículo 21 negligencia o ponto que Paulo está afirmando. Ele não reivindica que os homens são exatamente como barro e vaso de todas as formas, mas ele está lembrando seus leitores da relação entre a criatura e o Criador. No versículo 20, ele diz que a *criatura* não tem nenhum direito de "questionar", e no versículo 21, ele diz que o *Criador* tem todo o direito de fazer tudo quanto desejar com as criaturas. A verdade do ponto de Paulo não depende de se humanos são exatamente como barro e vaso, mas de se Deus é o Criador e se os humanos são criaturas. Visto que Deus é o Criador e os humanos são deveras as criaturas, o ponto de Paulo no versículo permanece de pé.

Segundo, e isso está relacionado com o primeiro, embora Paulo possa apontar que a objeção falsamente assume que a responsabilidade pressupõe a liberdade, ele não o faz explicitamente aqui. Contudo, ele alcança o mesmo efeito respondendo a objeção da perspectiva dos direitos divinos versus os direitos humanos. A objeção continua: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?". A resposta de Paulo é: "Deus tem o direito de fazer o que quiser com você, ou fazer tudo de você, e então ainda te considerar responsável (veja v. 22). Mas você não tem o direito de questionar". Essa réplica, certamente, é contrária ao Calvinismo popular, o qual tende a dizer: "Deus tem o direito de mostrar misericórdia para quem quer que ele escolha, mas ele meramente deixa os réprobos de lado, que se condenam por si mesmos". Pelo contrário, a resposta de Paulo é que a criatura não tem o direito de questionar, mas que Deus tem o direito de *fazer* algumas para serem objetos de misericórdia e de *fazer* outras para serem objetos de ira.

Terceiro, talvez cego por uma indignação humanista de que o homem tem sido reduzido à barro e vaso, a objeção se esqueceu de Deus. Fora da analogia, é verdade que os humanos são mais do que barro e vaso, mas então Deus é mais do que um oleiro!

---

[91] Como uma nota adicional, Paulo não diz: "Deus faz os vasos nobres *dos* vasos comuns", ou "Deus *faz* os vasos nobres, e *permite* que os vasos comuns façam a si mesmos", ou "Deus *faz* alguns do barro para vasos nobres, e *deixa de lado* o resto dos vasos comuns pré-existentes". Não, pelo contrário, Paulo diz: "Deus faz os vasos nobres e os vasos comuns do mesmo pedaço de barro". Assim, essa passagem oferece apoio definitivo à reprovação incondicional e ao supralapsarianismo. Não ajuda considerar o "barro" como já pecaminoso, visto que Paulo diz que Deus faz os vasos comuns dele. Ele não usa termos passivos como "permitir" ou "deixar de lado". Os réprobos não fazem a si mesmos. É Deus quem os faz, e ele os faz *como réprobos*.

Agora, uma analogia é uma analogia, e para uma ter sucesso, ela precisa apenas estabelecer seu ponto pretendido de uma maneira exata. A Escritura é perfeita, e a analogia inspirada de Paulo é perfeita para o seu propósito. Ela ilustra que o oleiro divino tem o direito de moldar o barro humano em qualquer tipo de vaso e para qualquer propósito que ele escolha, e a criatura não tem o direito de protestar contra o Criador.

Mas uma analogia permanece uma analogia – ela não pretende representar cada aspecto dos objetos que ela ilustra. Ao apontar isso, a objeção procura proteger a liberdade humana. Contudo, não podemos afrouxar a analogia para um objeto sem também fazer o mesmo para os outros objetos na mesma analogia; de outra forma, haveria uma tremenda distorção entre a relação desses objetos. Assim, se devemos nos desprender da analogia para considerar a verdadeira natureza do homem, então Deus também deve ser desprendido da analogia, para que possamos considerar sua verdadeira majestade e poder.

Contrário à expectação deles, uma vez que afrouxamos a analogia, a situação se torna ainda menos favorável para os nossos oponentes. Ao invés de preservar qualquer liberdade humana, a soberania plena de Deus é exposta, e todas as limitações impostas sobre o "oleiro" pela analogia são agora dissipadas. E pela mesma razão que já mencionamos quando discutimos robôs e fantoches, Deus tem *muito maior* controle sobre nós do que um oleiro humano tem sobre o barro e o vaso. Desprendendo-se da analogia, a objeção se move para reivindicar a liberdade do homem, mas ao invés disso, ela destrói todos os traços de liberdade humana e desvela plenamente a soberania de Deus, um poder criador e governador infinitamente maior do que qualquer oleiro humano pode exercer sobre pedaços de barro.

Quanto à responsabilidade moral, já tratamos do assunto. A verdade que é a responsabilidade moral pressupõe a soberania e julgamento divino, não a liberdade humana, e quanto mais soberano Deus for, mais certo o julgamento será. Quanto maior controle Deus tiver sobre todas as coisas, maior responsabilidade moral será estabelecida. Visto que a soberania divina é absoluta, o julgamento divino é, portanto, certo – porque Deus é soberano, *haverá* um julgamento. Deus é soberano e o homem não é livre. Bendito seja o nome do Senhor. Sem hesitação ou qualificação, podemos ousadamente proclamar: "Nosso Deus reina!".